Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"
Centro de Energia Nuclear na Agricultura

Agricultura familiar e promoção da saúde: um novo olhar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Natália Gebrim Doria

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestra em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

Piracicaba
2019

Natália Gebrim Doria
Nutricionista

Agricultura familiar e promoção da saúde: um novo olhar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador:
Prof. Dr. **PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestra em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

Piracicaba
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA – DIBD/ESALQ/USP

Doria, Natália Gebrim

Agricultura familiar e promoção da saúde: um novo olhar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) / Natália Gebrim Doria. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2019.

152 p.

Dissertação (Mestrado) - - USP / Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

1. Agricultura familiar 2. Promoção da saúde 3. Multifuncionalidade da agricultura 4. Alimentação escolar 5. Determinantes sociais de saúde I. Título

Dedico aos que se dedicam - agricultoras e agricultores -
diuturnamente à produção de Alimentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos que lutaram e aos que seguem lutando pela Universidade pública e gratuita, de existência fundamental para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que concedeu a bolsa de mestrado que possibilitou a realização deste trabalho. Que as agências de fomento à pesquisa e ao ensino tenham a atenção necessária. Só um país que educa seu povo terá a chance de ser Soberano.

Ao PPGI-EA, especialmente à Mara, que não mede esforços para nos ajudar no que for preciso!

Ao Paulo Eduardo Moruzzi Marques, paciente e atencioso orientador, meu sincero agradecimento por acompanhar com tanta dedicação e cuidado este processo e por acender a luz quando o caminho parecia pouco iluminado.

Agradeço a todas e a todos, agricultoras e agricultores, que me receberam de forma tão gentil, me concederam seu precioso tempo e me contaram suas preciosas histórias. Agradeço por poder trazer o olhar de vocês para este trabalho. Sem vocês não seria possível! Agradeço à Cooperacra e à Coopamsp!

Agradeço à Marina e ao Flávio, meus pais, que me receberam para viver este mundo e que diariamente me ensinam o significado de estar aqui. Aos meus irmãos, Rodrigo, Filipe e Rafael, que entre brigas e carinhos me ensinam o bom da vida como só irmãos podem fazer. À Fernanda, querida cunhada e à Beatriz, minha amada sobrinha dos olhos brilhantes e atentos às belezas do mundo.

Aos meus tios Alfredo, Zeca e Fábio e às minhas tias Cuca, Helô e Irthe, obrigada por todas as malucas partilhas nesse cenário familiar pra lá de especial. À minha prima Juju, que observa atentamente todo esse movimento. À Maria Fernanda, minha prima que me fortalece, incentiva e mais que tudo, traz uma profunda inspiração à vida. Aos queridos Jens, Matheo e Yuri.

À Cláudia Bógus, obrigada por me acompanhar desde o início da jornada acadêmica. E pelo sempre cedido espaço em sua sala, me faz um bem tremendo trabalhar naquele ambiente.

Ao Ademir, por abrir a porta toda vez que eu bati sem avisar e se dispor a discutir por horas sobre as cooperativas.

Às amigas-irmãs, Evelin e Joana, minhas parceiras de uma vida inteira. Precisamos de poucas palavras para saber, mas gostamos de trocar muitas!

À querida Juju, que foi minha anja da guarda, companheira de todos os dias nas última semanas de escrita da dissertação.

Às nutris queridas, Van, Juju, Maria Laura, Jana, Eva, Regininha, Kiña, Paçoca, Denise, Mari Tarricone, Nayara, pelas muitas lutas de CA, MEN, DCE, do início ao fim, por tudo e por tudo ainda mais!

À Elisa e ao Bruninho, os cariocas que eu mais amo. A distância nunca foi questão para a partilha dessa amizade tão genuína e verdadeira.

Aos migos antropofofos, Silvio, Selim, Sandra, Macione, Wil, Carla, Flora e Rafa, que trazem novos sentidos à vida e germinam sonhos por onde passam.

Ao meu amigo Lucas Torres, que a vida me presenteou de forma inesperada.

Agradeço às águas correntes do Rio Piracicaba e a esta cidade que tem no ar uma cativante magia que me faz sempre querer voltar. A todas as amigas e amigos que fiz ao longo desses tantos anos por aqui, especialmente, Gustavo Pokã, Perê, Bia, Wes, Gabriel, Thiago, Ivan, Otávio, Terena, Fernando, Iaia, Tuim, Luandra, Q-li, Césinha, Rachel, Fer, Lau, Nana, Alê, Bruna Epiphanio, André Toshio, Carol, Tomás, Igor, Laurinha, Carou, Helena Di, Mimi, Roró, Dri, Ju Madeira, Vai-q, Carolzinha, Gubão e muitos outros que alegram a vida piracicabana.

Um especial agradecimento à família Maracangalha!

Agradeço profundamente à Vivian e ao Pierre, meus parceiros da Casa de Lilith, cada um com a sua peculiaridade, mas que sem dúvidas compartilham a característica de um companheirismo sem precedentes. Meus amados e amáveis companheiros do cotidiano, que acompanharam de perto a parte mais intensa dessa jornada.

À Medusa e à Mari, minhas parças queridas, com quem compartilho muito choro e risadas. Obrigada por todas as coisas incríveis que fizemos juntas! E pelos cafés da tarde!

À Marina, à Karine, à Manu e ao Luiz, os amáveis anfitriões de dias de campo em São Pedro. Obrigada pelos momentos e ideias que fizeram a diferença para este trabalho e por muito mais que isso, sempre!

Ao meu amado amigo André, gnomo mágico, parceiro muito especial, que me apoia em todo e qualquer momento e é uma grande fonte de inspiração.

À Muriel Duarte, obrigada pela sua arte que embeleza e colore todos os temas que para nós são tão caros.

Aos parceiros de Terra Mater, Rede Guandu e COMSEA-Piracicaba, locais essenciais para a luta pela segurança alimentar!

Aos amigos do grupo de pesquisa Agremal, um agradecimento especial pelas trocas e partilhas sobre os estudos e pesquisas e por trazer um pouco mais de coletividade a um trabalho tão solitário. Agradeço em especial à Morgane e à Vitória.

Às parceiras do grupo Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional, em especial, Sil, Chris, Denise, Jéssica, Mari e Cláudia.

À Sarah e ao Jacob, obrigada por vocês confiarem a mim a especial missão de ser madrinha do Rafael! E por terem paciência nos meus momentos de ausência.

Agradecer sempre! Por muito mais que tudo isso, por tudo e todos que compõem a incrível e desafiadora jornada da vida.

“Lutar pela terra, lutar pelas plantas, lutar pela agricultura, porque se não vivermos dentro da agricultura, vamos acabar. Não tem vida que continue sem terra, sem agricultura”.

Ana Maria Primavesi

“Como qualquer tema abrangente do cultural, a saúde só pode ser entendida dentro de uma sociologia de classe”.

Maria Cecília Minayo

SUMÁRIO

RESUMO 9
ABSTRACT 10
LISTA DE FIGURAS 11
LISTA DE TABELAS 12
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS 13
1. INTRODUÇÃO 15
1.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 19
1.1.1. A escolha das cooperativas 20
1.1.2. A escolha dos/as entrevistados/as 21
1.1.3. Caminhos percorridos 25
2. REFERENCIAIS ANALÍTICOS PARA UM DIÁLOGO NECESSÁRIO ENTRE AGRICULTURA E SAÚDE 27
2.1. DE QUE AGRICULTURA FALAMOS? A (DES) IMPORTÂNCIA DA "PEQUENA AGRICULTURA" NO BRASIL 27
2.2. A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA E AS NOVAS PERSPECTIVAS PARA O PAPEL SOCIAL DO/A AGRICULTOR/A 32
2.3. O QUE SE ENTENDE POR "SAÚDE"? DA PROMOÇÃO DA SAÚDE AOS SEUS DETERMINANTES SOCIAIS 35
2.4. AS CONFERÊNCIAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE PÓS OTTAWA E OS PONTOS RELEVANTES DE SUAS DECLARAÇÕES 37
2.5. A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL 41
2.6. OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE E O MODELO WHITEHEAD E DAHLGREN 44
2.7. A TRANSVERSALIDADE DA SAÚDE NAS FUNÇÕES DA AGRICULTURA 46
2.7.1. Segurança Alimentar das famílias rurais e da sociedade 47
2.7.2. Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural 53
2.7.3. Manutenção do tecido social e cultural 54
2.7.4. Reprodução socioeconômica das famílias 55
3. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - HISTÓRIA, REALIDADE E TRANSFORMAÇÃO 61
3.1. O PERCURSO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO DEBATE DA POLÍTICA PÚBLICA: DA ORIGEM AOS TEMPOS ATUAIS 63
3.2. NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA: PROGRAMAS PÚBLICOS ROMPENDO PARADIGMAS. 70
3.3. COOPERATIVA DE PRODUTORES AGROPECUÁRIOS DE SÃO PEDRO (COOPAMSP) 72
3.3.1. O início do fornecimento para o PNAE, as motivações da Coopamsp e as mudanças ocorridas 74
3.3.2. A relação da Coopamsp com as prefeituras e a logística de fornecimento para os municípios 77
3.3.3. As dificuldades e as propostas de mudanças no fornecimento para o PNAE 79
3.3.4. O papel da Coopamsp ao fornecer alimentos no âmbito do PNAE 81
3.4. COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLÓGICA DE AMERICANA (COOPERACRA) 83

3.4.1. A participação das mulheres na Associação 89
3.4.2. O início das vendas para o PNAE, as motivações dos membros da Cooperacra e as mudanças ocorridas 90
3.4.3. A relação da Cooperacra com as prefeituras e a logística de fornecimento para os municípios 93
3.4.4. As dificuldades e as propostas de mudanças no fornecimento de alimentos para o PNAE 95
3.4.5. O papel da Cooperacra ao fornecer alimentos no âmbito do PNAE 98

4. A MULTIFUNCIONALIDADE NAS COOPERATIVAS – SAÚDE E AGRICULTURA NA PRÁTICA 101

4.1. O QUE É SAÚDE E QUAL SUA RELAÇÃO COM ALIMENTAÇÃO – A PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES 101
4.2. COOPERACRA 105
4.2.1. Segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade 105
4.2.2. Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural 109
4.2.3. Manutenção do tecido social e cultural 111
4.2.4. Reprodução socioeconômica das famílias rurais 115
4.3. COOPAMSP 117
4.3.1. Segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade 117
4.3.2. Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural 121
4.3.3. Manutenção do tecido social e cultural 122
4.3.4. Reprodução socioeconômica das famílias rurais 125

5. CONCLUSÕES 129

REFERÊNCIAS 135

APÊNDICES 143

RESUMO

Agricultura familiar e promoção da saúde: um novo olhar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma importante ferramenta de política pública brasileira de combate à fome, de alcance da segurança alimentar e nutricional, de garantia do direito humano à alimentação adequada e de promoção do desenvolvimento rural. A partir da Lei nº 11.947/ 2009, o PNAE passou a estar associado à abertura de mercado para os produtos da agricultura familiar. Esta lei determina que no mínimo 30% (trinta por cento) do total de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados e municípios deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com a dispensa do processo licitatório. Deste encontro, da alimentação escolar com a agricultura familiar, emerge uma ótica favorável ao reconhecimento de que o agricultor familiar pode assumir responsabilidades sociais, ambientais e culturais, muito além da responsabilidade produtiva em torno da oferta de produtos alimentícios às escolas. A partir desta perspectiva, nossa hipótese admite que o agricultor familiar reconhece, em particular em razão de sua participação no PNAE, sua atuação enquanto agente social promotor de saúde. O objetivo da pesquisa foi analisar agriculturas familiares que abastecem escolas graças ao PNAE de modo a verificar em que medida se trata de uma atividade promotora de saúde, a partir da perspectiva de agricultores/as de duas cooperativas. O desenvolvimento da pesquisa se fundou em metodologia qualitativa em saúde. As duas cooperativas de agricultura familiar focalizadas foram, a Cooperacra, localizada no município de Americana/SP e a Coopamsp, localizada no município de São Pedro/SP. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com membros de suas diretorias e com agricultoras e agricultores cooperados. No total foram realizadas dezoito entrevistas, que foram gravadas, transcritas na integra e analisadas com base na metodologia de análise de conteúdo, sob o olhar dos referenciais da multifuncionalidade da agricultura e da promoção da saúde. A pesquisa evidenciou a importância do PNAE para a estruturação e fortalecimento das duas cooperativas, bem como para a reprodução socioeconômica das famílias cooperadas. O papel de promotores de saúde desempenhado pelos agricultores esteve especialmente vinculado à oferta de alimentos saudáveis aos escolares. Por alimentos saudáveis são compreendidos aqueles produzidos sem ou com o mínimo possível de agrotóxicos, frescos e produzidos localmente. Os agricultores também reconheceram o papel que desempenham na promoção da segurança alimentar e nutricional dos escolares e da sociedade de forma geral. Ademais, uma relação harmoniosa com a natureza e o cuidado com o meio ambiente também estiveram vinculados a maneiras de promover saúde, sendo identificados como funções sociais desempenhadas pelos agricultores. Concluímos que, para que o agricultor possa ser reconhecido enquanto agente promotor de saúde, é preciso primeiramente fortalecê-lo em sua atuação no meio rural. O reconhecimento político pelo PNAE favorece então uma atuação multifuncional de agricultores familiares. Portanto, o investimento em programas e políticas públicas voltadas às questões como a reforma agrária, o acesso ao crédito rural, a comercialização dos produtos agrícolas oriundos da agricultura familiar e a produção de alimentos ambiental, social e economicamente mais sustentáveis (como no caso da perspectiva agroecológica) constituem meios de melhorar a saúde da população brasileira.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Promoção da saúde; Multifuncionalidade da agricultura; Alimentação escolar; Determinantes sociais de saúde

ABSTRACT

Family agriculture and health promotion: a new look at the National School Feeding Program (PNAE)

The Brazilian School Feeding Program (Programa Nacional de Alimentação Escolar/ PNAE) is an important Brazilian public policy tool in the fight against hunger, ensuring food security, the human right to adequate food, and promoting rural development. Since the Law no. 11.947/2009, PNAE started to be associated with the opening of the market for family agriculture products. This law establishes that at least 30% (thirty percent) of the total financial resources from the National Education Development Fund should be used to purchase food directly from family agriculture, without the bidding process. From the combination of school feeding and family agriculture, a favorable view emerged – the understanding that family farmers can assume social, environmental and cultural responsibilities which go beyond the productive responsibility and the supply of food products to schools. From this perspective, our hypothesis admits that the family farmer recognizes, in particular because of his participation in this Program, his role as a social agent promoting health. The objective of the research was to analyze the family farming practiced to supply the Program in order to verify if it is a health promoting activity, from the perspective of the farmers of two cooperatives. The elaboration and development of the work were based on the methodology of qualitative research in health. Two cooperatives of family agriculture, Cooperacra, located in the city of Americana / SP and Coopamsp, located in the city of São Pedro / SP, were studied. Semi-structured interviews were conducted with board members and with cooperative farmers, totaling eighteen interviews. All the interviews were recorded, transcribed in full and analyzed based on the content analysis methodology, under the perspective of the multifunctionality in agriculture and health promotion. The research demonstrated the importance of PNAE for the structuring and strengthening of the two cooperatives, as well as for the socioeconomic reproduction of cooperated families The role of health promoters played by the farmers was especially linked to the provision of healthy food to schoolchildren, and healthy foods were understood as those produced with or without the least possible agrochemicals, fresh and locally produced. Farmers also recognized the role they play in promoting food and nutritional security for schoolchildren and society in general. Furthermore, the relationship with nature and care for the environment have also been linked to ways of promoting health, being identified as social functions performed by farmers. We conclude that, in order for farmers to be recognized as promoters of health, they must first be strengthened in their work in rural areas. It is necessary to politically recognize the importance of the multifunctional role of family farmers with the investment in programs and public policies focused on issues such as agrarian reform, access to rural credit, commercialization of agricultural and non-agricultural products, and food production which are economically, socially and environmentally more sustainable, such as agroecology.

Keywords: Family farming; Health promotion; Multifunctionality in agriculture; School feeding; Social determinants of health

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição dos entrevistados em cada uma das cooperativas do estudo. Americana/SP e São Pedro/SP. 2018. 22

Figura 2. Determinantes sociais de saúde: o modelo de Dahlgren e Whitehead 45

Figura 3. Amostras de alimentos segundo a presença ou ausência de resíduos. PARA, 2010. 50

Figura 4. Número de notificações por intoxicação por agrotóxicos por ano, de 2007 a 2014, no Brasil. 52

Figura 5. Representação do Valor Bruto da Produção da agricultura não familiar, e da agricultura familiar. Brasil. 2006. 56

Figura 6. Distribuição em número e percentual de estabelecimentos da agricultura familiar e da agricultura não familiar. Brasil. 2006. 57

Figura 7. Distribuição percentual de área ocupada por estabelecimentos familiares e não familiares. Brasil. 2006. 58

Figura 8. Pessoal ocupado por milhões de pessoas, na agricultura familiar e na agricultura não familiar. Brasil. 2006 59

Figura 9. Ilustração sobre a história da alimentação escolar no Brasil. 62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Característica das cooperativas estudadas. Americana/SP e São Pedro/SP. 2018... 21

tabela 2. Caracterização dos entrevistados das cooperativas. Americana/SP e São Pedro/SP. 2018..... 24

tabela 3. Amostra de alimentos analisadas por cultura e resultados insatisfatórios. Para, 2010. 51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAE	Associação Brasileira de Alimentação Escolar
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ACRA	Associação Comunitária Jardim Alvorada
AIA	American Internacional Association for Economic and Social Development
APAMSP	Associação dos Produtores Agropecuários do município de São Pedro
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CCC	Commodity Credit Corporation
CME	Campanha de Merenda Escolar
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Americana)
COOPAMSP	Cooperativa de Produtores Agropecuários de São Pedro
COOPERACRA	Cooperativa de Agricultura Familiar e Agroecológica de Americana
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DSS	Determinantes Sociais da Saúde
ESALQ/USP	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/ Universidade de São Paulo
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FISI/ONU	Fundo Internacional de Socorro à Infância das Nações Unidas
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GESP	Grupo de Extensão de São Pedro
IA	Ingrediente Ativo
INAN	Instituto Nacional de Alimentação
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IZ	Instituto de Zootecnia
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LMRs	Limite Máximo de Resíduos
MEC	Ministério da Educação e Cultura

MFA	Multifuncionalidade
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Amercicana da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PARA	Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos
PMA/ONU	Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSP	Política Nacional de Promoção da Saúde
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
SAF	Sistema Agroflorestal
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SINDIVEG	Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Vegetal
SVS/MS	Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde
USAID	United States Agency for International Development
VBP	Valor Bruto de Produção

1. INTRODUÇÃO

Nesta dissertação nos propomos discutir aspectos que permeiam o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sob uma ótica orientada pela noção de multifuncionalidade da agricultura. Assim, trata-se aqui de estabelecer as vias de relação entre agricultura e saúde que podem ser evidenciadas com o PNAE.

A história deste programa é longa, iniciada na década de 1950, período em que se destaca uma personalidade que merece ser mencionada. Trata-se de Josué de Castro, médico brasileiro que incitou de maneira pioneira a discussão do problema da fome no Brasil. Inscrevendo no campo político esta questão, o autor desenvolve uma perspectiva socioeconômica desta mazela. Sua compreensão da fome e da desnutrição as integram nitidamente entre problemas de cunho político e social, frutos principalmente de desigualdades sociais e má distribuição de renda e de alimentos.

Segundo elemento fundamental, no que se refere à história do PNAE, associado a seus grandes avanços é a instituição de instâncias democráticas de participação popular, com destaque para o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

O CONSEA foi criado em 1993, no então governo de Itamar Franco, em resposta às demandas da sociedade civil especialmente articulada nos movimentos "Ética na Política" e "Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida". Em 1995, no início do governo de Fernando Henrique Cardoso, o CONSEA foi extinto, refreando o debate sobre o tema da fome, que volta a seu lugar de fragilidade na agenda política. Em 2003, no então governo de Luís Inácio Lula da Silva, o CONSEA é reinstalado. A partir de então, o conselho tem sua atuação fortalecida, consolidando-se pela força de articulação da sociedade civil organizada. Assim, constrói um legado reconhecido nacional e internacionalmente na luta pelo alcance da Segurança Alimentar e Nutricional[1] (SAN).

No entanto, em 01 de janeiro de 2019, com a edição da Medida Provisória 870, pelo presidente Jair Bolsonaro, são feitas alterações na estrutura e nas atribuições do CONSEA, que na prática levam à sua extinção. Em maio do mesmo ano, o Congresso recria o CONSEA, inserindo-o no Ministério da Cidadania, porém não mais como órgão de assessoramento à Presidência da República, como anteriormente à MP 870. No mês seguinte, junho, um veto presidencial impede a recriação do CONSEA, com a justificativa de "invasão de

[1] Lei nº 11.346/2006 - Art. 3o A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006c).

prerrogativas" do Executivo pelo Legislativo. Ainda que o veto possa ser rejeitado pela maioria absoluta dos parlamentares do Senado e da Câmara, a situação do CONSEA espelha o clima de instabilidade política do Brasil, ameaçando seus instrumentos democráticos, em particular as políticas de SAN.

Em seus anos de existência, o CONSEA teve importante atuação na luta contra a fome e a desnutrição e pela Segurança Alimentar e Nutricional da população, tratando pautas como alimentação adequada e saudável, aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, riscos dos agrotóxicos e das sementes transgênicas na agricultura. Alguns feitos marcantes resultantes de sua existência merecem ser destacados: a formulação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional aprovada em 2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; a aprovação da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; a inclusão da alimentação entre os direitos sociais no artigo 6º da Constituição Federal, com a Emenda Constitucional 064/2010; a proposição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); a elaboração do Plano Safra da Agricultura Familiar; a aprovação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; e a proposta de reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, com a inclusão de compras de produtos da agricultura familiar. Foi no bojo do CONSEA e por sua forma de organização que tais iniciativas foram produzidas e articuladas, trazendo destaque internacional e reconhecimento das Nações Unidas com a saída do Brasil do Mapa da Fome[2] da ONU, em 2014 (CASTRO, I.R.R., 2019).

Este marco ilustra e comprova o pensamento de Josué de Castro e a importância das políticas públicas e dos espaços democráticos para que se tenha êxito na luta contra fome e a miséria e com isso, pela soberania e segurança alimentar e nutricional.

Pela sua relevância, organização e história, o Programa Nacional de Alimentação Escolar foi escolhido como recorte para a discussão da hipótese desta pesquisa. O PNAE é o mais antigo programa de alimentação e nutrição ainda vigente, sendo uma importante ferramenta de política pública brasileira de combate à fome e garantia da segurança alimentar e nutricional. Suas potencialidades de assegurar o direito humano à alimentação adequada e de promover o desenvolvimento rural, merecem ser profundamente estudados e discutidos, assim como seus impactos.

---

[2] FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional. Relatório, 2014. Disponível em: https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf Acesso em: 02 de maio de 2019.

O PNAE tem como foco prioritário à alimentação de escolares, de forma a garantir sua segurança alimentar e nutricional, atendendo ao direito humano à alimentação adequada e permitindo uma melhoria do rendimento escolar, tal como apresentado em seu objetivo e em suas diretrizes, I, II, III e VI:

> contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (Art. 3º).
>
> I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;
> II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;
> III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;
> VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social (Art. 2º).

Em 2009 o programa passou por uma importante reformulação. A partir da sanção da Lei nº 11.947/2009, o PNAE passou a ser um dispositivo de política pública associado à abertura de mercado para os produtos da agricultura familiar, incluindo como uma de suas diretrizes, o apoio ao desenvolvimento rural sustentável:

> "V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos (art. 2º)."

Esta lei passou a determinar que no mínimo 30% (trinta por cento) do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a aquisição de gêneros alimentícios devem ser utilizados na aquisição de produtos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Com tal prescrição, o PNAE cria, em princípio, uma demanda constante por alimentos durante a maior parte do ano e tem o potencial de ampliar as oportunidades de escoamento de produtos da agricultura familiar, oferecendo uma comercialização mais estável e segura, possibilitando o aumento da renda familiar. Além destas vantagens, a criação desta

demanda constante e estruturada pode ser considerada como um meio para incentivar a melhora da qualidade dos produtos e do processo produtivo dos estabelecimentos familiares (IPC-IG, 2013).

Essas mudanças induzem e potencializam, como veicula os documentos associados ao PNAE,: a afirmação da identidade rural, através da valorização da agricultura familiar; a redução da pobreza e da insegurança alimentar, com o incentivo à produção, incluindo a produção para o autoconsumo; a (re) organização de comunidades, incluindo as comunidades tradicionais; a organização das famílias agricultoras, por meio de cooperativas, fortalecendo desta forma a coesão do tecido social e; a dinamização da economia local, ao incentivar o consumo de produtos da própria região (FNDE, 2016).

Se por um lado o PNAE é um programa com foco nas questões relacionadas ao consumo dos alimentos pelo escolar, visando contribuir para o crescimento e o desenvolvimento dos estudantes e para a melhoria do rendimento escolar, por outro lado, foca nas questões produtivas e no agricultor familiar, visando o apoio ao desenvolvimento rural sustentável. Desta maneira, pode-se considerar que o programa visa combinar impactos sociais e econômicos, formando uma rede de proteção social, em torno da segurança alimentar e nutricional, assegurando o acesso a alimentos aos escolares e promovendo a expansão da produção agrícola familiar, com aumento da renda rural (IPC-IG, 2013).

A inclusão e valorização dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar oferecem novos horizontes para as famílias agrícolas. Convém recordar que a agricultura familiar conheceu profunda marginalização, tendo sido muito pouco valorizada ao longo da história brasileira. Neste quadro, nem seu papel econômico e muito menos seus papeis sociais e culturais foram reconhecidos.

Do encontro da alimentação escolar com a agricultura familiar emerge uma ótica favorável ao reconhecimento de que o agricultor familiar pode assumir responsabilidades sociais, ambientais e culturais, muito além da função produtiva de oferta de produtos alimentícios às escolas.

A partir desta perspectiva, esta pesquisa buscou discutir a atuação do agricultor familiar no PNAE enquanto uma ação promotora de saúde, compreendendo-o como o “impulso inicial” de um processo capaz de promover saúde ao escolar, à comunidade e à própria família rural.

Iluminar esse ator social nos permite, não apenas abordar a importância de sua atuação em diferentes dimensões da vida humana, mas também discutir a sua ação específica enquanto promotor de saúde. Trata-se de buscar novas formas de compreender o fenômeno de

sua inserção no PNAE e iluminar novos elementos, oferecendo contribuições para o campo de debate sobre a multifuncionalidade da agricultura, a promoção da saúde e a segurança alimentar e nutricional. Assim, nosso olhar para este ator esteve orientado pelo seguinte problema de pesquisa: em que medida a atividade de produção alimentar familiar pode ser considerada como promotora de saúde?

Nossa pesquisa pressupõe que a produção agrícola familiar tem potencial para ser uma atividade promotora de saúde, o que permite lançar a hipótese de que o agricultor familiar reconhece, em particular em razão de sua participação no PNAE, sua atuação enquanto agente social promotor de saúde.

A pesquisa se desenvolveu com base na noção da multifuncionalidade da agricultura e nos conceitos dos determinantes sociais da saúde e da promoção da saúde, que serão apresentados e discutidos nos capítulos que seguem.

Com estas referências, o objetivo da pesquisa foi analisar a agricultura familiar praticada para abastecer o PNAE de modo a verificar em que medida é uma atividade promotora de saúde, a partir da perspectiva de agricultores/a. Os objetivos específicos da pesquisa foram: 1. Compreender o papel do PNAE no funcionamento das cooperativas em estudo; 2. Examinar a compreensão dos diretores das cooperativas sobre o papel de fornecedor de produtos ao PNAE; 3. Analisar a visão dos agricultores/as familiares destas cooperativas sobre a saúde e a relação entre alimentação e saúde; 4. Investigar a percepção dos agricultores/as sobre sua função social ao produzir e fornecer alimentos ao PNAE.

1.1. Procedimentos metodológicos

A elaboração deste trabalho esteve baseada na metodologia de pesquisa qualitativa em saúde. Segundo Minayo (2004), as metodologias de pesquisa qualitativa são aquelas “capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais” (p.10).

A pesquisa qualitativa nos permite mergulhar profundamente na vastidão das relações sociais e a partir daí extrair as suas subjetividades e suas questões não aparentes ou não evidenciadas de forma objetiva. Da mesma maneira, a interpretação na pesquisa qualitativa e sua explicitação são formuladas de forma objetiva específica, que não se identifica com a busca da operacionalização de dados de forma contabilizada, numérica ou até mesmo estatística. A construção da pesquisa qualitativa se funda em argumentos, cuja consistência se associa com os dados empíricos obtidos da realidade analisada. Na

investigação qualitativa a explicitação de pensamentos respondendo ao problema de pesquisa é guiada por referencial teórico amplamente aceito nas ciências sociais, o que legitima a argumentação, favorecendo seu debate acadêmico. Com estas orientações, buscamos nesta pesquisa interpretar a perspectiva de nossos interlocutores – agricultores e diretores de duas cooperativas – sobre os papeis da agricultura principalmente em termos de saúde, considerando a participação dos agricultores familiares no Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Minayo (2004) ao tratar a metodologia da pesquisa social, traz que o objeto das ciências sociais está situado em determinado tempo histórico e espaço. Nesse sentido tanto a escolha do objeto de estudo, quanto a sua interpretação estão submetidos a questões de sua época.

Dessa forma, a elaboração da nossa hipótese de pesquisa, de seus objetivos e de seus instrumentos (entrevistas semiestruturadas) esteve baseada em perguntas que permeiam o período atual, como parte de uma realidade social a qual se quer desbravar e compreender, aceitando as limitações para a busca de respostas, que podem não ser consideradas como uma única verdade absoluta. Igualmente, os sujeitos que compõem o objeto de estudo estão situados num tempo histórico e numa realidade específica, o que influencia sua forma de interpretar e atribuir significado aos fatos. Isto posto, como afirmado por Minayo (2004), “tanto indivíduos como os grupos e também os pesquisadores são dialeticamente autores e frutos de seu tempo histórico”.

A escolha da pesquisa qualitativa se justifica, desta maneira, pela pertinência de interpretar questões sociais próprias de nosso tempo histórico que influenciam nosso olhar analítico, que por sua vez levará a concepção de interpretações que influenciarão as respostas para tais questões.

1.1.1. A escolha das cooperativas

As duas cooperativas (Tabela 1) estudadas foram escolhidas pelos seguintes critérios definidos previamente: 1. Ser uma organização de agricultura familiar; 2. Estar sediada em região próxima a Piracicaba e; 3. Comercializar alimentos via PNAE, para municípios próximos às suas sedes.

Tabela 1. Característica das Cooperativas estudadas. Americana/SP e São Pedro/SP. 2018

CARACTERÍSTICAS	COOPERACRA	COOPAMSP	
Local da sede	Americana/SP	São Pedro/SP	
Técnica produtiva	Agroecológica	Convencional	
Áreas particulares para produção agrícola	Sim	Sim	
Área coletiva para produção agrícola	Sim	Não	
Agroindústria	Não	Laticínio	
Produtos comercializados via PNAE	Hortaliças	Hortaliças	Leite e Iogurte
Locais de entrega dos produtos	Americana; Limeira; Nova Odessa; Santa Bárbara do Oeste; Rio das Pedras	São Pedro	Águas de São Pedro; Brotas; Charqueada; Rio das Pedras; São Pedro

Fonte: Elaborado pela autora

As duas cooperativas (Cooperacra[3] e Coopamsp[4]) apresentam características distintas em termo de organização, técnica produtiva e produtos comercializados via PNAE, como apresentado no Quadro 1, que serão explicados e explorados em seus detalhes no Capítulo 3.

Essas distinções foram acrescentadas aos critérios de escolha das cooperativas, uma vez que a diversidade de realidades poderia contribuir com ricos elementos para discussão sobre as percepções que pudessem emergir nas entrevistas sobre o papel das cooperativas e dos agricultores ao fornecerem produtos para a alimentação escolar. Assim, as lógicas de funcionamento das duas cooperativas foram bastante exploradas. No entanto, é importante explicar que nosso propósito não foi comparar as duas cooperativas, apenas elucidar os diferentes pontos de vistas, a partir das realidades vivenciadas em cada situação.

1.1.2. A escolha dos/as entrevistados/as

Após a escolha das cooperativas, foram determinados os critérios para a seleção dos indivíduos entrevistados em cada organização. Foram traçados três perfis de entrevistados e elaborados três questionários para cada tipo de interlocutor. O primeiro perfil foi de membros da diretoria de cada uma das cooperativas (Apêndice B). Os segundo e terceiro perfis foram de agricultores das cooperativas, com a distinção de que uma parte trabalha em áreas particulares de produção, enquanto outros estão organizados em área coletiva de produção (apenas na Cooperacra). Desta forma foram traçados dois perfis de agricultores, aqueles das

[3] Cooperativa de Agricultura Familiar e Agroecológica de Americana
[4] Cooperativa de Produtores Agropecuários de São Pedro

áreas particulares (Apêndice C) e aqueles da área coletiva (Apêndice D). A distribuição das entrevistas é apresentada na Figura 1.

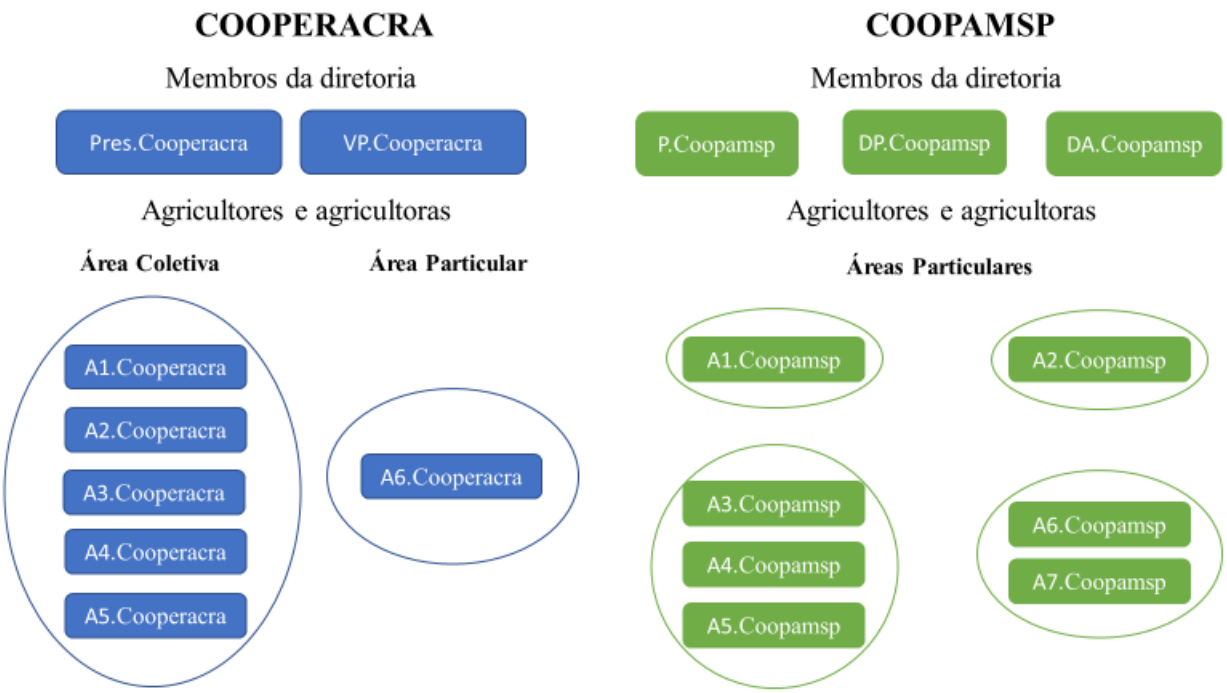

Figura 1. Distribuição dos entrevistados em cada uma das cooperativas do estudo. Americana/SP e São Pedro/SP. 2018.

Fonte: Elaborado pela autora

A diretoria executiva da Cooperacra é composta por Presidente e Vice-Presidente e, a da Coopamsp composta por Diretor Presidente, Diretor de Produção e Diretor Administrativo. Em ambas as cooperativas todos os membros das diretorias foram entrevistados.

A escolha dos agricultores entrevistados foi diferente em cada uma das cooperativas, de acordo com suas características. Na Cooperacra, na sua área coletiva de produção, onde trabalham dezesseis agricultores, foram convidados a participar da entrevista os sete membros que trabalham diariamente no local. Deste grupo, seis aceitaram participar. Assim, junto com uma agricultora foi realizado uma entrevista piloto e outras cinco entrevistas realizadas em seguida. Dentre as áreas particulares, que estão distribuídas em municípios vizinhos à Cooperacra, foi convidada uma família para participar da pesquisa. A escolha desta família justificou-se por seus membros terem grande envolvimento com a Cooperacra, desde sua fundação. Desta forma, participam intensamente de seus processos, inclusive no fornecimento

de alimentos para o PNAE. Nesta cooperativa todas as entrevistas foram realizadas individualmente.

Na Coopamsp foi critério para a seleção dos agricultores entrevistados, a produção e entrega de hortaliças para o PNAE através da cooperativa. Do universo de cento e dezenove cooperados, apenas oito famílias fornecem hortaliças para o Programa. Seguindo indicação do Diretor Administrativo da cooperativa, cinco famílias foram convidadas para participar das entrevistas. Também aqui, uma das famílias foi selecionada para a realização de uma entrevista piloto pré-teste, por tanto quatro entrevistas foram analisadas. Em duas das quatro entrevistas realizadas com agricultores, mais de um membro da família esteve presente, o que levou a contar com contribuição de todos os presentes nestas ocasiões.

Com este quadro, totalizaram-se dezoito entrevistadas, sendo cinco os membros das diretorias e treze agricultores e agricultoras, conforme caracterização apresentada a seguir (Tabela 2).

Tabela 2. Caracterização dos entrevistados das cooperativas. Americana/SP e São Pedro/SP. 2018

Nome	Idade (anos)	Local de Nascimento	Estado Civil	Gênero	Escolaridade	Cargo/ Profissão auto denominada	Cooperativa
Membros da diretoria							
Pres.Cooperacra	53	Paraná	Casado	M	Ensino médio completo	Presidente, produtor rural e técnico em edificações	Cooperacra
VP.Cooperacra			Casado	M	Ensino superior completo	Vice presidente e produtor rural	Cooperacra
Pres.Coopamsp	45	São Pedro/SP	Casado	M	Ensino médio completo	Diretor presidente e agropecuarista	Coopamsp
DP.Coopamsp	24	Piracicaba/SP	Solteira	F	Ensino médio completo	Diretora de produção	Coopamsp
DA.Coompamsp	50	São Pedro/SP	Solteiro	M	Ensino médio completo	Diretor administrativo	Coopamsp
Agricultores/as							
A1.Cooperacra	56	Astorga/ PA	Casado	M	Ensino fundamental incompleto	Produtor e músico	Cooperacra
A2.Cooperacra	48	Nova Olímpia/PA	Separada	F	Ensino fundamental incompleto	Produtora	Cooperacra
A3.Cooperacra	59	Riacho de Santana/ BA	Viúva	F	Ensino fundamental incompleto	Agricultora	Cooperacra
A4.Cooperacra	30	Americana/SP	Solteiro	M	Ensino fundamental completo	Agricultor	Cooperacra
A5.Cooperacra	48	Jales/SP	Casada	F	Ensino fundamental incompleto	Produtora/agricultora	Cooperacra
A6.Cooperacra	40	Piracicaba/SP	Solteira	F	Ensino médio completo	Agricultora	Cooperacra
A1.Coopamsp	40	São Pedro/SP	Casada	F	Ensino médio completo	Feirante	Coopamsp
A2.Coopamsp	33	Belo Horizonte/MG	Casada	F	Ensino superior completo	Agricultora	Coopamsp
A3.Coopamsp	53	São Pedro/SP	Casado	M	Ensino fundamental completo	Agricultor	Coopamsp
A4.Coopamsp	45	São Pedro/SP	Casada	F		Agricultora	Coopamsp
A5.Coopamsp	14	Piracicaba/SP	Solteiro	M	Cursando ensino médio	Estudante	Coopamsp
A6.Coopamsp	71	São Pedro/SP	Casado	M	Ensino fundamental incompleto	Lavrador	Coopamsp
A7.Coopamsp	38	São Pedro/SP	Casado	M	Ensino médio completo	Agricultor	Coopamsp

Fonte: Elaborado pela autora

1.1.3. Caminhos percorridos

A pesquisa contou com um ciclo de três fases, cada uma delas com uma ou mais etapas. A primeira foi a fase exploratória que, baseada no referencial teórico, permitiu, a formulação da hipótese e dos objetivos da pesquisa. Tratou-se de uma fase de contínua exploração de referenciais teóricos e pesquisa bibliográfica, que ofereceu suporte para o desenvolvimento metodológico da fase de campo e de análise. Este processo apenas se esgotou com a finalização da pesquisa e a redação da dissertação. Buscou-se demonstrar o "estado da arte" do objeto de estudo, em função dos propósitos da pesquisa em termos de produção de conhecimento desejado da realidade. Estes propósitos ancoram nosso olhar nos referenciais teóricos da multifuncionalidade da agricultura e da promoção da saúde (MINAYO, 2016).

A segunda fase foi a pesquisa de campo, que buscou dialogar, a partir da construção teórica da fase exploratória, com a realidade concreta. Como principal ferramenta para coleta de dados pertinentes, foram utilizados questionários para entrevistas semiestruturadas (Apêndice B ; C e; D). As entrevistas foram estruturadas de modo a responder os objetivos da pesquisa. As entrevistas realizadas com os diretores das cooperativas tiveram o objetivo de compreender a história de cada uma destas organizações e a sua relação com a venda de produtos para o PNAE, bem como a compreensão de seus diretores sobre o papel da cooperativa de fornecer alimentos para as escolas. As entrevistas com os agricultores tiveram como objetivos: examinar a organização das famílias com base na MFA; compreender a perspectiva dos agricultores sobre saúde, alimento saudável, refeição saudável e a relação entre alimentação e saúde e; discutir a visão dos agricultores sobre seu papel enquanto fornecedores de produtos alimentícios para as escolas via PNAE

Todas as entrevistas foram autorizadas pelos interlocutores através do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice A), com gravação integral da conversa para posterior transcrição. Os dias de campo foram relatados em diários de áudio gravados pela pesquisadora (MINAYO, 2016).

A terceira fase foi de tratamento e análise do material, cujo objetivo foi interpretar os dados empíricos, articulando-os e discutindo-os a partir do referencial teórico que fundamenta a pesquisa (MINAYO, 2016). Os dados analisados foram sobretudo aqueles obtidos nas entrevistas semiestruturadas. O diário de campo foi uma ferramenta utilizada ao final de cada entrevista ou cada observação participante, enquanto relato de pesquisa.

Para o exame das entrevistas nos baseamos na técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), que segundo Minayo (2016) nos permite “caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (p. 76). Desta maneira, a partir da transcrição das entrevistas foi efetuada uma primeira abordagem do material a ser analisado. Na sequência foram realizadas leituras flutuantes que objetivaram um contato geral com as entrevistas, visando a organização das categorias pré-definidas na elaboração dos questionários. A partir dessa formulação, as leituras das entrevistas foram profundas de forma a compreender os elementos discutíveis em cada categoria que emergia a partir da análise dos resultados.

Com a análise dos dados empíricos, buscamos responder aos objetivos da pesquisa, separando a discussão em três partes, organizadas a partir do roteiro de entrevistas e das categorias de análise. Dessa maneira, os resultados e discussões foram organizados da seguinte forma: 1. No Capítulo 3, apresentamos a história das duas cooperativas e a relação com a comercialização de seus produtos através do PNAE, na busca de compreender as mudanças na realidade das cooperativas e dos agricultores com o início de tal participação no programa e discutir o papel da cooperativa neste processo, na perspectiva de seus diretores; 2. No Capítulo 4, dividimos a discussão em duas seções. Na primeira, discutimos a relação de saúde e alimentação, na perspectiva dos agricultores, em quatro categorias pré-definidas: saúde; alimentação saudável; refeição saudável; relação entre saúde e alimentação. Na segunda seção, discutimos sobre a transversalidade da saúde em cada uma das quatro funções propostas na MFA, estas últimas tomadas como categorias de análise. Desse modo, a perspectiva de saúde que pautamos esteve baseada nos referenciais teóricos da promoção da saúde e dos determinantes sociais de saúde nas seguintes categorias: segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; preservação dos recursos naturais e da paisagem rural; manutenção do tecido social e cultural; reprodução socioeconômica das famílias rurais. Os referenciais teóricos serão discutidos no capítulo que segue.

2. REFERENCIAIS ANALÍTICOS PARA UM DIÁLOGO NECESSÁRIO ENTRE AGRICULTURA E SAÚDE

Este capítulo visa apresentar e situar conceitos que embasarão a discussão de nossa pesquisa. Em primeiro lugar, situa-se, numa breve perspectiva histórica, a pequena agricultura no Brasil, com vistas a abordar o lugar atual da agricultura familiar, que será a forma tratada neste trabalho. Em seguida, tratamos da noção de multifuncionalidade da agricultura (MFA), nossa principal referência para as análises realizadas. Quanto à discussão sobre saúde, consideramos a definição, em nível internacional, do conceito de promoção da saúde. Em seguida, destacamos pontos relevantes das conferências internacionais em torno de diretrizes para as ações de promoção da saúde. A abordagem desse conceito nos importa enquanto ponto de partida para a discussão dos determinantes sociais de saúde (DSS). Aqui, apresentamos a perspectiva de saúde com a qual desenvolvemos nossa pesquisa. Igualmente, o movimento de promoção da saúde no Brasil e seus pontos relevantes são abordados nesta dissertação, em particular por estar na origem da política pública nacional específica neste âmbito. Por fim, ainda no campo da saúde, discutimos o modelo de Dahlgren e Whitehead de determinantes sociais, que junto à MFA e às discussões internacionais da Promoção da Saúde, é utilizado como referência de análise. A última seção deste capítulo propõe uma discussão teórica da transversalidade da saúde nas funções da agricultura, tais como veiculadas pela MFA, a partir do modelo de DSS e do conceito de promoção da saúde.

2.1. De que agricultura falamos? A (des) importância da “pequena agricultura” no Brasil

As relações sociais estabelecidas em torno da agricultura familiar na sociedade brasileira atual são herança de uma estrutura agrária que se configura desde a invasão portuguesa destas terras. Com a chegada dos portugueses, não tardou a estabelecer-se neste território uma empresa agrícola nos moldes da grande lavoura monocultora, fundada nas bases do trabalho escravo, onde a exploração de recursos era voltada ao proveito no comércio europeu.

O objetivo dos empreendimentos neste território era todo voltado ao exterior, atendendo as necessidades da Europa, sem nenhuma pretensão de criação de sólidas bases para um desenvolvimento nacional. É desta forma que se inicia a organização da sociedade e

da economia brasileiras. Os três primeiros séculos da colônia marcam a história do Brasil e fundamentam o que somos hoje. É, portanto, o "caráter inicial da colonização" que apresenta o "sentido" da evolução brasileira (PRADO JR., 2015).

Sob a égide do Regime das Sesmarias, as terras brasileiras estavam sob domínio da coroa portuguesa e o direito de posse era concedido desde que o concessionário fizesse dessa titularidade um instrumento para "terra de exploração", ou seja, a utilizando para a grande lavoura destinada ao comércio exterior. Por outro lado, as "terras de trabalho" que estavam sob jurisdição da sesmaria eram em geral marginais à grande lavoura e destinada à agricultura de subsistência, produtora de gêneros destinados ao consumo interno, para manutenção da população do país (PRADO JR., 2015, DELGADO, 2012).

Marcada então pela tríade – exploração em larga escala, monocultura e trabalho escravo – é que se desenvolve a grande lavoura no Brasil colônia, voltada ao comércio exterior e de grande interesse econômico. De outro lado temos a agricultura de subsistência, que traz suas marcas de desprezo e existe quase sempre como apêndice da grande lavoura, destinada a alimentar a sua população trabalhadora (PRADO JR., 2015).

Com a independência do Brasil, em 1822, instala-se um período de transição rumo à transferência da posse da terra da coroa portuguesa para o domínio dos herdeiros das possessões territoriais. Liderada pela aristocracia agrária, a independência do Brasil, ao contrário de romper com o caráter da sociedade colonial, o manteve, dando continuidade ao trabalho escravo e ao monopólio do acesso à terra pelos grandes latifundiários (SAMPAIO JR., 2013)

Em 1850, é promulgada a Lei de Terras que implementa legalmente a propriedade privada de terras no Brasil. Nessa ocasião, qualquer cidadão poderia ter posse da terra, com direito de compra e venda, desde que pagasse o seu valor. Dessa forma, os desprovidos de bens permaneceram marginalizados, sem direito à terra e, da mesma forma, as "terras de trabalho" ficaram ultra marginalizadas. As terras consideradas devolutas, segundo a Lei de Terras, deveriam permanecer sob domínio público. Porém, grande parte deste patrimônio fundiário foi destinada aos imigrantes europeus, o restante tendo sido objeto de grilagem (DELGADO,2012; STEDILE, 2011).

Uma nova fase econômica inicia-se em 1930, marcada pelo avanço do capitalismo, representando o recuo do ciclo agroexportador hegemônico e início da fase urbano-industrial. Todavia, não há um rompimento entre os dois setores, mas estabelece-se uma relação dialética. Ainda que, nesse período, intensifique-se a subordinação da agricultura à indústria, de outro lado a indústria era totalmente dependente da agricultura, pelos dois principais

motivos, destacados por Oliveira (2013): 1. O fornecimento de trabalho por parte do contingente populacional resultante do grande êxodo rural, que formou o “exército de reserva” das cidades, redefinindo desta forma as relações capital-trabalho e permitindo impulsionar a acumulação de capital; 2. A oferta de excedentes alimentícios à população urbana.

Além do mais, o modelo industrial era dependente da economia dos países centrais e as exportações agrícolas permitiam que se mantivessem as divisas para o pagamento da importação de máquinas para o desenvolvimento industrial brasileiro (STEDILE, 2011).

Essa nova fase na estrutura econômica do país refletiu em grandes transformações nos espaços rural e urbano. Tratou-se de um período de significativo êxodo rural, com um crescente processo de urbanização e industrialização. Neste contexto, emergiu, por um lado, um grande debate sobre a “modernização” da agricultura frente às novas exigências de desenvolvimento do país e, por outro, a luta de resistência dos trabalhadores do campo frente às ameaças de expulsão do seu local de vida e trabalho, apoiada por forças reformistas a favor da reforma agrária (WANDERLEY, 2009; MEDEIROS, 2002). No espaço urbano, surge uma população que busca nas cidades o seu sustento e um bem viver que superasse as carências encontradas no campo, mas que, no entanto, encontra trabalho precário, fome e marginalização.

Em 1964, meses depois do golpe militar no Brasil, é promulgado o Estatuto da Terra que define a nova política agrícola para o país. Uma lei com duas vertentes, prevendo dispositivos tanto para a reforma agrária quanto para a modernização e industrialização da agricultura. Os dispositivos de reforma agrária não foram aplicados durante o governo militar, que favoreceu, por fim, a modernização da grande propriedade agropecuária. Tratou-se da vitória, alcançada de maneira autoritária, da tese de modernização conservadora da agricultura brasileira. E durante os vinte anos de ditadura, as forças do campo reformista estiveram reprimidas (WANDERLEY, 2009; DELGADO, 2012).

Segundo Sampaio Jr. (2013), ocorreram três momentos históricos em que o Brasil desperdiçou a oportunidade de dar encaminhamento construtivo à sua questão agrária, transformando as bases do poder econômico e político, com repercussão na estrutura social do país. Porém, na ausência de reforma se mantiveram preservadas as forças do latifúndio. Desta maneira, os modos produtivos do Brasil, sem resolução democrática de sua questão agrária, forjaram o modelo identificado hoje pelo chamado agronegócio. Trata-se do fruto da Revolução Verde, movimento mundial que contou com todo apoio dos governos militares para sua implantação.

As bases agrárias fundadas no latifúndio se mantiveram intactas no Brasil. No entanto, o domínio da terra passa cada vez mais a estar aberto a corporações estrangeiras e concentrado numa pequena parcela da população.

Ademais, a alta mecanização da produção excluía a força de trabalho do campo. Efetivamente, a modernização conservadora da agricultura brasileira impulsionou fortemente o êxodo rural (SANTOS, 2016; NOVAES ET AL, 2016)

A Revolução Verde teve como marca um pacote tecnológico que incluía a mecanização da produção, o uso de sementes melhoradas (depois transgênicas), fertilizantes e agrotóxicos. Estas mudanças técnico-produtivas aprofundaram a desigualdade social no campo, especialmente pela exclusão do trabalhador rural. A política de acesso ao crédito barato dos governos autoritários foi extremamente favorável a este pacote, contando com apoios de programas e instituições "filantrópicas" americanas como a AIA (American Internacional Association for Economic and Social Development, a USAID (United States Agency for International Development), Fundação Rockefeller e o Programa Aliança para o Progresso.

Nos anos 1990, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) foi concebido em grande medida com intenção de modernizar os agricultores familiares, reproduzindo as intenções de difusão do pacote tecnológico da revolução verde. Trata-se de um programa de acesso ao crédito, criado em 1996 "com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda" (BRASIL, 1996). Segundo Cazella, Mattei e Schneider (2004), a concepção deste programa ocorre em resposta à pressão do movimento sindical de trabalhadores rurais cujas reinvindicações desde os anos 1980 se fundam no projeto de desenvolvimento rural alternativo fundado no protagonismo da agricultura familiar. Nos primeiros passos do Pronaf, a definição da agricultura familiar correspondeu àquela dos estudos realizados pela FAO e INCRA. Estes estudos a categorizou em três níveis (consolidada; em transição; periférica).que respondessem à viabilidade econômica, à integração ao mercado e às inovações tecnológicas, sem considerar aspectos culturais ou a diversidade que pudesse existir na agricultura familiar brasileira.

Essa conceituação por fim não equalizaria as desigualdades existentes no espaço agrário brasileiro, uma vez que leva a privilegiar os grupos de agricultores familiares já estabelecidos e capitalizados. O apoio apenas aos agricultores familiares já consolidados, como ocorreu no início do programa, apenas reforçaria e poderia cristalizar a marginalização

dos agricultores que não se adequassem à lógica de mercado e à incorporação das inovações tecnológicas, acentuando desigualdades no campo (CARNEIRO, 1997).

Ao analisar o debate em torno do programa Moruzzi Marques (2003), apresenta suas dualidades e contradições. Por um lado, é fruto da crítica à agricultura convencional com suas indesejadas consequências sociais e ambientais e por outro visa a disseminação de uma agricultura produtivista entre os agricultores familiares. Pode-se dizer que, se por um lado "incontestavelmente a linha de crédito do PRONAF favorece, e já favoreceu ainda mais, os agricultores familiares mais capitalizados", por outro "contribuiu com vigor, e continua a contribuir, para a própria construção da categoria dos agricultores familiares, diversa por excelência" (MORUZZI MARQUES, 2003).

Ao longo dos anos mudanças ocorreram no Pronaf, procurando torna-lo mais abrangente Em 2006, a partir da Lei nº 11.326, são estabelecidas as diretrizes para a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais na qual considerou-se que o agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural, numa área de até quatro módulos fiscais, que emprega mão de obra familiar, que obtém um percentual mínimo da renda familiar originada das atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento, e que gerencia o estabelecimento junto a sua própria família (BRASIL, 2006a).

O acesso ao crédito, via Pronaf, ocorre com a qualificação das Unidades Familiares de Produção Agrária a partir do instrumento de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A DAP é um documento exigido para o acesso a outros programas públicos como o PAA e o PNAE.

A pequena agricultura tomou diversos lugares ao longo da história agrária brasileira. Nesse quadro é possível reconhecer avanços ocorridos nas últimas décadas, no entanto é necessário ter um olhar crítico especialmente sobre a forma de sua valorização. O privilégio para uma agricultura familiar capitalizada e nos moldes industriais modernos profundamente integrada à lógica de mercado e ao modelo capitalista de produção pode se revelar uma grande armadilha, tornando o agricultor familiar muito dependente do sistema financeiro, da agroindústria e dos circuitos longos de comercialização

Dessa forma, novos olhares à agricultura familiar considerando suas múltiplas funções levam a valorizar notadamente sua autonomia e sua contribuição às dimensões ambientais e socioculturais.

2.2. A Multifuncionalidade da Agricultura e as novas perspectivas para o papel social do/a agricultor/a

A multifuncionalidade da agricultura (MFA) é uma noção que teve seu reconhecimento internacional a partir dos debates ocorridos na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992. No contexto europeu, a MFA foi muito mobilizada no final dos anos 1990 no âmbito das políticas públicas agrícolas, também despertando interesse no campo das relações comerciais internacionais e naquele teórico e de pesquisa (SABOURIN, 2005).

É importante destacar que há uma diversidade de concepções teóricas e aplicações práticas em torno da MFA. Seja por ser um tema que pode responder a diferentes interesses políticos, econômicos e sociais, ou até mesmo pela diversidade de territórios e realidades agrícolas em que se pode aplicar a noção em questão. De fato, a transposição da MFA para a realidade brasileira pressupõe considerar sua realidade específica, muito distinta por exemplo da Europa.

Segundo Maluf (2002), a noção da MFA difundida internacionalmente reflete duas ordens distintas, mas que mantem suas interfaces. A primeira ligada ao uso da noção da MFA destacada na Agenda 21, com vistas a focalizar e instrumentalizar os papeis da agricultura de modo a torná-los efetivos, especialmente as funções de segurança alimentar e sustentabilidade. compreendendo a atividade agrícola além da sua função primária de produzir alimentos e fibras. A segunda busca legitimar as considerações não comerciais sobre a agricultura, com vistas a incluí-las em acordos comerciais da Organização Mundial do Comércio (OMC) relativos à agricultura, em perspectiva de apresentá-las de forma mais palatável aos enfoques liberais.

Num âmbito da economia internacional, as políticas agrícolas adotas nos países desenvolvidos podem interferir e dificultar o enfrentamento das questões econômicas e sociais dos países do terceiro mundo. Da mesma forma, na realidade brasileira do início do século XXI, a existência de duas esferas diferentes no governo para tratar a agricultura provoca uma série de contradições (MALUF, 2002) entre políticas de liberalização comercial e aquelas ativas de desenvolvimento, no caso, agrícola e rural. Evidentemente, estas contradições são anteriores à emergência da MFA. De fato, a MFA pode justamente contribuir no debate social com uma perspectiva de equalizar as desigualdades no campo agrícola e rural, oferecendo um lugar de destaque à agricultora familiar.

Com efeito, a unidade rural de produção familiar não é apenas produtiva, o que a torna mais apta a responder aos princípios da sustentabilidade incorporados na noção da MFA.

A propósito os estudos da MFA na realidade brasileira destacam que a questão da reprodução econômica das famílias rurais, em grande parte dos casos, não guarda uma relação constante com a produção agrícola. Ainda que na realidade agrária do Brasil a produção de alimentos esteja diretamente ligada à agricultura desenvolvida em base familiar, nem sempre as famílias tiram seu sustento exclusivamente desta atividade (MALUF, 2003; BONNAL; MALUF, 2009).

Desta forma, o olhar para a MFA transposta à realidade brasileira pode destacar quatro funções da agricultura, como propõe Maluf (2003):

1.Reprodução socioeconômica das famílias rurais

Nesta função discute-se as condições de trabalho e geração de renda das famílias rurais para que se mantenham no campo de forma digna.

A centralidade da produção agrícola na economia das famílias rurais é um importante ponto para esta discussão. Atividades como processamento agroindustrial e turismo rural, por exemplo, são consideradas atividades não agrícolas (ou para-agrícolas), muitas vezes compondo a renda familiar. São atividades relevantes também para contribuir para a efetivação de outras funções da agricultura, que serão discutidas adiante, como identidade, inserção social e sociabilização das famílias rurais. Ademais, há diversas realidades na ruralidade brasileira e em muitos casos o complemento de renda da família rural vem de atividades desenvolvidas fora da unidade produtiva, muitas vezes até com trabalhos no espaço urbano. Ambos os casos de complemento da renda, que ampliam o campo de atuação da família rural, associam à MFA o enfoque da pluriatividade, que tem sua relevância para a compreensão da estrutura socioeconômica da família rural e da unidade produtiva.

Esse é um ponto primordial para a discussão da realização da MFA na agricultura de base familiar, a partir da análise das condições, estímulos e apoio para o reconhecimento das múltiplas funções associadas à atividade agrícola. É importante então analisar as condições de acesso à terra, o tamanho da área disponível para a produção, as condições de instalação dos jovens e a permanência no campo permitindo a reprodução da família. Ademais, convém analisar as políticas e programas públicos que proporcionam condições para o desenvolvimento das atividades agrícolas em estruturas de base familiar, desde políticas de reforma agrária, até a assistência técnica rural e a criação de canais institucionais de comercialização, por exemplo.

2. Promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade

Os aspectos da segurança alimentar estão associados aqui tanto às questões de qualidade, quanto quantidade de alimentos. No aspecto da qualidade podemos relacionar dois principais fatores. Em primeiro lugar, as opções técnicas utilizadas no processo produtivo, com o uso ou não de agrotóxicos na produção do alimento, trazendo características de melhor ou pior qualidade, especialmente em termos de saúde. Em segundo lugar, trata-se de aspectos relacionados a questões microbiológicas, por exemplo, relacionadas a qualidade da água usada para irrigação, ou até mesmo à qualidade dos produtos resultantes do processamento da produção agrícola.

Quanto à quantidade de alimentos, a análise recai sobre os fatores de produção, questionando sua suficiência para abastecer às famílias rurais, bem como suprir necessidades alimentares da sociedade. Igualmente em ambos os casos, deve-se considerar a questão da qualidade do alimento.

Ademais, devem ser consideradas nessa função as vias de distribuição e comercialização da produção agrícola.

3. Manutenção do tecido social e cultural

Esta função está relacionada à identidade social, às formas de sociabilização das famílias e das comunidades rurais e a seus modos de vida. A ligação da identidade das famílias rurais à agricultura é fator que define suas formas de sociabilidade repercutindo em seus modos de vida. Ademais, a relação desta função com as anteriores também é significativa, seja pela agricultura ser elemento de sobrevivência e permanência da família no campo, ou para a produção de alimentos para a própria família enquanto valor significativo. As condições de permanência dos jovens no campo também devem ser consideradas nesta função.

4. Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural

Nesta função busca-se identificar as contribuições ou impactos degradantes da agricultura para a paisagem rural e o patrimônio natural. Assim, questiona-se a relação desta agricultura com o território em que as famílias se localizam. Aqui é importante compreender a relação das famílias rurais com os recursos naturais e os impactos das práticas agrícolas desenvolvidas, por exemplo o uso ou não de agrotóxicos na produção. Ademais, é relevante neste ponto a relação entre atividade agrícola e legislação ambiental, que muitas vezes, como destacado por Maluf (2003), pode ser conflituosa.

2.3. O que se entende por "saúde"? Da promoção da saúde aos seus determinantes sociais

O conceito de Promoção da Saúde foi primeiramente utilizado por Henry Sigerist, na década de 40, quando o definiu como uma das quatro tarefas da medicina. Leavell e Clark retomaram o uso do conceito em 1965, quando desenvolveram o modelo de história natural da doença, sendo a promoção da saúde a primeira medida a ser tomada na prevenção primária à doença. (BUSS, 2003).

Na década de 1970, o conceito ganha força efetivamente a partir de dois eventos marcantes. O primeiro foi entre 1973/1974, duas missões de observação de especialistas da Organização Mundial da Saúde (OMS), à recém-aberta China Nacionalista ao mundo exterior, destacaram especialmente que no ambiente rural eram desenvolvidos cuidados à saúde fundados na atenção primária. (HEIDMANN ET AL, 2006; Brasil 2002).

O segundo foi o Relatório Lalonde - Uma Nova Perspectiva na Saúde dos Canadenses (1974), divulgado pelo então Ministro da Saúde do Canadá, que passa a considerar a Promoção da Saúde sob uma nova ótica, em resposta aos desafios contemporâneos: mudanças sociais, políticas e culturais; esgotamento do modelo biomédico e; mudança do perfil epidemiológico. O questionamento aos sistemas de saúde nos países de primeiro mundo a partir da constatação de sua ineficácia e ineficiência, em razão da forma como estava organizado, submetidos às forças de mercado, fez surgir novas concepções do processo saúde-enfermidade-cuidado, trazendo uma perspectiva articulada entre a saúde e as condições de vida (BUSS, 2003).

Esses dois eventos representam em nível mundial o marco de mudança no debate da saúde pública, resultando em 1978 na realização da I Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, em Alma-Ata, na República do Cazaquistão, que trouxeram a proposta "Saúde Para Todos no Ano 2000" e a " Estratégia de Atenção Primária de Saúde" (BRASIL, 2002; BUSS, 2003; HEIDMANN ET AL, 2006). Na Declaração de Alma-Ata, a saúde é enfatizada como um direito humano fundamental. Compreende-se que para a sua realização deve haver envolvimento, além do setor saúde, de setores correlatos ao desenvolvimento nacional e comunitário (tais como agricultura, pecuária, produção de alimentos, indústria, educação, habitação) (BRASIL, 2002).

O movimento da promoção da saúde é crescente neste período e sua repercussão é mundial. Em 1986, na I Conferência Mundial de Promoção da Saúde, em Ottawa-Canadá, ocorre o ápice desta discussão com a participação de representantes de trinta e oito países.

Como resultado da Conferência, a Carta de Ottawa apresenta o conceito de Promoção da Saúde até hoje utilizado:

> O processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a Promoção da Saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global (BRASIL, 2002)

Além disso, a Carta propõe os cinco "Campos de Ação da Promoção da Saúde": políticas públicas saudáveis, criação de ambientes favoráveis, reforço da ação comunitária, desenvolvimento de habilidades pessoais e reorientação dos serviços de saúde (BRASIL, 2002; BUSS, 2003).

A ação coordenada de diversos setores, que apontem para a equidade em saúde, distribuição equitativa da renda e políticas sociais devem ordenar a construção de 'políticas públicas saudáveis'. Estas últimas podem se expressar por diversas abordagens complementares, incluindo legislações, medidas fiscais, taxações e mudanças organizacionais.

A saúde depende da relação existente entra a população e o seu ambiente. Desta forma, a conservação dos recursos naturais deve ser enfatizada como uma responsabilidade global. Os modos de vida, o ambiente de trabalho e as formas de lazer podem impactar a saúde significativamente. Por esta razão, o cuidado com o ambiente em que se vive e a forma como se vive são essenciais para a promoção da saúde. Dessa forma, a importância da 'criação de ambientes favoráveis à saúde' é capital.

A ação da comunidade de forma concreta e efetiva, através da participação popular e do acesso à informação, é igualmente fundamental para a tomada de decisões, como escolha de prioridades, definição de estratégias e implementação de ações que visem a melhora na qualidade de vida e nas condições de saúde. Daí, é evidente a importância do empoderamento e do 'reforço das ações comunitárias'.

Igualmente importante é o empoderamento do indivíduo. A realização de atividades de capacitação de indivíduos nos mais diversos espaços comunitários – escolas, locais de trabalho, equipamentos de saúde, lares etc. – através de organizações educacionais, profissionais, voluntária e por órgãos governamentais, são imprescindíveis. O 'desenvolvimento das habilidades pessoais' auxilia, em nível populacional, que se possa

exercer maior controle sobre a própria saúde e o meio ambiente e fazer opções que conduzam a uma melhor saúde.

Os serviços de saúde não devem estar orientados exclusivamente à oferta de serviços clínicos e de urgência, ou unicamente ao cuidado da doença. O apoio às necessidades individuais e comunitárias para uma vida mais saudável respeitando as peculiaridades culturais devem ocorrer no setor saúde num diálogo ampliado com outros setores sociais, políticos, econômicos e ambientais, da forma a 'reorientar os serviços de saúde'.

A Carta de Ottawa representa um grande marco no movimento mundial da Promoção da Saúde, tendo influenciado todas as demais conferências signatárias e postula a ideia da saúde como qualidade de vida condicionada por múltiplos fatores como alimentação, justiça social, ecossistema, renda, trabalho, educação e lazer, entre outros (BUSS, 2003; CZERESNIA, 2003; HEIDMANN ET AL, 2006).

2.4. As conferências de promoção da saúde pós Ottawa e os pontos relevantes de suas declarações

A II Conferência de Promoção da Saúde ocorre em 1988, em Adelaide-Austrália. O consenso dessa Conferência foi definir a importância das políticas públicas saudáveis, o compromisso dos mais diversos setores em pautar suas ações e políticas visando a saúde como um fator essencial e a compreensão de que a superação das desigualdades sociais é imprescindível para a combater as inequidades em saúde. Afirma que é de responsabilidades dos governos assumir estes compromissos, não apenas nas ações concretas no nível nacional, mas também em nível regional e local. A Conferência identificou quatro áreas prioritárias para promover ações imediatas em políticas públicas saudáveis: apoio à saúde da mulher; alimentação e nutrição; tabaco e álcool e; criação de ambientes saudáveis.

Para nossos propósitos, vale destacar a discussão da 'alimentação e nutrição' e a 'criação de ambientes saudáveis'. Com vistas à eliminação da fome e da má-nutrição, as políticas de alimentação e nutrição que conciliem agricultura, economia e ambiente, devem ser prioridade dos governos, implementando ações que promovam acesso a alimentos saudáveis, tanto com o aumento de poder de compra da população, quanto favorecendo o acesso à alimentação em serviços públicos como hospitais, escolas, abrigos e locais de trabalho. A coordenação de ações intersetoriais deve priorizar a saúde como pré-requisito para o desenvolvimento industrial e agropecuário, de modo a criar ambientes favoráveis à saúde, que não exponham as pessoas a efeitos adversos diretos ou indiretos de fatores biológicos,

químicos e/ou físicos e que reconheçam que homens e mulheres são parte do complexo ecossistema universal.

O tema dos ambientes favoráveis à saúde ou ambientes saudáveis já vinha sendo discutido nas Conferências anteriores. No entanto, foi o centro da discussão da III Conferência Internacional de Promoção da Saúde, que ocorreu em Sundvall-Suécia, em 1991. Neste sentido, o foco se dirigiu à interdependência entre saúde e ambiente[5]. Essa Conferência se apresenta como uma convocação para ação, de modo a ampliar o comprometimento com o desenvolvimento sustentável e a equidade. Os governos e os outros atores da tomada de decisões em todos os setores, nos diferentes níveis da sociedade, junto às organizações do Sistema das Nações Unidas, devem desempenhar papel decisivo para o alcance deste objetivo. As ações para a criação de ambientes favoráveis, tanto nos seus aspectos físicos quanto sociais, devem envolver predominantemente os setores da educação, transporte, habitação, desenvolvimento urbano, produção industrial e agricultura. Ademais, as ações devem estar pautadas pelo princípio da equidade e da diversidade dos recursos naturais, considerando como exemplo os povos indígenas que vivem em harmonia espiritual e cultural com a natureza.

A VI Conferência de Promoção da Saúde ocorreu em Jacarta, capital da Indonésia, em 1997. Foi a primeira vez que uma dessas conferências ocorreu em um país em desenvolvimento e que se inclui o setor privado no apoio à promoção da saúde. Essa Conferência enfatizou a relevância dos cinco campos de ação da Promoção da Saúde, propostos na Carta de Ottawa, e a eficiência e eficácia das estratégias quando desenvolvidas de forma combinada. A Declaração de Jacarta foi a primeira a tratar os determinantes sociais da saúde em um item específico e destacou com veemência que a pobreza é a maior ameaça à saúde. Foram estabelecidas as prioridades para a promoção da saúde no século XXI: promover a responsabilidade social para com a saúde; aumentar os investimentos para fomentar a saúde; consolidar e expandir parcerias em prol da saúde; aumentar a capacidade comunitária e dar direito ao indivíduo; assegurar uma infraestrutura para a promoção da saúde. Até então era discutida a importância da participação de diversos setores públicos e organizações não governamentais para superação dos desafios impostos às condições de saúde da população, mas neste momento destaca-se a importância da inclusão do setor privado para

[5] A questão ambiental ganhava grandes proporções no cenário internacional, aumentando a crítica ao modo de desenvolvimento dos países industrializados. No relatório "Nosso Futuro Comum", de 1987, a Comissão Mundial pelo Desenvolvimento e o Meio Ambiente apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável como "o desenvolvimento que satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades".

este enfrentamento, da forma a incluir todos os atores. Ainda que a inclusão do setor privado tenha sido polêmica durante a Conferência, ela foi aceita e sua participação consta nas prioridades de ação para os próximos anos (BUSS, 2003).

Ademais, sobre as quatro últimas Conferências Internacionais ocorridas em 2000 (Cidade do México), 2005 (Bangkok/ Tailândia), 2009 (Nairóbi/ Quênia) e 2013 (Helsinque/ Finlândia), algumas questões pontuais podem ser destacadas, que trouxeram em especial elementos para o enfrentamento de desafios, dos tempos atuais, relacionados decorrentes da globalização, da reincidência ou aumento de doenças, como as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT).

Sobre a Conferência da Cidade do México, ainda que reconhecidos os avanços no campo da saúde, reafirmou-se a necessidade de seguir na busca de soluções para as inequidades em termos de saúde e bem-estar. Considerou-se também que podem ocorrer novas doenças ou reemergir outras que venham a ameaçar os avanços registrados na área da saúde. Desta forma, prescreveu-se abordar com urgência os determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde. Para este propósito é requerida a colaboração de todos os setores sociais, com intensa participação da sociedade civil.

Na Conferência de Bangkok, foi central a discussão dos desafios para a saúde num mundo globalizado, tendo como destaques: o aumento crescente das desigualdades internamente nos países e também entre os países; os novos padrões de consumo e comunicação; os procedimentos globais de comercialização; as mudanças globais no meio ambiente e; o processo crescente de urbanização. Com a intenção de progredir na abordagem dos determinantes de saúde e alcançar a saúde para todos a Conferência propôs quatro compromissos chave: tornar a promoção da saúde ponto central na agenda do desenvolvimento global; priorizar os investimentos em saúde em todos os níveis de governo (locais, regionais e nacionais); oferecer subsídios necessários para a participação das comunidades e da sociedade civil, para que desempenhem papel central nas iniciativas de promoção da saúde; exigir do setor corporativo compromisso com boas práticas e o cumprimento dos regulamentos e acordos locais, nacionais e internacionais que promovam e protejam a saúde.

A sétima Conferência Internacional de Promoção da Saúde, ocorrida no Quênia, resultou na Declaração “Nairóbi chamada à ação”. O evento privilegiou cinco subtemas: capacidade para a promoção da saúde; sistemas de saúde; parcerias e ações intersetoriais; empoderamento de comunidades; educação e comportamentos em saúde. Para cada um dos subtemas foram destacadas as estratégias e ações prioritárias, das quais podemos enfatizar:

fortalecer as lideranças; garantir financiamento adequado para saúde; melhorar o gerenciamento do desempenho, as abordagens e métodos dos sistemas de saúde; assegurar acesso universal à saúde; empoderar as comunidades e indivíduos; trabalhar com evidências.

Por fim, os documentos da Conferência de Helsinque veiculam o reconhecimento de que os governos têm responsabilidade sobre a saúde de seus povos e que a equidade em saúde é expressão de justiça social. Sua declaração intitulada Helsinque sobre Saúde em Todas as Políticas afirma que as inequidades em saúde entre e dentro dos países são política, social e economicamente inaceitáveis, injustas e evitáveis. Esta declaração chama a atenção para a responsabilização, nos impactos de saúde, os formuladores de políticas públicas em todos os níveis. Também convoca os governos para: comprometimento com saúde e equidade em saúde como política prioritária; garantindo estruturas, processos e recursos eficazes para saúde em todas as políticas; fortalecimento da capacidade dos Ministérios da Saúde de engajarem outros setores dos governos; construção da capacidade institucional e desenvolvimento de habilidades para implementação de saúde em todas as políticas; adoção de mecanismos transparentes de auditoria de prestação de contas; estabelecimento de medidas para lidar com os conflitos de interesses; inclusão de comunidades, movimentos sociais e sociedade civil no desenvolvimento, implementação e monitoramento da saúde em todas as políticas

O debate sobre a promoção da saúde, a partir das cartas e declarações das conferências da OMS, tiveram e seguem tendo importância para a conceituação de saúde, bem como para formulação de ações neste setor. A saúde concebida enquanto um direito humano, a partir da Conferência de Alma-Ata e os direcionamentos para a promoção da saúde, a partir dos campos de ação apresentados na Carta de Ottawa, seguem sendo referência neste movimento internacional. O destaque aos determinantes sociais de saúde ocorre em Jacarta em 1997. É de suma importância a ênfase atribuída a esta noção em 2005 com a criação da Comissão dos Determinantes Sociais de Saúde da OMS. Sem dúvida, esses pressupostos mudaram o paradigma da visão de saúde e influenciaram movimentos neste âmbito ao redor do mundo. No entanto, convém reforçar alguns pontos nesta discussão. Primeiro, é preciso romper os limites de discussões de promoção da saúde que caminham apenas no campo individual e comunitário. Assim, trata-se de reivindicar a elevação desta discussão aos níveis macroeconômicos para que as mudanças efetivamente sejam capazes de romper às bases sócio históricas que favorecem a perpetuação das desigualdades sociais, acarretando inequidades em saúde. Além desta orientação, existem ressalvas quanto ao posicionamento das cartas e declarações das conferências, por exemplo, com relação à inclusão do setor

privado no âmbito dos serviços de cuidados em saúde, o que teve início na Conferência de Jacarta. Novamente, a Declaração de Helsinque afirma que o setor privado pode contribuir para a saúde pública, mas, em seguida, destaca a necessidade de estabelecer medidas para salvaguardar as políticas de saúde das influências e distorções por conta de conflitos de interesses. Esta posição leva a considerar a defesa da saúde pública e estatal, de acesso universal. Trata-se assim de defender os interesses da população, o que pode ser melhor assegurado com efetiva participação popular e controle social. Uma tal visão ultrapassa os limites da setorialidade, permeando-a no conjunto das políticas públicas e tratando-a de forma intersetorial.

2.5. A Promoção da Saúde no Brasil

Enquanto no cenário internacional a discussão sobre a promoção da saúde estava efervescente, num primeiro momento, o debate em torno da saúde tomava outros rumos no contexto adverso de ditadura militar que assolava o Brasil (PAIM, 2003)

O debate sobre a Reforma Sanitária brasileira, que ganhou dimensão nacional no final de 1970, foi influenciado pela reforma italiana, trazendo consigo uma profunda crítica à mercantilização no conjunto de dimensões da vida, que por fim apresentaria profundos danos à saúde humana. Segundo Correia e Medeiros (2014), devido ao momento enfrentado no Brasil, de forte resistência contra a ditadura militar e crítica ao modelo preventivo, as posições adotadas eram mais inovadoras e críticas do que as propostas apresentadas nas conferências internacionais.

Em 1986, ocorre a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que teve como temas centrais: saúde como direito; reformulação do Sistema Nacional de Saúde e; financiamento setorial. A força e importância do movimento pela Reforma Sanitária permitiu destacar no documento final da Conferência a necessidade de profundas mudanças no sistema de saúde, que não dizem respeito a uma reforma administrativa e/ou financeira, mas sim a ampliação do conceito de saúde, com revisão das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde (BRASIL, 1986).

Vale ressaltar que o movimento da Reforma Sanitária tinha como objetivo um processo de mudança no sistema de saúde a fim de retirá-lo da lógica de mercado, permitindo alcançar toda a sociedade, na busca de modificar as condições de vida da população e os determinantes do processo saúde-doença (CORREIA; MEDEIROS, 2014).

As discussões em torno da Reforma Sanitária e as direções dadas pela 8ª Conferência Nacional de Saúde se confirmam na Constituição Federal de 1988. Nesta última, a saúde é considerada como "direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (Art. 196, Constituição Federal, 1988). O Sistema Único de Saúde já é concebido na Constituição de 1988, que apresenta os princípios de universalidade, equidade e integralidade. No entanto, a sua regulamentação só é estabelecida em 1990, com as Leis 8.080 e 8.142[6] (BEZERRA; SORPRESO, 2016).

O Art. 3º, da Lei nº 8.080/90, declara que "os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais" (BRASIL, 1990a). Segundo Ramos (2014), essa lei aponta para a Promoção da Saúde, pois reconhece que o estado de saúde pressupõe as condições econômicas e sociais favoráveis ao bem-estar do indivíduo e das coletividades. Trata-se assim de um reconhecimento da determinação social no processo saúde-doença.

O Programa Saúde da Família – hoje denominada Estratégia Saúde da Família – implementado em 1994 e o resultado da X Conferência Nacional de Saúde são apontados como marcos que favoreceram a definitiva inclusão do tema da Promoção da Saúde na agenda política do país (PAIM, 2003; CORREIA; MEDEIROS, 2014; BEZERRA; SORPRESO, 2016). Segundo Bezerra (2016), o Programa Saúde da Família foi uma alternativa que nasceu frente à crítica que vinha se fazendo e consolidando, contrária ao modelo assistencial hegemônico, adotando concepções propostas na 8ª Conferência Nacional de Saúde, na Constituição Federal de 1988 e nas diretrizes de Atenção Primária à Saúde publicadas na Declaração de Alma-Ata.

Em 1998/1999 o Ministério da Saúde em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU), passa a vislumbrar a elaboração de uma Política Nacional de Promoção da Saúde. Esta última é fruto de propostas do projeto "Promoção da Saúde, um novo modelo de atenção", cujo teor concebe políticas públicas de

[6] A Lei no 8.080/90 dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços de saúde. Apresenta os objetivos, as atribuições, os princípios e as diretrizes do SUS. A Lei no 8.142/90 garante a participação popular na gestão do SUS, através do Conselho de Saúde e da Conferência de Saúde e orienta o uso dos recursos financeiros destinados a área da saúde (BRASIL, 1990a; BRASIL, 1990b).

saúde com construção de parcerias fora do setor sanitário e com ampliação da discussão dos determinantes sociais de saúde (MALTA ET AL, 2016).

Efetivamente a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) se consolidou a partir com da aprovação da Portaria nº 687, de 30 de março de 2006, tendo por objetivo promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes: modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais (BRASIL, 2006b). Em 2010 esta primeira versão da Política foi reeditada com avaliações e questionamentos de pontos tais como: a construção de ações internacionais, a incorporação do referencial e das estratégias nas ações intrasetoriais e as estratégias de formação que não vinham dando conta do preparo de profissionais em uma nova concepção de trabalho em saúde (MINOWA, 2016).

Em 2013 houve uma reformulação da Política, resultando num documento divulgado em 2014. Essa reformulação foi coordenada pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS) em parceria com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e o Grupo Temático de Promoção da Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), ainda contando com envolvimento de diversos atores da sociedade correlatos ao tema da promoção da saúde. As mudanças foram motivadas pelo resultado de avaliações sobre a implementação da política, em conjuntura de comprometimento do governo brasileiro frente às orientações da Conferência Mundial de Determinantes da Saúde (2011) e da VIII Conferência Mundial de Promoção da Saúde (2013) (MALTA ET AL, 2016; MINOWA ET AL, 2017).

Malta *et al* (2016), ao analisar o percurso da promoção da saúde no SUS e a sua afirmação enquanto política pública, defini que o percurso da PNPS é marcado por três capítulos: (1) 1998/2004 – Embrião de uma PNPS; (2) 2005/2013 – Nasce, cresce e se desenvolve uma PNPS; (3) 2013/2015 – Revisando, ampliando e divulgando a PNPS. Na análise desse último capítulo Malta *et al* (2016) destaca importantes mudanças que apontam para a necessidade de articulação com outras políticas públicas, levando em consideração a importância da intersetorialidade para a efetivação da promoção da saúde. Sendo necessária também a articulação de diversos atores sociais, com ampla participação da sociedade civil organizada, em diferentes esferas de governo.

A promoção da saúde ocupa espaço efetivo na política pública no Brasil e sustenta a formulação de ações no âmbito da saúde. No entanto é fato que há muitos pontos ainda a avançar. Uma perspectiva pertinente para seu reforço (melhorando os indicadores de saúde da população, com a redução de inequidades) consiste em compreender a saúde não enquanto

centralidade, mas enquanto elemento fundante de outras políticas e outras esferas da atuação pública

2.6. Os determinantes sociais da saúde e o modelo Whitehead e Dahlgren

A discussão dos determinantes sociais de saúde oferece luz à promoção da saúde de forma a compreendê-la na sua perspectiva social, política, econômica, cultural e ambiental. Não se ignora a importância das ações voltadas aos indivíduos e às comunidades e ao desenvolvimento de suas habilidades para o cuidado em saúde. No entanto, nos determinantes sociais de saúde busca-se ampliar este espectro, articulando questões locais e globais e salientando a importâncias de políticas públicas intersetoriais voltadas à melhoria da qualidade de vida da população (CORREIA; MEDEIROS, 2014).

Como já situado anteriormente, um dos pontos centrais para que se possa alcançar equidade em saúde é o combate às desigualdades socioeconômicas entre os diferentes grupos populacionais. Ademais, a participação popular na vida política e a coesão social entre indivíduos e comunidades são fatores que favorecem o alcance desta equidade (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Há diversos modelos que apresentam de forma esquemática as relações existentes entre os determinantes sociais. Para nossa reflexão optamos pelo uso do modelo de Dahlgren e Whitehead, que dispõem os DSS em quatro níveis, desde determinantes individuais, até os determinantes macroeconômicos de saúde. Ainda que este modelo não explicite a possível relação estabelecida entre os fragmentos dos determinantes, nos interessa sua forma didática de apresentar as distintas camadas. Assim, oferece subsídio pertinente para estabelecer as relações entre a saúde e a agricultura, considerando os aspectos culturais, sociais e ambientais, muito além da dimensão econômica.

De acordo com o modelo (Figura 2), primeiro situam-se os indivíduos e suas características de idade, sexo e fatores genéticos que podem influenciar seu estado de saúde e sua potência de ação. A partir dos indivíduos o modelo situa quatro níveis nos quais pode-se incidir com políticas e programas públicos.

Figura 2. Determinantes sociais de saúde: o modelo de Dahlgren e Whitehead
Fonte: CNDSS, 2008

A primeira camada, considerando o fortalecimento dos indivíduos, diz respeito ao comportamento e os estilos de vida individuais. A atuação eficaz ocorreria por meio de políticas de abrangência populacional que promovam mudanças no comportamento individual, como programas educativos, comunicação social, possibilidade de acesso a alimentos saudáveis, administração do estresse, entre outros. A atuação sobre o comportamento individual, efetivamente não trará diretamente mudanças estruturais. No entanto, destaca possibilidades para escolhas mais saudáveis, ou administração individual coerente em situações adversas.

A segunda camada corresponde ao fortalecimento das comunidades e suas redes de relações. Consideram-se fundamentais, para a promoção e proteção da saúde individual e coletiva, os laços de coesão social e as relações de confiança e solidariedade entre as pessoas. Aqui incluem-se as políticas que reconhecem a importância da coesão social para a sociedade e assim oferecem de condições para que as dinâmicas das comunidades funcionem, estabelecendo redes de apoio à organização e participação das pessoas.

Na terceira camada, consideram-se as condições físicas e os ambientes psicossociais nas quais as pessoas vivem e trabalham. Neste nível as políticas devem buscar assegurar: acesso à água limpa; esgoto; habitação adequada; alimentos saudáveis e nutritivos; emprego

seguro; ambientes de trabalho saudáveis; serviços de saúde e de educação de qualidade; entre outros. Essas políticas normalmente são de responsabilidade de setores distintos, mas seria necessário o estabelecimento de mecanismos que permitam ações integradas e intersetoriais.

A última camada, dos macrodeterminantes, diz respeito às intervenções de políticas macroeconômicas. Os DSS consideram as condições socioeconômicas, culturais e ambientais gerais, propondo atuações que promovam a redução da pobreza e das desigualdades socioeconômicas, da violência e da degradação ambiental e os seus efeitos sobre a sociedades.

As ações efetivas, em níveis macroeconômicos podem agir num "efeito cascata" influenciando de forma positiva todas as demais camadas, especialmente porque ao tratar as desigualdades sociais, os efeitos nas inequidades em saúde terão maior eficácia. Segundo Buss e Pellegrini Filho (2006), "uma vez superado um determinado nível de PIB per capita, o fator mais importante para explicar a situação geral de saúde de um dado país não é a sua riqueza total, mas a maneira como ela se distribui". De fato, por mais que a riqueza gerada por uma sociedade seja importante para o investimento em melhores condições de vida e saúde, se não houver equidade em sua distribuição, seus frutos não se converterão em níveis satisfatórios da saúde da população de maneira geral (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Ademais, esta perspectiva aponta para a essencialidade da participação da população na vida política em nível local, regional e nacional. A defesa de um sistema político democrático, de instâncias de participação popular, visa permitir que os indivíduos e comunidades estejam ativamente influenciando as decisões e rumos das políticas públicas que possam interferir em seus estados de saúde. Nesta ótica, formas de cooperação entre as pessoas, a fim de reforçar a coesão social, com indivíduos unidos entre si, interagindo em grupos sociais, são meios de assegurar a saúde da população, com a multiplicação de ambientes favoráveis a atuações individuais e coletivas a respeito da saúde.

2.7. A transversalidade da saúde nas funções da agricultura

Em termos metodológicos optamos por fazer esta discussão a partir da transversalidade dos elementos de saúde presentes nas quatro funções propostas pela MFA na realidade brasileira, compreendendo essa relação a partir da família rural e entendendo seus efeitos na própria família, no território em que se expressa a vida e as relações sociais dessa família e na sociedade como um todo.

Partimos do princípio de que na agricultura referida – a agricultura familiar – temos o/a agricultor/a enquanto sujeito atuante. Nesse sentido ele tanto é afetado pela agricultura,

como causa efeitos a partir da sua atuação. Retomando à hipótese da pesquisa, de que o/a agricultor familiar é sujeito social promotor de saúde, é de fundamental importância apresentar a perspectiva descrita acima para que possam compreender a junção de conceitos que será apresentada adiante. Nas funções descritas na MFA parte-se do princípio de que é A AGRICULTURA que é promotora dos elementos apresentados em cada uma das funções. No entanto, na nossa discussão colocaremos enquanto sujeito O AGRICULTOR, inserido na realidade da agricultura familiar, na perspectiva de afetar e ser afetado pela agricultura.

Se o agricultor familiar é sujeito na produção de alimentos para a sociedade e se a alimentação é primordial para a saúde, devemos considerar as condições de manter esse sujeito no campo de forma digna, para que dessa maneira continue exercendo sua função de produzir e fornecer alimentos de qualidade. Ademais, se a agricultura é capaz de produzir bens imateriais, caros à saúde, reconhecer o agricultor familiar enquanto essencial para esta produção legitima sua atuação enquanto promotor de saúde, além de produtor estritamente de alimentos.

2.7.1. Segurança Alimentar das famílias rurais e da sociedade

A relação mais evidente que se manifesta entre agricultura e saúde está relacionada às questões alimentares – ou até mesmo de sistemas alimentares – e às discussões acerca de uma alimentação saudável. Nesse sentido, a primeira função que podemos abordar é a promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias rurais e da sociedade. Relacionar a agricultura enquanto promotora de segurança alimentar e nutricional, com a saúde, implica discutirmos quais alimentos são produzidos e de que forma e, destacar a importância do agricultor para a produção deste alimento.

Retomando o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional[7], devemos considerar primeiramente que a agricultura familiar tem grande participação na produção dos alimentos que compõem a nossa base alimentar. Nesse sentido agricultores e agricultoras são os sujeitos responsáveis por esse processo e por isso podemos considerá-los parte fundamental e indispensável na garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, a participação da agricultura familiar para as culturas selecionadas foi: produzia 87% da produção nacional de mandioca, 70% da

[7] A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006c).

produção de feijão (sendo 77% do feijão-preto, 84% do feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar e 54% do feijão-de-cor), 46% do milho, 38% do café (parcela constituída por 55% do tipo robusta ou conilon e 34% do arábica), 34% do arroz, 21% do trigo, 16% da soja, 58% do leite (composta por 58% do leite de vaca e 67% do leite de cabra), possuía 59% do plantel de suínos, 50% do de aves, 30% dos bovinos.

Na perspectiva da alimentação enquanto direito humano garantido pela Constituição Federal ressalta-se a obrigação do Estado na garantia deste direito e a necessidade das políticas e programas públicos que caminhem nesse sentido. O PNAE apresenta essa perspectiva e igualmente reconhece o agricultor familiar enquanto parte fundamental deste processo ao incluir os produtos da agricultura familiar na compra institucional. Ademais, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, a Política Nacional de Promoção da Saúde e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, expressam a alimentação adequada e saudável enquanto direito e enquanto elemento fundamental para a promoção da saúde.

A transição nutricional que se evidência nas últimas décadas, apresenta um aumento expressivo no sobrepeso e obesidade. A Pesquisa Nacional de Saúde, de 2013, estimou uma prevalência de excesso de peso de 57,3% e de obesidade de 17,5% nos indivíduos adultos do gênero masculino e prevalência de excesso de peso de 59,8% e de obesidade de 25,2% nos do gênero feminino (LOUZADA, 2019). Compondo esta transição, houve a redução da desnutrição em crianças, sendo que a prevalência passou de 37,1% em 1974, para 7,1% em 2007. Embora grupos vulneráveis da população, como indígenas, quilombolas, mulheres e crianças que vivem em áreas vulneráveis, ainda apresentem prevalência de deficiências de micronutrientes e desnutrição crônicas (MONTEIRO ET AL, 2010; BRASIL, 2014a).

Esta transição nutricional é consequência da transição nos padrões alimentares, resultante das mudanças nos padrões produtivos. A emergência de doenças crônicas não transmissíveis relativas à alimentação como a obesidade, as doenças cardiovasculares, a hipertensão e alguns tipos de câncer, são agravos à saúde resultantes destas transições.

Os alimentos *in natura* ou minimamente processados ainda correspondem ao maior percentual total de calorias consumidas, segundo dados da POF 2008-2009, no entanto há um aumento crescente no consumo de alimentos processados e ultraprocessados (LOUZADA, 2019). Por causa dos impactos à saúde causados pelo consumo de alimentos ultraprocessados, além da tendência de afetarem negativamente a cultura, a vida social e o ambiente, que o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014a) preconiza o consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados como base da alimentação da população brasileira e

recomenda que se limite o consumo de produtos processados e evite o consumo de produtos ultraprocessados.

Conseguinte à preconização do Guia, reforçamos o fato de que a agricultura familiar é a principal responsável pela oferta de alimentos *in natura* e alimentos minimamente processados. E que os sistemas produtivos baseado nas monoculturas fornecem as matérias primas base (milho, soja, trigo, cana de açúcar etc.) para a produção dos ultraprocessados das corporações alimentícias, para as rações animais ou para combustível, sendo um sistema de menor representação na composição da alimentação adequada e saudável recomendada à população. Importante ressaltar que na produção de monoculturas o uso de agrotóxicos é indiscriminado, além do uso de sementes transgênicas, como é o caso da soja e do milho, que são duas das matérias primas básicas para a indústria alimentícia.

Segundo o SINDIVEG (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Vegetal) em 2015, do total de agrotóxicos vendidos no país, 52% foi destinado às culturas de soja, 10% às culturas de milho e 10% às culturas de cana de açúcar. Ou seja, 72% do total de agrotóxicos comercializados são destinados a três culturas que compõem a base da agricultura capitalista brasileira. A representação deste percentual em outras culturas é de: algodão (7%); trigo (4%); café (3%); pastagem (2%); arroz (2%); feijão (2%); demais culturas representam 8% do total comercializado de agrotóxicos (BOMBARDI, 2017). Dessa maneira os produtos processados e ultraprocessados não estão livres destas contaminações, muito pelo contrário.

As técnicas produtivas são importante fator a elucidar, uma vez que a forma e extensão de ocupação da terra e o uso de agrotóxicos podem apresentar efeitos nocivos tanto à saúde humana, quanto à saúde ambiental. A pesquisa realizada pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), da Anvisa (2011)[8], analisou 2.488 amostras, de 18 diferentes culturas[9], em 26 estados brasileiros[10] e revelou que 63% das amostras analisadas apresentam resíduos de agrotóxicos (Figura 3).

---

[8] Os resultados considerados para esta análise foram os dados da PARA de 2010. Isso por que, ainda que o número de amostras analisadas na PARA 2011/2012 tenha sido maior por cultura, o número de culturas analisadas foi menor. Pensando na gama de alimentos consumidos na dieta alimentar da população brasileira, optou-se por analisar resultados que cobrissem o maior número de culturas. Sobre os resultados da PARA 2015/2016, optamos por não utiliza-los devido à mudança na metodologia aplicada e nos questionamentos feitos no 7º Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária (https://www.abrasco.org.br/site/eventos/simposio-brasileiro-de-vigilancia-sanitaria/manifesto-do-7o-simbravisa-acerca-do-relatorio-do-programa-de-analise-de-residuo-de-agrotoxicos-em-alimentos-para2013-2015-divulgado-pela-agencia-nacional-de-vigilancia-sanitaria-anvisa/22231/#content, acessado em 04 de abril de 2019).

[9] "O PARA monitorou dezoito alimentos: abacaxi, alface, arroz, batata, beterraba, cebola, cenoura, couve, feijão, laranja, maçã, mamão, manga, morango, pepino, pimentão, repolho e tomate. A escolha das culturas baseou-se nos dados de consumo obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na disponibilidade destes alimentos nos supermercados das diferentes unidades da Federação e no uso intensivo de agrotóxicos nestas culturas." (ANVISA, 2011, p. 7).

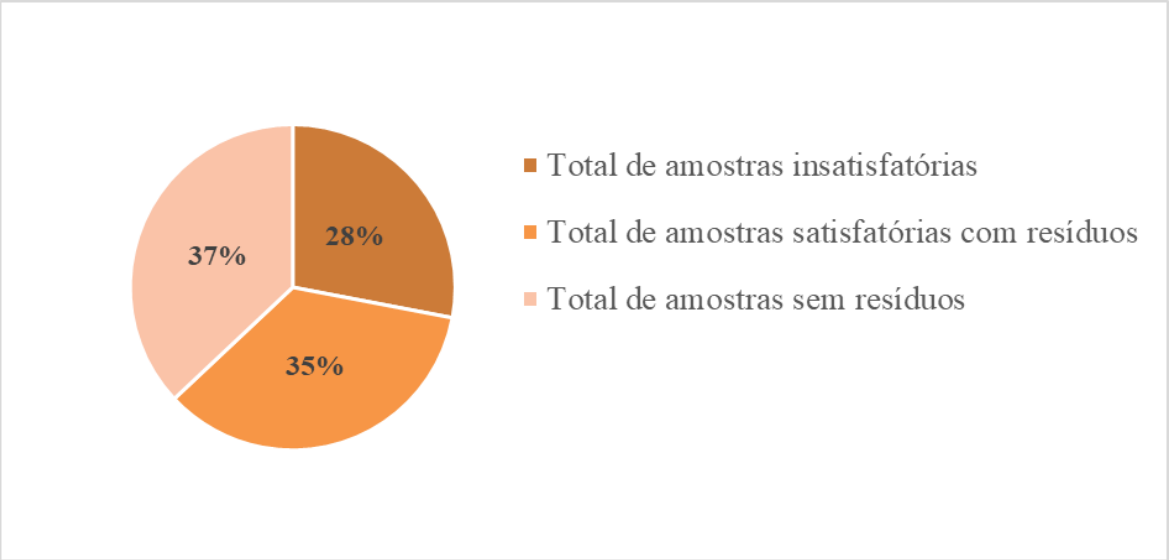

Figura 3. Amostras de alimentos segundo a presença ou ausência de resíduos. PARA, 2010.
Fonte: Anvisa (2011)

Do total das amostras analisadas 28% apresentam Ingrediente Ativo[11] (IA) não autorizado para aquela cultura e/ou que ultrapassam os Limites Máximos de Resíduos (LMRs), por isso são consideradas insatisfatórias. Outros 35% das amostras que apresentam resíduos estão dentro dos LMR considerados aceitáveis (ABRASCO, 2015).

Pode-se questionar que estes resultados não apresentam o problema em sua completude, pois a definição dos limites máximos de resíduos apresenta incertezas científicas. Ademais, na PARA 2010 não foram analisados todos os IA utilizados no Brasil, dessa forma não se pode afirmar a ausência destas substâncias nas amostras analisadas, como é o caso do glifosato, que não foi pesquisado e representa 40% das vendas de agrotóxicos no Brasil (ABRASCO, 2015).

As amostras que apresentaram maior índice de contaminação, com mais de 50% insatisfatórias, por apresentarem IA não autorizado para a cultura e/ou IA acima do LMR foram, pimentão (91,8%), morango (63,4%), pepino (57,4%), alface (54,2%). Ademais, das dezoito culturas analisadas, nove apresentaram mais de 30% das amostras com resultados insatisfatórios. O percentual de amostras que apresentam IA não autorizados para a cultura é de 24,3% (Tabela 3).

[10] Não foram analisadas amostras do estado de São Paulo. O estado tem seu próprio Programa de Análise Fiscal de Alimentos ("Programa Paulista") (ANVISA, 2011, p. 7).
[11] O que se nomeia por Ingrediente Ativo (IA) é a principal substância química presente em um agrotóxico.

Tabela 3. Amostra de alimentos analisadas por cultura e resultados insatisfatórios. PARA, 2010.

Produto	Número de Amostras	NA		> LMR		> LMR e NA		Total de Insatisfatórias	
		1		2		3		(1 + 2 + 3)	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Abacaxi	122	20	16,4%	10	8,2%	10	8,2%	40	32,8%
Alface	131	68	51,9%	0	0,0%	3	2,3%	71	54,2%
Arroz	148	11	7,4%	0	0,0%	0	0,0%	11	7,4%
Batata	145	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Beterraba	144	44	30,6%	2	1,4%	1	0,7%	47	32,6%
Cebola	131	4	3,1%	0	0,0%	0	0,0%	4	3,1%
Cenoura	141	69	48,9%	0	0,0%	1	0,7%	70	49,6%
Couve	144	35	24,3%	4	2,8%	7	4,9%	46	31,9%
Feijão	153	8	5,2%	2	1,3%	0	0,0%	10	6,5%
Laranja	148	15	10,1%	3	2,0%	0	0,0%	18	12,2%
Maça	146	8	5,5%	5	3,4%	0	0,0%	13	8,9%
Mamão	148	32	21,6%	10	6,8%	3	2,0%	45	30,4%
Manga	125	5	4,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	4,0%
Morango	112	58	51,8%	3	2,7%	10	8,9%	71	63,4%
Pepino	136	76	55,9%	2	1,5%	0	0,0%	78	57,4%
Pimentão	146	124	84,9%	0	0,0%	10	6,8%	134	91,8%
Repolho	127	8	6,3%	0	0,0%	0	0,0%	8	6,3%
Tomate	141	20	14,2%	1	0,7%	2	1,4%	23	16,3%
Total	**2488**	**605**	**24,3%**	**42**	**1,7%**	**47**	**1,9%**	**694**	**27,9%**

Fonte: Anvisa (2011).

O uso de agrotóxicos não autorizados para a cultura representa alto risco para a saúde humana, uma vez que estas substâncias estão banidas devido à sua alta toxicidade e, no entanto, são encontrados em culturas que compõem a nossa dieta cotidiana (ABRASCO, 2015). Ademais, o consumo de alimentos que apresentam resíduos – mesmo que de IA autorizados – que estão acima do LMR igualmente apresentam risco a saúde de consumidores.

O número de notificações por intoxicação por agrotóxicos no Brasil é crescente[12] , sendo que de 2007 a 2014, o número de casos notificados passou de 4.964 para 11.863, respectivamente (Figura 4).

[12] Em 2004, a partir da Portaria nº 777, de 28 de abril 2004, tornou-se obrigatório, por parte dos profissionais de saúde, realizar a notificação compulsória por intoxicação por contaminantes químicos, entre eles os agrotóxicos. Apesar da melhoria no processo de notificação, a Organização Mundial da Saúde alerta que a subnotificação é algo de expressão histórica, especialmente os casos de intoxicações crônicas, o que muitas vezes traz invisibilidade a estas ocorrências (BRASIL, 2018).

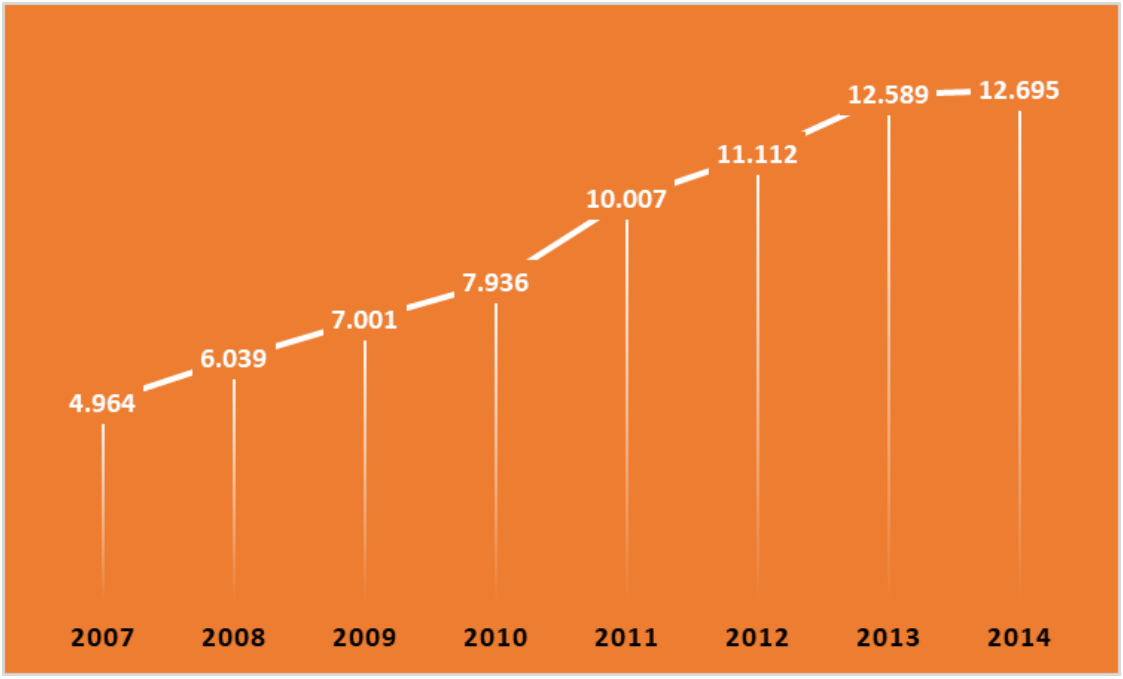

Figura 4. Número de notificações por intoxicação por agrotóxicos por ano, de 2007 a 2014, no Brasil.

Fonte: Relatório Nacional de Vigilância em Saúde (BRASIL, 2018)

Os agravos à saúde humana por intoxicações por agrotóxicos podem ser agudos, subagudas e/ou crônicos, podendo ocorrer de forma leve, moderada ou grave, a depender da quantidade absorvida, seja por ingestão, inalação ou contato cutâneo. Dentre os grupos que estão em frequente contato direto com estas substâncias destacam-se os agricultores e trabalhadores do setor agropecuário, trabalhadores das indústrias de formulação e síntese e, dos setores de transporte e comércio destas substâncias, e pilotos agrícolas da pulverização aérea de agrotóxicos (OPAS/OMS, 1996; ABRASCO, 2015; BRASIL, 2018).

A população em geral também está exposta aos agravos à saúde por intoxicação por exposição aos agrotóxicos. Seja por contaminações ambientais que causam efeitos à saúde humana, ou por consumo de alimentos produzidos com agrotóxicos. Os efeitos e sintomas agudos e crônicos são diversos e podem variar de acordo com o grupo químico de agrotóxicos. Dentre os principais sintomas agudos podemos destacar: dores de cabeça, náusea, vômito, dores abdominais, desmaio, convulsão, sangramento nasal e dermatites. Dentre os sintomas crônicos podemos destacar: efeitos neurotóxicos, lesão hepática, lesão renal, neuropatias periféricas, alergias respiratórias, fibrose pulmonar e diversos tipos de cânceres (OPAS/OMS, 1996; ABRASCO, 2015; BRASIL, 2018).

Num cenário em que a saúde humana está ameaça pelo consumo de alimentos contaminados por agrotóxicos, a agroecologia se apresenta como uma alternativa cada vez mais reconhecida, já que propõem sistemas produtivos com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. Sendo uma abordagem que integra princípios agronômicos, ecológicos, socioeconômicos e culturais aos sistemas agrícolas, valoriza os conhecimentos da agricultura tradicional e está organizada sob bases familiares e/ou comunitárias (ALTIERI, 2004).

Dessa maneira, garantir a segurança alimentar e nutricional da família rural e da população como um todo – levando em consideração as técnicas agrícolas de produção dos alimentos e a qualidade dos alimentos ofertados – significa influenciar nos níveis de saúde dos indivíduos e coletividades.

2.7.2. Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural

Como destacado na Declaração de Sundsvall "*as pessoas são parte integral do ecossistema da terra. O processo de saúde está fundamentalmente interligado com o meio ambiente total*" (BRASIL, 2002). Nesse sentido, relacionar agricultura e saúde implica em situar quais efeitos a agricultura terá no ambiente em que se desenvolve, compreendendo que esses efeitos causarão impactos à saúde humana, que podem não ser favoráveis.

O modelo de produção agrária hegemônico no Brasil – químico dependente – nos leva a ocupar o lugar de maiores consumidores de agrotóxicos do mundo. O uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos e plantas transgênicas causam impactos na saúde ambiental – que consequentemente interferem na saúde humana – provocando a perda da agrobiodiversidade, destruição de ecossistemas, contaminação do solo e das águas (superficiais e profundas) e contaminação do ar (ABRASCO, 2015).

A estrutura agrária brasileira, historicamente constituída, nunca esteve favorável à preservação ambiental e das paisagens rurais. As monoculturas latifundiárias, além de trazerem suas consequências no âmbito social, trouxeram suas consequências nos quesitos ambientais. O constante avanço das empresas agrícolas vem causando destruição das florestas. Como é o caso da Mata Atlântica, devastada pelas monoculturas de café e cana de açúcar, pela pecuária extensiva, pela exploração dos recursos madeireiros. O Cerrado, que vem sofrendo com a produção intensiva de algodão e com os avanços da pecuária e dos grãos, em especial a soja, que igualmente avançam na Amazônia, que também é destruída pela

exploração das empresas madeireiras. A devastação das florestas e biomas acarreta mudanças nas paisagens, perda da biodiversidade e destruição de ecossistemas (LEROY, 2002).

A Carta de Ottawa, preconiza no campo de ação ‘criação de ambientes favoráveis à saúde’ que é essencial o acompanhamento sistemático dos impactos ambientais à saúde, seguido de ações que assegurem benefícios positivos para a saúde da população. Ademais, que a proteção do meio ambiente e a conservação dos recursos naturais deve essencialmente fazer parte de qualquer estratégia de promoção da saúde (BRASIL, 2002). Nesse sentido é preciso incentivar e fortalecer modos de agricultura que preservem o meio ambiente, prezem pela paisagem rural e conservem os recursos naturais.

2.7.3. Manutenção do tecido social e cultural

Discutir o espaço rural e a identidade dos indivíduos e famílias rurais a partir da agricultura, para então relacioná-la à saúde na perspectiva do social e cultural, implica primeiramente em entender que este espaço compreende modos de vida, costumes e normas sociais e que as relações estabelecidas neste local não estão implicadas exclusivamente pela dimensão econômica da atividade agrícola.

Nesse sentido é preciso apontar que a agricultura que ocupa o espaço rural desta maneira, efetivamente é a agricultura familiar. A agricultura não familiar, segue o caminho inverso, excluindo as pessoas do campo ou as mantendo enquanto trabalhadoras rurais, podendo levar à perda da identidade de agricultores ou camponeses ocupantes da terra e autônomos em suas produções.

Defender este local enquanto um ambiente saudável, de vida e para a vida, implica em pensar de que maneira a agricultura pode ser favorável à manutenção do tecido social e cultural e dessa forma, como determinado modelo de agricultura pode ser favorável à saúde a partir desta perspectiva.

Leroy (2002), fala que para se ter um desenvolvimento endógeno no espaço rural em que a saúde se integre de forma sinérgica é necessário criar condições de vida no campo. Condições essas que vão desde a oferta de serviços de saúde e educação para a população rural, à criação de mercados locais que esta agricultura abasteça e que igualmente seja abastecida por ele, e que as famílias rurais possam ter condições de “enraizamento” no território, podendo se reproduzir no local de forma intergeracional. Essas condições e este enraizamento no campo, como apontado por Leroy (2002), propiciam diversos processos de

desenvolvimento local, territorial e regional, que serão favoráveis ao desenvolvimento de um país e de uma sociedade.

A declaração da Conferência de Sundsvall, que discutiu ambientes favoráveis à saúde, aponta igualmente para a necessidade de preservar e manter culturas e modos de vida e que as mudanças nas relações sociais tradicionais, que causam isolamento social, perda de significados e propósitos coerentes para a vida e a perda de valores tradicionais e de herança cultural, são ameaças à saúde.

Formas organizativas que favoreçam o cooperativismo e o associativismo, que criem laços entre as pessoas e propiciem a coesão social para que os indivíduos e comunidades se fortaleçam em suas ações comunitárias na direção de desenvolver prioridades e definir estratégias para a melhoria das condições de vida e de saúde da população serão sempre positivas e devem ser estimuladas. Políticas públicas, como é o caso do PNAE, que caminhem neste sentido devem ser incentivadas e fortalecidas para que o espaço rural seja sempre um local promotor de saúde.

Nesse sentido a valorização do modo de vida e das formas de sociabilização e lazer no espaço rural, o favorecimento e valorização da identidade cultural e social dos indivíduos enquanto agricultores, as condições de acesso à saúde e educação no campo, além de outros direitos básicos, garantem dignidade às comunidades rurais e reconhecem este enquanto espaço em que se vive, produz e reproduz.

2.7.4. Reprodução socioeconômica das famílias

Ao abordar essa função da agricultura, Maluf (2003) destaca importantes elementos a se considerar para discutir as condições de permanência no campo das famílias rurais. A atividade agrícola nem sempre representa a contribuição mais importante da renda monetária da família, no entanto na agricultura importantes elementos se compõem como, a identidade cultural das famílias rurais com a agricultura, a produção para o autoconsumo da família e a geração de ocupação que é determinante para a dinâmica do território, como já discutido nos pontos anteriores.

As condições de trabalho, o emprego, a renda adequada, distribuída de forma equitativa, e a justiça social, são alguns dos elementos fundamentais para o desenvolvimento social e de saúde da população. Nesse sentido, relacionar agricultura e saúde sob a ótica da reprodução socioeconômica implica em analisar qual modelo de agricultura favorece condições mais adequadas para bom desenvolvimento dos elementos destacados.

Compreender como se dá a distribuição entre agricultura familiar e não familiar no espaço rural, a partir do valor bruto de produção, do número de estabelecimentos, da área ocupada por cada tipo de agricultura e pelo pessoal ocupado em cada uma das agriculturas, nos permitirá compreender a dinâmica de geração de emprego e renda no espaço rural e qual a contribuição da agricultura familiar para esta dinâmica. Partindo da compreensão de que condições de trabalho seguras, estimulantes e satisfatórias, bem como as condições de geração de renda a partir da atividade agrícola, permitindo que a família rural se mantenha no campo de forma digna, serão elementos fundamentais para a promoção da saúde.

No Censo Agropecuário de 2006, o valor bruto da produção na agricultura familiar representou 38% do valor de produção para o total de estabelecimentos, equivalente a R$ 54 bilhões, enquanto na agricultura não familiar o valor bruto de produção foi de R$ 89 bilhões, representando 62% do valor total de produção para aquele ano (Figura 5) (IBGE, 2006).

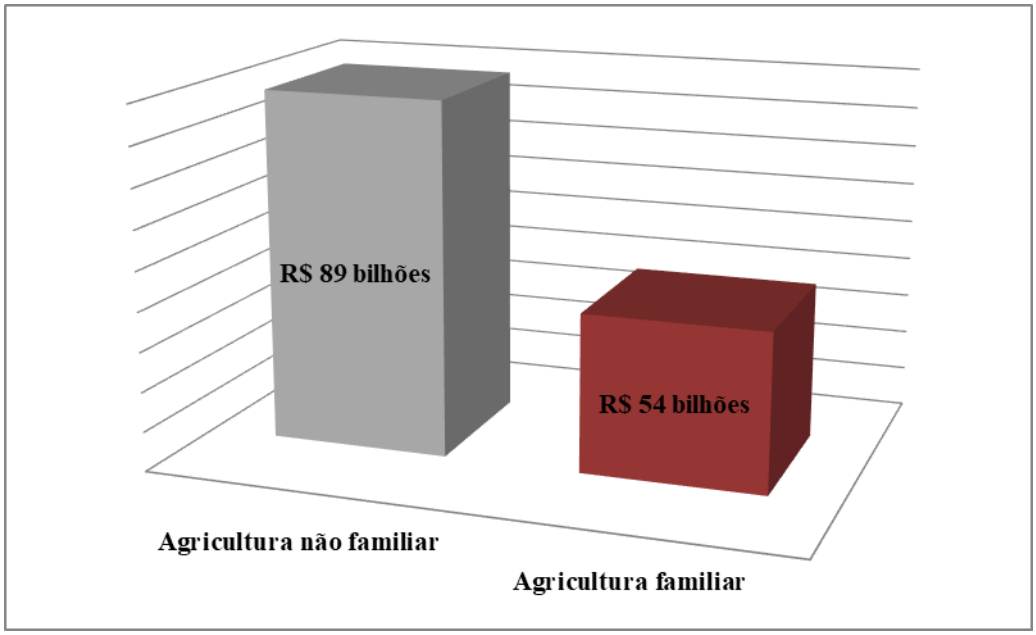

Figura 5. Representação do Valor Bruto da Produção da agricultura não familiar, e da agricultura familiar. Brasil. 2006.

Fonte: IBGE, 2006.

É preciso ressaltar que a agricultura familiar representa um maior número de estabelecimentos, distribuídos em um menor número de área ocupada. A área média de estabelecimentos da agricultura familiar é de 18,37 hectares, sendo que a área média dos estabelecimentos não familiares é de 309,78 hectares. Em 2006, foram registrados 4.367.902 estabelecimentos familiares, representando 84,4% do total de estabelecimentos, e 807.587

estabelecimentos não familiares, representando 15,6% do total dos estabelecimentos (Figura 6).

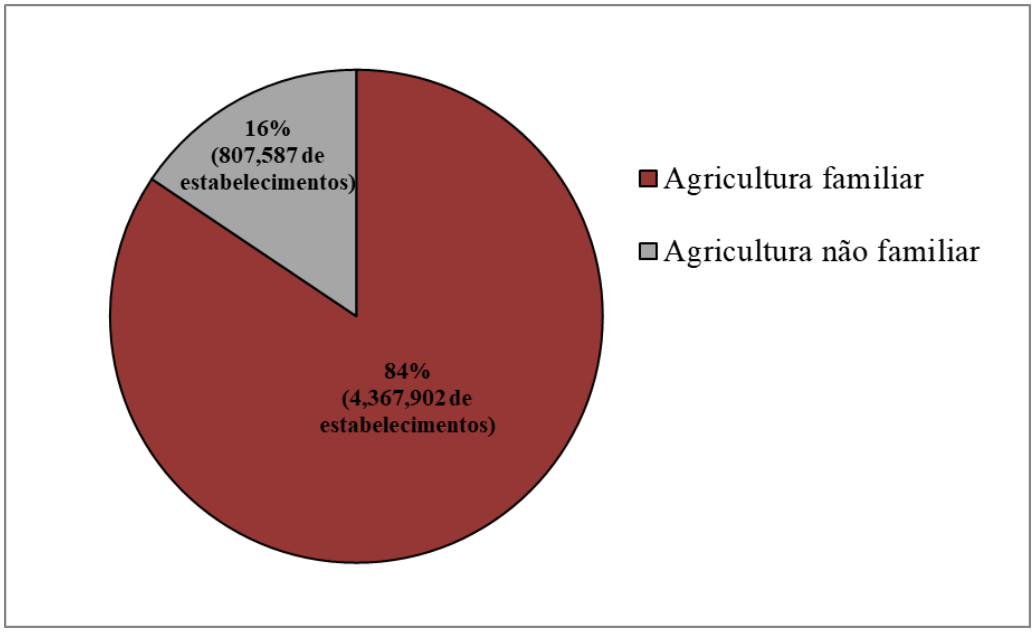

Figura 6. Distribuição em número e percentual de estabelecimentos da agricultura familiar e da agricultura não familiar. Brasil. 2006.

Fonte: IBGE (2006).

Do total de área, em hectares ocupados, a agricultura familiar representa 24% da área total, com 80,25 milhões de hectares. Os estabelecimentos não familiares ocupam 249,69 milhões de hectares, representando 76% da área ocupada (Figura 7).

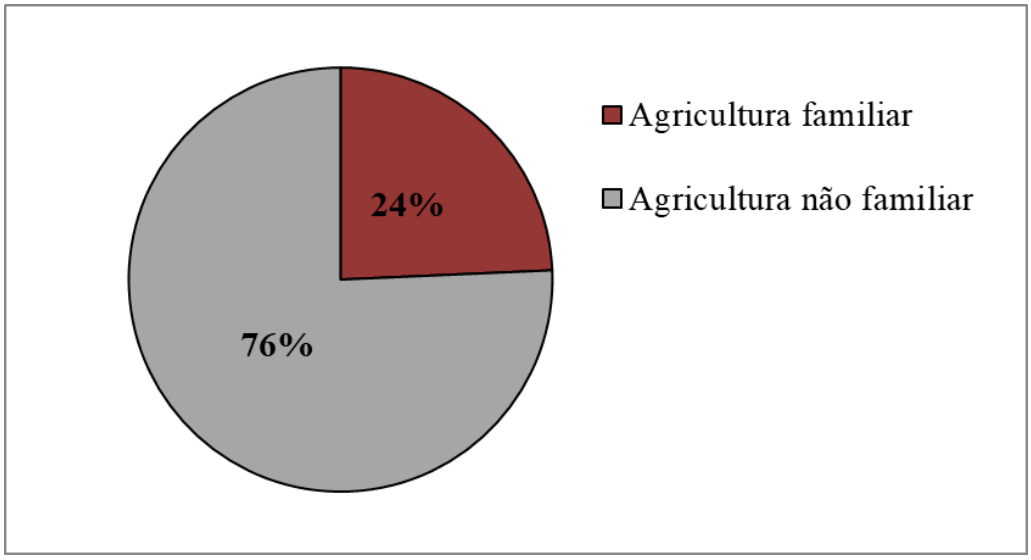

Figura 7. Distribuição percentual de área ocupada por estabelecimentos familiares e não familiares. Brasil. 2006.

Fonte: IBGE, 2006.

Ao fazermos a sobreposição dos dados e analisarmos a produtividade por hectares, utilizando os dados de valor bruto de produção e a área ocupada por hectare, teremos na agricultura familiar uma produtividade de R$ 670/ha e na agricultura não familiar uma produtividade de R$ 350/ha. Ao sobrepor os dados de valor total de produção e estabelecimentos, teremos que uma produtividade de R$ 12.363,00/estabelecimento de agricultura familiar e de R$ 110.204,00/estabelecimento de agricultura não familiar – retomando que a área média dos estabelecimentos da agricultura familiar é de 18,37 hectares e da agricultura não familiar é de 309,78 hectares.

Os dados de pessoal ocupado também nos indicam que a agricultura familiar é a que mais emprega. A agricultura familiar ocupa 12,3 milhões de pessoas, sendo que na agricultura não familiar apenas 4,2 milhões de pessoas estão ocupadas (Figura 8). Por número de estabelecimentos a ocupação é de 2,8 pessoas na agricultura familiar e 5,3 pessoas na agricultura não familiar. No entanto, a ocupação por área nos estabelecimentos não familiares é de 1,7 pessoas a cada 100 hectares, sendo que na agricultura familiar essa ocupação é de 15,4 pessoas a cada 100 hectares. A média do Brasil é de 5 pessoas a cada 100 hectares.

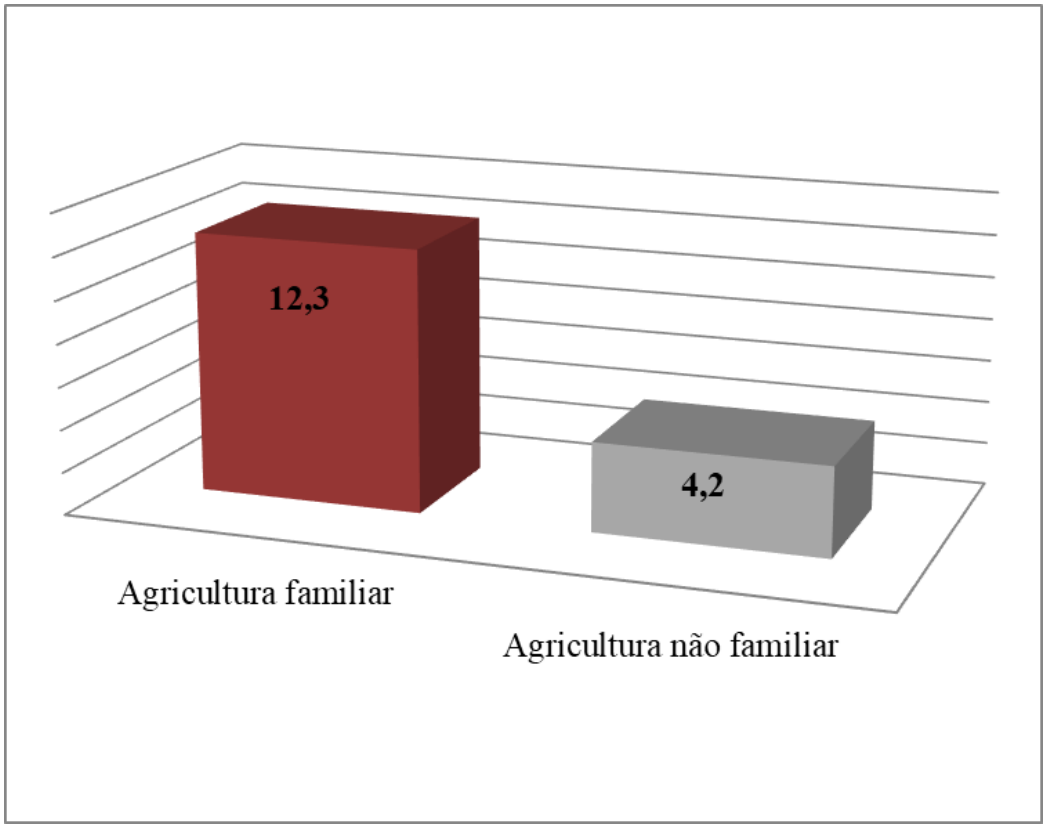

Figura 8. Pessoal ocupado por milhões de pessoas, na agricultura familiar e na agricultura não familiar. Brasil. 2006

Fonte: IBGE, 2006.

Estes dados nos indicam que o Brasil apresenta uma estrutura agrária absolutamente concentrada e desigual. A agricultura não familiar ocupa o maior número de área, com menor produtividade por hectare, menor geração de emprego e maior concentração de renda por ocupantes. Ao passo que, a agricultura familiar ocupa mais pessoal por área, dessa forma gera mais empregos, apresenta melhor distribuição em termos de concentração de terra e apresenta maior produtividade por hectare. As discrepâncias apresentadas entre agricultura familiar e não familiar são elementos geradores de desigualdades sociais, que consequentemente provocam inequidades nos níveis de saúde da população.

Nesse sentido é preciso fomentar uma agricultura que favoreça a distribuição equitativa de recursos, incentivando políticas de reforma agrária que permitam o acesso à terra. Programas que fomentem e apoiem a atividade agrícola, de assistência técnica e extensão rural, também são essenciais, inclusive para o desenvolvimento e incentivo de técnicas produtivas que sejam favoráveis à saúde humana e ambiental, tanto no sentido de produzir alimentos limpos e livres de contaminantes, quanto no sentido de ser uma produção mais segura para o próprio agricultor, como é o caso da agroecologia. Além disso, são de

fundamental importância os programas para a comercialização da produção agrícola e/ou dos produtos das agroindústrias familiares, como é o caso do PNAE e do PAA, garantindo dessa forma a geração de renda para a família rural a partir de sua produção.

Esse conjunto de fatores favorecem às famílias rurais a se manterem no campo de forma digna, auxiliando na promoção da saúde das próprias famílias e consequentemente da sociedade como um todo.

3. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR HISTÓRIA, REALIDADE E TRANSFORMAÇÃO

Este capítulo está dividido em três seções. A primeira, apresenta a história da alimentação escolar no Brasil, destacando a luta política, por seu aperfeiçoamento, de intelectuais e da sociedade civil, a intervenção de órgãos internacionais para a distribuição de alimentos, os marcos legais que transformaram o programa e a importância das instâncias democráticas de participação social para o avanço da política. Na segunda seção, discutimos programas públicos que romperam paradigmas históricos da estrutura social brasileira, especialmente no que diz respeito à comercialização institucional de produtos da agricultura familiar. Na terceira seção, desenvolvemos a discussão dos resultados empíricos da pesquisa, apresentando dessa forma a história das duas cooperativas estudadas, as motivações para a comercialização de seus produtos via PNAE, as transformações ocorridas nas cooperativas graças à participação no programa e a compreensão dos diretores das cooperativas sobre o papel em fornecer alimentos para as escolas.

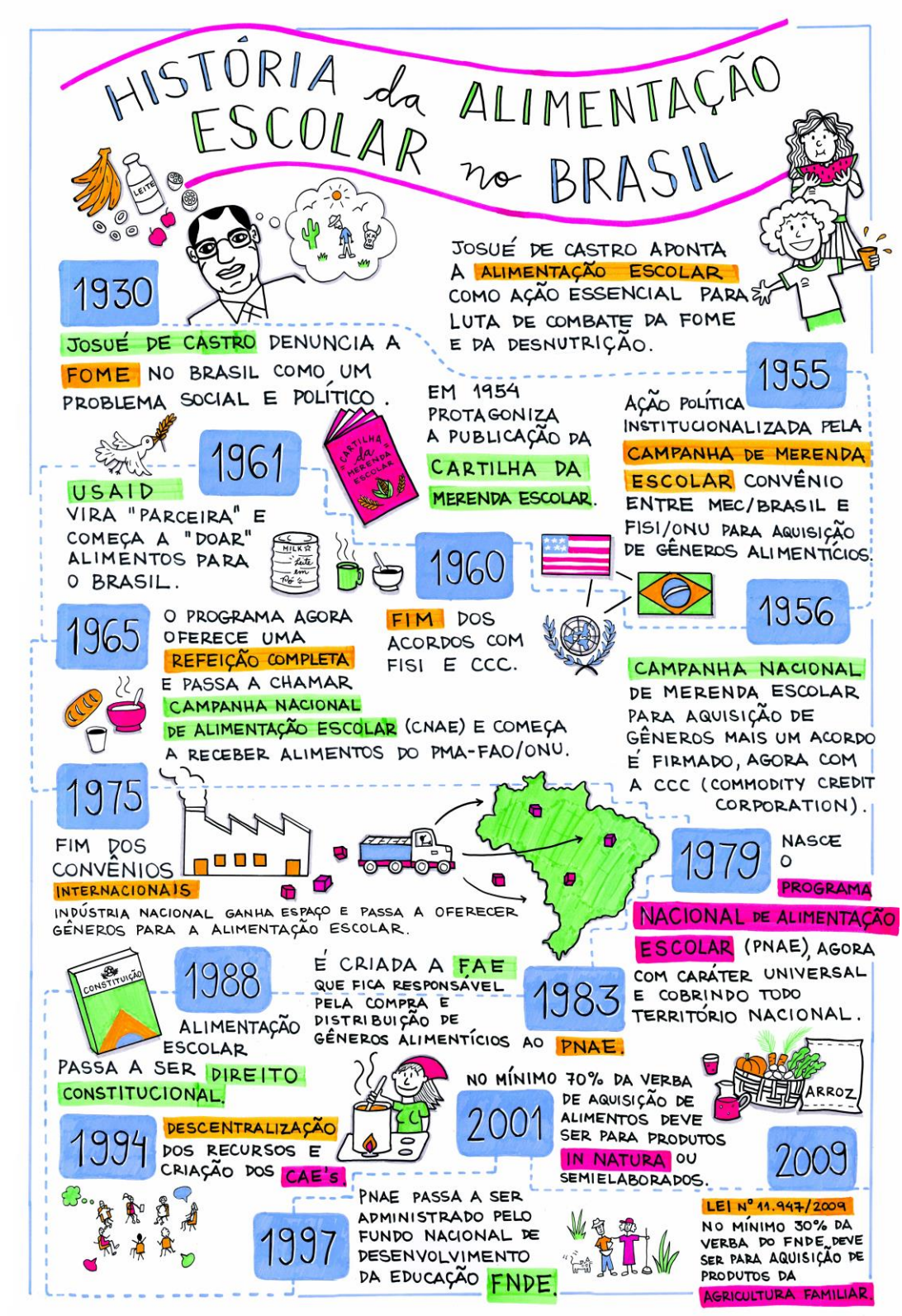

Figura 9. Ilustração sobre a história da alimentação escolar no Brasil.

Fonte: Conteúdo elaborado por Natália Gebrim Doria. Arte gráfica elaborada por Muriel Duarte.

3.1. O Percurso da alimentação escolar no debate da política pública: da origem aos tempos atuais

O problema da fome no Brasil começa a ser discutido e tornar-se visível na década de 1930, quando Josué de Castro defende sua tese de livre docência intitulada "O Problema Fisiológico da Alimentação no Brasil", na qual busca analisar as necessidades alimentares e estabelecer princípios de uma melhor alimentação aos trabalhadores.

Em 1940, cria-se a "primeira política de alimentação e nutrição" executada pelo Estado brasileiro, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Josué de Castro torna-se uma figura importante à frente do conselho que dirigia esse serviço, assumindo por longo tempo, junto com outros cientistas, a responsabilidade de comandar a execução de políticas públicas alimentares do Estado brasileiro. Entre outras, uma das atribuições do SAPS era fornecer refeições para trabalhadores e estudantes, de modo a promover padrões adequados para a alimentação da população (BARROS; TARTAGLIA, 2003).

O SAPS teve sua origem no Serviço Central de Alimentação, criado por meio do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários) do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio em 1939. Ao longo de seus dezessete anos de existência, com grande inconstância administrativa, o SAPS foi, nas palavras de Coimbra (1982), "essencialmente uma máquina político-ideológica, que tinha na alimentação quase que somente o pretexto para operações clientelísticas, visando aumentar a legitimidade dos governos" (p. 189). Porém não se pode ignorar o fato de o SAPS ter sido "o primeiro e, durante muito tempo, o maior exemplo da 'aplicação social' da nutrologia, constituindo-se em legitimo representante da 'política de alimentação' que o início dos anos 40 inaugura" (COIMBRA, 1982, p. 189).

Essa política foi a matriz das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. Nossa dissertação não tem como objetivo retomar e aprofundar às críticas ao programa. Para nossos propósitos, importa ressaltar a importância deste serviço para o início da discussão política da questão alimentar no Brasil e sua função para a formação da matriz de um grupo de nutrólogos de grande importância para o desenvolvimento desse saber no Brasil. Em primeiro lugar, convém insistir no destaque de Josué de Castro, que protagonizou inúmeras discussões e esteve inserido na formulação e desenvolvimento de políticas e estudos sobre a questão alimentar no Brasil.

Sobre a alimentação escolar, não se pode ignorar que a ideia ou até mesmo a execução de algumas ações relacionadas ao tema já vinham acontecendo antes do SAPS, mas efetivamente não existia um programa nacional.

Em 1952, a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) elabora um plano de trabalho denominado “A Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil”, tornando a base para o primeiro “Plano Nacional de Alimentação e Nutrição” e concebendo a estrutura de um programa de merenda escolar de caráter nacional. (RODRIGUES, 2013; BARROS; TARTAGLIA, 2003; COIMBRA, 1982). Em 1954, Josué de Castro protagoniza novamente uma importante discussão em torno da publicação, pelo Ministério da Educação, da Cartilha da Merenda Escolar. Na ocasião, o renomado autor inclui o Programa Nacional de Merenda Escolar como essencial para a luta contra a fome e a desnutrição (PEIXINHO, 2011). Neste mesmo ano, implementa-se, com caráter experimental, o Programa Nacional de Merenda Escolar. Anteriormente, ações de alimentação escolar estavam sendo testadas pela CNA em regiões mais carentes do país, especialmente no Nordeste (ARRUDA; ALMEIDA, 2005).

A política se institucionaliza em 1955 com a criação da Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), através do Decreto no 37.106. Nesta ocasião, foi firmado o primeiro convênio entre o MEC/Brasil e o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI/ONU). Esse convênio previa o recebimento de doação de leite em pó excedente da produção norte-americana, exclusivo para a merenda escolar, sendo o Brasil responsável pelo custeio do transporte ao preço de Cr$ 1,60 o quilo, desde Nova Iorque até Belém. A CME representou grandes mudanças em período de “preparação” e instalação dos serviços, mesmo que o desempenho da campanha não tenha tido grande dimensão em 1955 (COIMBRA, 1982).

As doações de leite em pó do acordo entre MEC e FISI ocorreram entre 1954 e 1960. Entretanto, o fornecimento era insuficiente para um atendimento mais amplo além do Nordeste. Então de 1956 a 1960, o governo brasileiro passa também a comprar gêneros da Commodity Credit Corporation (CCC), autarquia do Ministério da Agricultura Americano. Desta forma, desde 1956, o programa muda de nome e passa a chamar-se Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), indicando que teria cobertura em todo o território nacional. Esta denominação permanece até 1964, ainda sob responsabilidade do MEC (PEIXINHO, 2011; ARRUDA; ALMEIDA, 2005; BARROS; TARTAGLIA, 2003).

O fornecimento de leite em pó, tanto pelo FISI quanto pelo CCC, diminuiu progressivamente sob alegação, por parte das agências responsáveis, de escassez da mercadoria. Assim, houve grande risco à existência do programa, devido à relação de dependência com as agências internacionais para o fornecimento dos gêneros alimentares (COIMBRA, 1982).

A partir de 1961, a USAID (United States Agency for International Development) passa a ser a agência responsável pelo fornecimento de suprimentos à alimentação escolar do Brasil, através do programa emergencial “Alimentos para a Paz”. Este último foi firmado na ocasião do encontro de países americanos em Punta del Este com o compromisso conhecido como “Aliança para o Progresso” (ALMEIDA, 2005).

Josué de Castro pronuncia, em março de 1961, uma crítica relevante ao “Alimentos para a Paz”, apresentando a inciativa como uma barganha política dos Estados Unidos: o governo americano escoa seus excedentes agrícolas às custas da fome dos povos do mundo. De seu ponto de vista penetrante, o programa seria um concorrente à indústria nacional e criaria dependência, pois uma vez que os excedentes acabassem teríamos formado hábitos alimentares sem meios de satisfazê-los (COIMBRA, 1982). Com efeito, estas perspectivas se fundavam no conhecimento do ocorrido com os acordos junto a FISI e CCC, que passam a diminuir gradativamente o fornecimento de gêneros à CNME.

Na Ditadura Militar, instaurada em 1º de abril de 1964, a Campanha é marcada por uma de estabilidade na direção da Campanha, até 1972, o que não se viu nos períodos anteriores e nem na maior parte dos períodos posteriores. Ademais, a parceria com novas organizações internacionais e a dimensão nacional que a Campanha efetivamente alcança foram fatores relevantes deste período (COIMBRA, 1982).

Em 1965, pelo Decreto no 56.886/65, o programa passa a ser designado como Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). Além da USAID, a campanha passa a receber alimentos do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas(PMA/ONU). A mudança no nome ocorreu em razão do programa passar a oferecer uma refeição completa. Tratava-se de almoço − com legumes, verduras e alimentos ricos em proteína fornecido pelos estados e comunidades locais − em complemento ao leite e farináceos “doados” pelas organizações internacionais. Além desta ampliação, a campanha passa a atender também estudantes dos cursos supletivos, parte do secundário e parte dos pré-escolares (COIMBRA, 1982).

Segundo Coimbra (1982),

> em termos de desempenho, isto é, de atendimento real aos seus objetivos, o CNAE mostra-se tímido nas estatísticas que exibe (...). Não existem dados sobre a distribuição a nível regional, nem sobre perdas, enfim, não é possível, com os dados disponíveis, fazer uma avaliação exata sobre o atendimento nesse ano (1965) (p. 506-507).

O balanço dos primeiros anos após o golpe militar, antes de novo grupo ocupar o poder em 1967, é incerto devido à fragilidade estatística deste período. Ainda que a

Campanha tenha avançado em termos estruturais, ao que tudo indica os dias de atendimento decaíram e a meta do número de escolares atendidos não foi alcançada.

Ao longo dos anos, o fornecimento de alimentos pelas agências internacionais diminuiu gradativamente. Em 1966, após declaração do então presidente dos Estados Unidos da América anunciando mudanças na política de ajuda externa – associadas a uma nova fase da expansão agrícola americana – a alimentação escolar se torna novamente ameaçada por conta da dependência da ajuda externa para o suprimento de gêneros ofertados. Neste quadro, o governo brasileiro se esquiva do compromisso com a implementação da política de alimentação escolar, transferindo à sociedade os ônus da interrupção da ajuda externa (COIMBRA, 1982).

A ameaça de corte do auxílio norte-americano para a alimentação escolar não se concretizou nesse momento. Porém, impulsionou o governo brasileiro, apesar de sua grande negligência com o tema, a buscar novas alternativas para o abastecimento, considerando que poderia deixar de contar com os alimentos da USAID futuramente.

Então, a partir de 1966, parte do alimento destinado às escolas passa a ser comprado de indústrias instaladas em território brasileiro. Esse processo se intensifica na década de 1970, devido à crise nos EUA (ARRUDA; ALMEIDA, 2005; COIMBRA, 1982).

O potencial mercadológico dos programas de alimentação escolar vinha despertando o interesse das indústrias norte-americanas e oferecendo oportunidades para o desenvolvimento da indústria da alimentação no Brasil, com a campanha crescendo em território nacional. Dessa forma, a conjuntura foi favorável para que se unissem os interesses tanto dos burocratas do governo, que precisavam lidar com a escassez da oferta de alimentos, quanto dos industriais que viam nesta situação uma grande oportunidade. Nasce então a Associação Brasileira de Alimentação Escolar (ABAE):

> uma sociedade civil, sem fins lucrativos, destinada principalmente a colaborar com o Governo nos programas oficiais de alimentação escolar, assim como congregar os líderes das indústrias alimentícias e de material de cantina, bem como educadores e todo o pessoal diretamente ligado à saúde e educação dos escolares brasileiros" (COIMBRA, 1982, pg. 532).

A ABAE era uma entidade aberta, na qual qualquer pessoa física ou jurídica poderia se associar. A organização se mostrou de grande apoio à indústria logo em seus primeiros textos de divulgação, afirmando que:

> O programa de alimentação escolar, educando as crianças a comer certos produtos torna-as, portanto, compradores potenciais. O programa de alimentação escolar é, no momento, um mercado de possibilidades ilimitadas para produtos alimentícios e

> equipamentos. A alimentação escolar desenvolve e expande sua técnica, servindo maior variedade de alimentos (COIMBRA, 1982, pg. 533).

A alimentação escolar foi então, nesse período, um grande mercado e um espaço de teste de produtos da indústria alimentícia que no Brasil se instalavam: puderam desenvolver seus produtos e testar sua aceitação com sua oferta as crianças das escolas brasileiras.

Para o regime instaurado, a campanha serviu para trazer legitimação ao governo uma vez que, nas palavras de Coimbra (1982), "a ação governamental no setor apresentou-se como um programa de amplo espectro e elevado interesse social, contribuindo para a imagem de um governo voltado "seriamente" para os problemas fundamentais de interesse da maioria da população".

Em 1972, a partir da Lei nº 5.829/72, cria-se o Instituto Nacional de Alimentação (INAN), responsável por elaborar e implantar o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição. Seriam atribuições do INAN:

> Art. 3o O Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) elaborará programas de assistência alimentar destinados a atender, prioritariamente, a população escolar de estabelecimentos oficiais de ensino do primeiro grau, gestantes, nutrizes, lactentes e população infantil até seis anos, assim como programas de educação nutricional, principalmente para população de baixa renda familiar.
> Art. 4o O Poder Executivo poderá transferir as atribuições da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), de que trata o Decreto no 56.886, de 20 de setembro de 1965, para órgão da estrutura do Ministério da Educação e Cultura, ao qual competirão as atividades de educação e assistência alimentar no setor de Educação, observada a orientação geral do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) (BRASIL, 1972) Grifo nosso.

Com o INAN, a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), que era vinculada ao Conselho Federal de Comércio Exterior, foi extinta. A questão alimentar no Brasil passa então a estar vinculada ao Ministério da Saúde, com o INAN sendo encarregado da alimentação escolar. Porém, conforme o art. 4º, as atribuições do CNAE poderiam ser vinculadas ao MEC.

Estando então a cargo do INAN assistir o governo na formulação de políticas de alimentação e nutrição, cria-se em 1973 o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN I). Sua execução conheceu dificuldades devido a questões administrativas. Em 1976, nasce o PRONAN II, que segundo Silva, A.C. (1995):

> ofereceu o primeiro modelo de uma política nacional incluindo suplementação alimentar, amparo ao pequeno produtor rural, combate às carências específicas, alimentação do trabalhador e apoio à realização de pesquisas e capacitação de recursos humanos (SILVA, 1995, pg. 90)

A partir de 1975, o apoio da USAID de fato chega ao fim. Sendo que, desde 1973, o percentual da transferência de gêneros alimentares desta agência para o Brasil vinha caindo

rapidamente. Desta maneira, ganha espaço no mercado institucional da alimentação escolar a indústria nacional, que vinha se desenvolvendo desde a década de 1950. Seu desejo de ocupar amplo espaço neste mercado tornou-se mais concretizável, uma vez que se encontrava então mais madura e moderna. A participação de indústrias multinacionais também foi forte e marcante, especialmente as americanas que vieram para cá a partir de 1967/68 (COIMBRA, 1982)

Ainda que o apoio ao pequeno produtor rural fosse linha do PRONAN, segundo Arruda e Almeida (2005), foram esporádicas as ações que tenham atendido esse princípio. De fato, o fornecimento de alimentos aos programas escolares foi das indústrias sediadas no Brasil, fossem elas nacionais ou multinacionais.

A tentativa de mudança de prioridade na alimentação escolar para produtos in natura mostrou-se inviável já que a ligação criada com a indústria tomou proporções expressivas politicamente. Este poderoso e articulado grupo empresarial não estava disposto a abrir mão do mercado que já estava conquistado (COIMBRA, 1982; ARRUDA; ALMEIDA, 2005).

De toda forma, em 1979, nasce o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A alimentação escolar passa então a ter caráter universal e cobrir todo o território nacional.

Em 1983, foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), com a função de centralizar e executar programas de apoio ao escolar com maior autonomia e uma estrutura mais flexível. Dentre suas atribuições, estava a compra e a distribuição de gêneros alimentícios ao PNAE. Esta atribuição coube à FAE até 1993. A aquisição de gêneros continuou privilegiando produtos da indústria alimentícia, sem a inclusão de compras de pequenos produtos rurais, como previsto anteriormente. Esta lacuna se explica pelos poderosos interesses políticos e econômicos presentes neste campo (CASTRO; SADECK, 2000; ARRUDA; ALMEIDA, 2005).

A alimentação escolar já vinha se expandindo desde que ocupou espaço e importância na política pública e alcançando um número maior de municípios e estudantes atendidos. Porém, é em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, em seu inciso VII do artigo 208, que passa a ser assegurada como direito a todos os alunos do ensino fundamental da rede pública (BRASIL, 1988)

No final de 1992, o FAE inicia um processo de descentralização e passa a enviar os recursos aos estados que seriam responsáveis pela aquisição de gêneros para alimentação escolar. Nesta perspectiva, há também incentivo para o processo de sua municipalização (CASTRO; SADECK, 2000). Em 1994, com a publicação da Lei nº 8.913/1994 (BRASIL,

1994), torna-se oficial a descentralização, na forma estadualizada ou municipalizada de gestão, sendo que apenas seriam repassados recursos aos estados e municípios que tivessem constituído o Conselho de Alimentação Escolar (CAE). A criação dos CAE´s significa que o programa passa a ter, conjuntamente com a gestão pública, controle da sociedade civil, aproximando a comunidade escolar e o PNAE. Passa a ser prioridade a aquisição de gêneros de cada região, a fim de reduzir custos logísticos. E a elaboração dos cardápios passa a ser de responsabilidade dos estados e municípios, respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola, ainda com preferência por produtos in natura. Segundo Belik e Cham (2009), as compras institucionais descentralizadas permitiram a inserção de pequenas empresas, do comércio local, do pequeno produtor rural no mercado da alimentação escolar.

Em 1997, o PNAE passa a ser gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que substituiu a FAE (BELIK; CHAM, 2009). Em 1998, consolida-se a descentralização a partir da Lei nº 9.649/ 1998 e o repasse de recursos federais para a alimentação escolar passa a ser direto a todos os estados e municípios sem a necessidade de celebração de convênios (BRASIL, 1998).

A partir de 2000, com a Medida Provisória 1979-19, os Conselhos de Alimentação Escolar passam por algumas reformulações. Suas funções e composição passam a ser bem definidas. O CAE como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento aos estados e municípios passa a ser composto por pelo menos sete membros:[13] um representante do Poder Executivo; um representante do Poder Legislativo; dois representantes de professores; dois representantes de pais de alunos e; um representante de outro segmento da sociedade local. Foram definidas como competência do CAE: acompanhar a aplicação dos recursos federais destinados ao PNAE; zelar pela qualidade dos produtos, desde a aquisição até a sua distribuição e; a responsabilidade pela prestação de contas do PNAE executado em seu estado ou município.

Em 2001, com a publicação da Medida Provisória nº 2.178-36/ 2001, torna-se obrigatório que 70% dos recursos repassados pelo FNDE sejam aplicados exclusivamente para a compra de produtos básicos, entendidos como semielaborados e/ou in natura, respeitando os hábitos alimentares regionais e a vocação agrícola do município (BRASIL,2001). A princípio, esta medida visa a melhoria das refeições oferecidas aos escolares, bem como o incentivo a compra de gêneros de produtores da localidade, podendo

[13] Art. 18, § 1o Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo (BRASIL, 2009).

até favorecer agricultores familiares. No entanto, segundo Slater (2017), a inserção de produtos da agricultura familiar no mercado institucional esteve dificultada por alguns obstáculos tanto burocráticos, por conta dos processos licitatórios, como competitivos, por causa dos valores de produção e comercialização.

3.2. Na contramão da história: programas públicos rompendo paradigmas.

Como parte do Plano Safra da Agricultura Familiar, há dois programas de compra institucional, que concretizaram o incentivo à agricultura familiar, facilitando a aquisição pública de seus produtos graças à dispensa do processo licitatório, como previsto na Lei nº 8666/93: o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Esses programas representam importantes estratégias no objetivo do combate à fome e à desnutrição e pela segurança alimentar e nutricional da população. Simultaneamente, constituem importantes benefícios para a agricultura familiar, implicando em aumento da renda familiar, dispensa de intermediários para comercialização e abertura de novos mercados de comercialização. Contribuem também para o fortalecimento da economia local, o incentivo ao associativismo e ao cooperativismo, além de favorecer a melhoria da qualidade do alimento e a diversificação dos produtos (SCHIMIT, 2005; SLATER, 2017; SCHWARTZMAN ET AL, 2017).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado a partir da Lei nº 10.696/2003 com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.

No âmbito do PNAE, foi a partir da Lei nº 11.947/2009 que o programa passou a estar associado à abertura de mercado para os produtos da agricultura familiar. Esta lei determina que no mínimo 30% (trinta por cento) do total de recursos financeiros repassados pelo FNDE aos estados e municípios deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Nesta ocasião, como descrito no art. 24 da Resolução nº 38/2009, o limite individual de venda deveria respeitar o valor máximo de R$ 9.000,00 (nove mil reais) por DAP/ano, sendo permitida a comercialização para apenas uma Entidade Executora[14].

Este modelo de compra por chamada pública elenca diferentes tipos de critérios para que seja feita a escolha dos fornecedores dos produtos solicitados, que não preço como é no caso das licitações. Segundo a Resolução nº 4, de 02 de abril de 2015, para seleção dos projetos de venda organizados por agricultores familiares, serão utilizados os seguintes critérios:

1º Localidade, seguindo como ordem prioritária crescente: grupos de projetos de fornecedores locais; grupos de projetos de fornecedores do território rural; projetos de fornecedores do estado; grupo de projetos do país.

2º Em cada grupo de projetos será observada a seguinte ordem de prioridade:

I - Os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

II - Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

III - Os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes últimos sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física).

Esta resolução revela que a concepção do PNAE tem intenção de favorecer a compra de produtos da localidade, o que pode oferecer o fortalecimento da economia e o desenvolvimento rural daquela região. A inclusão e a prioridade de compras de produtos de assentamentos rurais e de comunidades tradicionais podem fortalecer grupos que têm sido marginalizados na sociedade. A priorização de grupos formais aparece como um incentivo ao associativismo e ao cooperativismo, promovendo maior integração entre agricultores e coesão social. A mesma resolução trata da formulação de preços estabelecidos na chamada pública, que deve ser determinado pela Entidade Executora com base na realização de pesquisa de preços de mercado. Ademais, para produtos orgânicos e ou agroecológicos, poderá haver acréscimo de até 30% em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais. O

[14] Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as escolas federais, que se responsabilizam pelo desenvolvimento de todas as condições para que o PNAE seja executado de acordo com o que a legislação determina.

acréscimo no valor para produtos orgânicos e ou agroecológicos é um incentivo para quem já produz nesse modelo e também para que novos produtores busquem esta forma de produção.

Em 2012, a partir da resolução nº 25/2012, o limite de venda individual passou a ser de R$ 20.000 (vinte mil reais) por DAP/ano. Em 2015 a resolução nº 04/2015 propôs uma nova alteração em que o valor por DAP/ano continuou sendo de R$ 20.000 (vinte mil reais), no entanto agora para cada Entidade Executora, significando uma ampliação na possibilidade de vendas por município, sendo vantajoso aos agricultores familiares.

3.3. Cooperativa de Produtores Agropecuários de São Pedro (Coopamsp)

Nesta parte da dissertação, abordaremos a história desta cooperativa a partir das entrevistas realizadas com três membros de sua diretoria e também de artigo sobre o papel da extensão universitária para seu desenvolvimento (MORUZZI MARQUES; LUCAS; TRIVELLATO, 2017).

A organização dos agricultores familiares do Alto da Serra de São Pedro/SP começou em 1989, quando um grupo de trinta e oito produtores se uniram na busca de fortalecer suas ações. Neste processo, o grupo obteve acesso a um empréstimo da Legião Brasileira de Assistência (LBA) para financiar suas lavouras e a compra de animais.

Este projeto de desenvolvimento local recebeu assistência de técnicos da ESALQ/USP, que sugeriram a formação de uma associação[15]. A ideia consistiu em captar os próprios recursos do reembolso do financiamento. De fato, as regras da LBA permitiam que esse dinheiro não fosse devolvido caso pudesse ser empenhado em uma ação que beneficiasse coletivamente os agricultores.

Foi a partir desta base organizativa que, mais tarde, emerge a iniciativa de implantar um laticínio:

> Só que dali um tempo, o produtor que recebeu esse recurso, era para ele devolver. Só que daí, quando venceu esse prazo, esse dinheiro não precisou mais ser devolvido. Teria que usar para alguma coisa social na comunidade. Daí que resolveu montar o laticínio, como tinha bastante produtor de leite (DP.Coopamsp).

O laticínio foi concluído em 1997. Tratou-se de um grande passo, depois de nove anos desde a criação da associação, para sua estruturação. Este equipamento reforçou as

[15] Associação dos Produtores Agropecuários do município de São Pedro – APAMSP.

condições de apoio aos agricultores para a comercialização de seus produtos, ampliando a atividade da associação de fomentar compras coletivas de insumos para as lavouras:

> ...compra por encomenda adubo, semente de plantio, essas coisas básicas. Que isso surgiu desde o início (...), que com esse grupo eles decidiram que iam fazer compra coletiva. Porque para comprar uma tonelada de adubo eles não conseguiam, mas para comprar para dividir por vinte produtores, então foi essa ideia que eles tiveram (DP.Coopamsp).

A assistência e intervenção dos técnicos da ESALQ/USP e a participação do Grupo de Extensão de São Pedro (GESP)[16] desta escola teve grande importância nestas iniciativas, buscando sempre privilegiar as ações coletivas, a organização cooperativa e os mutirões (MORUZZI MARQUES; LUCAS; TRIVELLATO, 2017). As obras de construção do laticínio iniciaram em 1994 e as ações coletivas das famílias envolvidas na associação para arrecadação de fundos foram de fundamental importância para viabilização dos investimentos. De fato, a maior parte destas famílias não tinha condições de fazer investimentos com recursos próprios, como mencionado por um de nossos interlocutores:

> ...começou a construção em 94, só que daí nem todos tinham condição. Então fazia quermesse, fazia rifa, para ajudar aquele que não podia. Portanto, para começar a funcionar mesmo foi em 97 (DA.Coopamsp).

Em 2001, a associação foi substituída pela Cooperativa de Produtores Agropecuários de São Pedro (COOPAMSP), cujo estatuto jurídico é mais apropriado à realização de transações comerciais. Ao longo dos anos, novos agricultores da região se filiaram ao perceberem a cooperação como vantajosa para o escoamento de seus produtos, em especial o leite, também para a compra de insumos destinados à produção de milho, aves, gado de corte, suínos e hortaliças.

Em 2018, a cooperativa contava com cento e dezenove cooperados, sendo que em torno de trinta entregam leite para o laticínio, oito entregam hortaliças que são destinadas à alimentação escolar e os demais participam do “barracão”, como é designado pelos agricultores para se referir ao local de compra de insumos via cooperativa.

No laticínio, são produzidos leite pasteurizado e iogurte integral, comercializados com a marca Leite do Campo. São quatro sabores de iogurte fabricados com polpa de frutas de morango, abacaxi, coco e pêssego. Novos produtos já estão formulados e deverão ser

---

[16] O GESP atua junto aos agricultores de São Pedro com a missão de contribuir para que os mesmos se organizem, através da troca de conhecimento com a universidade, mobilizando a capacitação dos participantes deste diálogo (professores, técnicos, alunos e produtores) (Moruzzi Marques, Lucas & Trivellato, 2017).

fabricados em breve, assim que a estrutura do laticínio para esta nova produção esteja finalizada e as licenças sejam liberadas. Trata-se de queijo fresco e bebida láctea. Este último aproveitará na sua formulação o soro restante da produção do queijo.

O transporte do leite desde as áreas dos agricultores até o laticínio ocorre a cada dois dias e é de responsabilidade da própria cooperativa. Os produtores, que normalmente ordenham suas vacas um ou duas vezes por dia, deixam o leite armazenado em tanque refrigerado existente em cada propriedade e, nos dias predefinidos, um caminhão refrigerado, terceirizado pela cooperativa, recolhe o produto. No laticínio, o leite é pasteurizado e, depois, envazado ou fermentado e saborizado (no caso do iogurte). Os produtos do laticínio são comercializados tanto para alimentação escolar, cujo processo será detalhado mais a frente, quanto para padarias, supermercados, sorveterias e indústrias de municípios próximos a São Pedro.

A cooperativa conta com um corpo dirigente bem estruturado e funcional, composto por Diretores Presidente, Administrativo e de Produção. Além destes três responsáveis administrativos, a estrutura administrativa apresenta um Conselho Fiscal, composto por seis membros (três titulares e três suplentes). Os diretores administrativos e de produção são assalariados da cooperativa, trabalhando no escritório diariamente, juntamente com mais duas secretárias. Além deste grupo, o laticínio conta com cinco funcionários na produção. O laticínio, o escritório administrativo e o "barracão" de distribuição dos insumos estão situados numa mesma área, no Alto da Serra de São Pedro, próximo a maioria das propriedades dos agricultores ligados à cooperativa.

3.3.1. O início do fornecimento para o PNAE, as motivações da Coopamsp e as mudanças ocorridas

Como já mencionado, o leite e o iogurte são a especialidade de produção e comercialização da cooperativa e, desde os primeiros contratos, foram o "carro chefe" do fornecimento da alimentação escolar no âmbito do PNAE. A parceria com o ESALQ/USP teve novamente extrema importância para a Coopamsp. Segundo as palavras de um de nossos entrevistados, foi a partir do apoio do técnico extensionista da ESALQ/USP que a cooperativa participou de sua primeira chamada pública local do PNAE:

> Começo lá (*em Piracicaba*), e foi através do Ademir [de Lucas][17] que foi em uma reunião relacionada a isso e indicou. E aí a prefeitura se interessou e aí a prefeitura procurou saber, abriu a chamada e deu certo que a cooperativa entrou (DP.Coopamsp).

Foi então em 2010 a primeira venda de produtos da Coopamsp no âmbito do PNAE, para o município de Piracicaba, impulsionada por diversas motivações. A direção da cooperativa tinha conhecimento do seu potencial produtivo. O excedente de sua matéria prima – o leite – quando não era comercializada sob a marca Leite do Campo, levava à sua venda para outros laticínios, com um retorno financeiro pouco satisfatório para a cooperativa e para os agricultores. Por esta razão, poderia ser vantajoso transformá-lo em uma maior quantidade de iogurte, do que já era produzido, e receber maior valor agregado. O PNAE seria então um meio para favorecer a comercialização para este produto, consistindo em canal estável, com demanda de grandes quantidades de alimentos, propondo um bom preço ao produtor e garantindo o pagamento. Um outro argumento mencionado por nossos interlocutores enquanto motivação para participação no PNAE foi a questão do marketing do produto. É importante ressaltar que a Coopamsp tem uma marca registrada e seus produtos são vendidos em equipamentos de comercialização de alimentos, como mercados e padarias. Assim, a criação de uma identidade com estes produtos, notadamente junto às crianças, pode ser favorável ao aumento de sua comercialização em diversos mercados locais. Dessa forma, a participação no PNAE pode ser considerada como um marketing para os produtos da Coopamsp, com vistas a criar uma fidelidade das crianças em idade escolar notadamente em termos do Iogurte do Campo. Trata-se, portanto, de uma motivação adicional para o fornecimento de alimentos às escolas nos entornos da cooperativa. Evidentemente, não se trata da única e nem tão pouco a maior motivação para acessar o PNAE.

Quando questionado sobre o que motivou a cooperativa a fornecer alimentos para as escolas, um de nossos interlocutores pôde sintetizar assim este propósito:

> O preço, o volume. É um volume maior, que você entrega num lugar só, com um custo melhor. O preço também você fecha... tem município que é semestre, tem município que é anual. Você já fecha para o ano todo. Garantia, a gente pelo menos nunca teve problema em receber com a prefeitura. (...) E é um marketing também, por que a criança toma o iogurte e depois ela... Como tem muitas mães que falam ainda, em Piracicaba ainda... Por que como as crianças tinham tomado lá, e as crianças pediam o iogurte da vaquinha, que o rótulo é da vaquinha né?! Então é um marketing também né?! (DA.Coopamsp).

---

[17] Ademir de Lucas é técnico especialista em extensão rural e organização de produtores, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, e coordenador do GESP. Atua com associativismo, agricultura familiar, produção de leite, extensão rural, agroecologia e desenvolvimento local. Foi um dos fundadores da Coopamsp e sempre teve forte atuação na cooperativa.

Esse período inicial de venda de iogurte para a alimentação escolar foi um importante momento para a cooperativa. De fato, ocorreram mudanças importantes deste então, conforme o depoimento abaixo:

> Foi um "boom" na parte de iogurte, porque aumentou muito a industrialização. E agregou valor também. Então a gente tinha um excedente de produção que até vendia o leite "spot", que vendia barato para outros laticínios, e com o PNAE a gente começou a industrializar tudo (Pres.Coopamsp).

O volume de iogurte fornecido era, portanto, muito grande. Além de melhor aproveitamento do leite, os diretores da cooperativa relatam que o valor obtido com a alimentação escolar era muito mais vantajoso aos agricultores:

> Para os produtores com certeza foi a melhor coisa que aconteceu, porque quando a gente tinha a prefeitura de Piracicaba a gente conseguia pagar mais pelo leite... (DP.Coopamsp).

O volume de comercialização da Coopasmp via PNAE representava aproximadamente 60% de suas vendas, até 2016, enquanto ainda comercializavam para Piracicaba. Efetivamente, ocorreu aumento considerável da quantidade produzida de iogurte, o que permitiu concretizar as intenções de realizar mais investimento de infraestrutura no laticínio:

> Foi comprado muito maquinário, foi melhorada a indústria, tudo para atender essa demanda né?! Então eu lembro que no primeiro ano aqui, funcionava três turnos o laticínio, para atender uma prefeitura (Pres.Coopamsp).

Além destes investimentos na unidade processadora, foram estruturados novos processos logísticos e de produção para atender a demanda:

> (...) hoje todo mundo já entendeu, sabe como é que é então tem uma programação anual. Faz uma chamada. E você vai entregando no ano. Então você consegue trabalhar bem aqui. Você organiza, sabe entregar tudo certinho, toda semana uma prefeitura, você faz, você consegue atender todo mundo assim. Até, atenderemos muito mais para a estrutura que já temos, então foi válido porque foi investido nisso (Pres.Coopamsp).

Porém, a venda de iogurte para a prefeitura de Piracicaba/SP foi suspensa em 2016. Como resultado, ocorreu diminuição das vendas e consequentemente da produção de iogurte no laticínio. No início de 2018, a comercialização no âmbito do PNAE representava em torno de 40% do total comercializado pela cooperativa. Neste novo quadro, o iogurte tem sido destinado para as prefeituras de Águas de São Pedro, Brotas, Charqueada, Rio das Pedras e São Pedro. No caso do leite, adquirem estes produtos as prefeituras de Águas de São Pedro e São Pedro.

Apesar da perda deste mercado institucional de Piracicaba, outro se abriu. Há cerca de 4 anos, a cooperativa foi procurada por responsáveis da prefeitura de São Pedro/SP, que já comprava leite e iogurte para as escolas municipais, solicitando a inclusão de hortaliças entre os produtos fornecidos para a alimentação escolar. Apesar de não ser especialidade da cooperativa, a comercialização de hortaliças ocorre entre seus agricultores associados. Assim, a Coopamsp passou a organizar também a comercialização destes produtos junto ao PNAE:

> Então hoje a gente atende só a prefeitura de São Pedro (...) na parte de hortaliças, porque esse não era o nosso foco, a gente não mexia em nada com isso, era só leite e o barracão (DP.Coopamsp).

O fornecimento de hortaliças para as escolas não foi tão significativo no montante de vendas da cooperativa. No entanto, foi muito vantajosa para os oito agricultores que decidiram participar desse processo.

Estes últimos cultivavam hortaliças para serem comercializadas particularmente na feira dos produtores do município de São Pedro. A propósito, observa-se um número crescente de agricultores que produzem hortaliças na região, aumentando dessa forma a concorrência e diminuindo o mercado, segundo relataram alguns dos agricultores entrevistados. A destinação para as escolas foi uma oportunidade de aumentar os canais de comercialização de produtos que muitas vezes eram perdidos por falta de escoamento. Ademais, os preços pagos pela prefeitura são mais interessantes, muitas vezes melhores do que o conseguido na feira da cidade.

3.3.2. A relação da Coopamsp com as prefeituras e a logística de fornecimento para os municípios

Os pedidos, a logística de entregas e a relação com as nutricionistas e o setor de compras das prefeituras podem variar de acordo com cada município. Como já mencionado, a Coopamsp fornece alimentos para escolas de 5 municípios e existe variações do que é solicitado por cada prefeitura.

No caso do transporte, um caminhão terceirizado busca o leite nas propriedades rurais, leva para o laticínio onde é pasteurizado o leite e fabricado o iogurte. Um caminhão da própria cooperativa realiza então a entrega dos produtos Leite e Iogurte do Campo. Nos casos dos municípios de Águas de São Pedro, Charqueada e São Pedro, a entrega dos produtos é realizada em ponto centralizado, sendo a distribuição dos produtos para as escolas de

responsabilidade das prefeituras. Já em Brotas e Rio das Pedras, a entrega ocorre com o caminhão da Coopamsp de “ponto a ponto”, ou seja, em cada uma das escolas.

O edital de chamada pública pode variar de acordo com cada município. O diretor administrativo da Coopamsp nos explicou que normalmente é elaborado um orçamento por produto, específico para iogurte e/ou leite. O passo seguinte á a abertura da chamada pública, quando a cooperativa apresenta uma proposta de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar.

Quanto às hortaliças, a entrega é centralizada, ocorrendo apenas no município de São Pedro. Quando o volume a ser entregue é muito grande, um cooperado que disponibiliza seu próprio caminhão cumpre a função de transportar os produtos. Em caso de pouco volume, o transporte é efetuado com veículo utilitário da cooperativa. A entrega das hortaliças na sede da cooperativa é de responsabilidade de cada agricultor.

Aparentemente, no caso das hortaliças, as vendas são mais incertas do que no caso dos laticínios. Com efeito, o nível de planejamento, tanto por parte da prefeitura, quanto por parte da cooperativa, é menor. O depoimento de um de nossos interlocutores desenvolve o seguinte argumento:

> Não tem dia certo. Geralmente é de terça ou quinta. Dai ontem eu vi o que os produtores tinham, dai eu passei para a nutricionista e ela me passou a quantidade que ela queria. Dai o produtor pega e traz aqui. Se o volume é pequeno, dai a cooperativa entrega. Mas se é um volume maior, tem um produtor que tem um caminhão e ele passa aqui e pega (DA.Coopamsp).

Quando questionados se recebem algum tipo de apoio das prefeituras para a participação no PNAE, os diretores entrevistados responderam negativamente. No início desta participação, técnicos de algumas prefeituras realizaram visitas técnicas para conhecer o laticínio e as instalações de pasteurização do leite e produção do iogurte. Além destes técnicos, a prefeitura de Rio das Pedras organizou uma visita das merendeiras ao laticínio, o que foi considerado bem interessante:

> Elas ficaram encantadas, elas adoraram. E para elas é bom por que passa uma questão de confiabilidade né?! Elas sabem de onde vem o produto que as crianças estão bebendo né?! Por que muitas vezes as crianças que estão lá são os netos ou filhos delas, né?! (DP.Coopamsp).

Esse depoimento revela a importância da confiança nos produtos ofertados para as crianças e essa confiabilidade pôde ser construída graças à aproximação dos atores envolvidos.

3.3.3. As dificuldades e as propostas de mudanças no fornecimento para o PNAE

As primeiras dificuldades apresentadas por nossos interlocutores com relação à participação no PNAE se relacionam às questões burocráticas (como a interpretação da lei ou o atendimento dos requisitos administrativos da chamada pública).

> As dificuldades maiores que a gente passou no começo eram de interpretar a legislação, parte da documentação, essa parte de DAP, mas hoje a gente tem tudo na ponta da língua, então fomos aprendendo... não tinha aonde perguntar, ninguém sabia. (DA.Coopamsp).

Efetivamente o lançamento de chamadas públicas específicas para a agricultura familiar não é totalmente dominado por diferentes setores das prefeituras. De fato, trata-se de exigências relativamente novas, diferenciando-se do processo licitatório, que é o comum nas compras públicas. Como já mencionado, os critérios de escolha de fornecedores no âmbito do PNAE não se baseiam unicamente no preço, como nas licitações.

> E ai a dificuldade do pessoal na parte de licitações e os advogados... é essa também. Eles não sabem diferenciar essas coisas (*entre chamada pública e licitação*) e não está escrito também essas coisas (DA.Coopamsp).

O desconhecimento da lei por parte de técnicos de prefeituras, no que se refere à exigência de aquisição de no mínimo 30% de produtos da agricultura familiar dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação foi mencionado como um entrave:

> Tem prefeitura hoje que nem sabe, prefeitura que a gente conversou o ano passado que (...) elas nem sabiam que tinha que gastar esse dinheiro, esses 30%, ela (*nutricionista*) nem sabia que vinha, diz ela que a prefeitura não passava para ela ou, como ela falou, talvez a prefeitura nem sabia que tem que fazer isso (DA.Coopamsp).

Nesses dois casos, de desconhecimento dos procedimentos para a realização da chamada pública ou das exigências da Lei nº 11.947 de 2009 −estabelecendo que "do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações" − a cooperativa parece atuar de forma decisiva. Nossos interlocutores mencionam que acabam ajudando para que as prefeituras cumpram as determinações legais. Assim, a cooperativa muitas vezes propõe seus produtos para prefeituras via PNAE. Havendo interesse de compra por parte da prefeitura, os membros da Coopamsp disponibilizam um modelo do documento para estruturar a chamada pública, permitindo a compra pública de seus produtos.

Com efeito, evidencia-se uma falta de eficiência do poder executivo federal para assegurar a efetivação da referida lei. Depois de dez anos desta mudança legal, muito municípios desconhecem a obrigatoriedade de aquisição de produtos da agricultura familiar com os recursos que lhes são repassados pelo FNDE.

De todo modo, observa-se uma pró atividade da cooperativa, para efetivação da Lei nº 11.947, com intervenção no nível das práticas das prefeituras. Dessa forma as cooperativas acabam tendo uma função de carreadoras na propagação e ampliação desta modalidade de compra pública favorável à agricultura familiar.

Evidentemente, nossos interlocutores consideram que um maior envolvimento dos técnicos das prefeituras, apropriando-se de todas as potencialidades existentes no PNAE, seria altamente desejável.

> Da parte das prefeituras, acho que mais aquela coisa deles estarem mais inteirados na coisa de como funciona o PNAE. Porque cai na mão deles para eles fazerem, mas eles não sabem fazer, não tem onde procurar (DP.Coopamsp).

Portanto, a busca de alternativas de envolvimento e cooperação dos atores relacionados ao processo torna-se relevante, apresenta-se como uma alternativa para lidar com eventuais dificuldades e podendo ser favorável à efetivação das compras públicas da agricultura familiar no âmbito do PNAE.

Nesta perspectiva, as chamadas públicas deveriam se ajustar a oferta dos agricultores locais, como mencionado por um dos diretores entrevistados. Por exemplo, existem épocas de pedido de folhosas muito restrito, mas essas compõem grande parte da produção de hortaliças, o que provoca menor escoamento desses produtos. Assim, a nutricionista da prefeitura deve se incumbir de conhecer a produção local para contribuir mais adequadamente na formulação da chamada pública.

A elaboração de cardápios compostos por produtos que são competência agrícola da região e por produtos de época torna-se favorável a uma resposta adequada dos produtores familiares. Quanto mais antecipadas forem as solicitações de produtos, mais os agricultores podem planejar suas produções de acordo com o desejado, evitando desperdícios e consequentemente perda de seus investimentos, tanto financeiros, quanto de tempo e dedicação.

Quanto as melhorias na própria cooperativa, a única menção se refere, por parte de um diretor, a um maior envolvimento dos cooperados. Este interlocutor acredita que o PNAE pode favorecer esse maior envolvimento, uma vez que os cooperados se beneficiam diretamente do aumento das vendas dos produtos:

> O que eu vejo ai é um pouco mais de envolvimento. Falta um pouco de envolvimento do cooperado. [O PNAE] favorece. Por que se o PNAE aumentar né, você vai ter uma venda maior, vai gerar um lucro maior, esse lucro você vai repassar para o produtor e isso faz com que ele se interessa mais né?! (DA.Coopamsp).

De fato, foi mencionado pela diretora de produção da Coopamsp, que houve grande envolvimento dos cooperados no período inicial de fornecimento para a alimentação escolar:

> Para os produtores, nossa, eles ficavam... tinha produtor que vinha até ajudar na época, por que daí a gente tinha que fazer mutirão (...). Então eles ajudavam, estavam bastante empolgados nessa época. Dai depois saiu Piracicaba e deu uma caidinha. Dai agora empolgou de novo, por que está com a proposta do queijo já quase saindo (DP.Coopamsp).

Trata-se de princípio fundamental do espírito cooperativo. O maior envolvimento dos cooperados é, portanto, muito relevante para a cooperativa. O papel do PNAE neste sentido ocorre e deve ser mais focalizado.

3.3.4. O papel da Coopamsp ao fornecer alimentos no âmbito do PNAE

Os papeis da cooperativa identificados por nossos interlocutores no que se refere à participação no PNAE foram situados em três esferas de benefícios: à cooperativa; aos agricultores e; aos escolares. “Eu acho que engrandece. Tanto para a cooperativa em si, para o produtor que está fornecendo e para a rede escolar que está consumindo” (DA.Coopamsp).

No benefício para a cooperativa, elemento chave, já discutido anteriormente, é a questão do “marketing” do produto, ou a consolidação de sua identidade territorial, tal como pode ser interpretado aqui:

> Então eu acho que tudo o que você faz e que você entrega está bem feito e você está atendendo a uma nova geração, de crianças, de jovens. E assim você já começa a divulgar o seu produto, a sua empresa. Quantos anos consolidado, num mercado que vai ser o futuro. E partindo de uma conscientização de bons produtos. Nosso pensamento é fazer bem e fazer bem feito (Pres.Coopamsp).

Efetivamente, trata-se de um benefício à cooperativa associado ao reconhecimento da oferta de um produto de qualidade, acessível às crianças e também favorecendo o desenvolvimento local, fundado na estabilização da agricultura familiar local.

Ainda que seja um produto industrializado, há um reconhecimento de que, graças ao uso de matérias primas de qualidade e poucos aditivos, trata-se de um alimento saudável:

> E também, o iogurte da gente não tem corante, não tem aroma, não tem nada. É natural. É o próprio leite, 100% de leite. E o que precisa, o açúcar, o espessante, que é o sorbato, que você tem que por. E só. E a fruta. Porque se você for ver a fruta ela

> é industrializada, mas ela não tem corante, não tem aroma. É fruta natural (DA.Coopamsp).

Quanto aos agricultores, a participação da cooperativa no PNAE é favorável aos agricultores da seguinte maneira:

> E acho que a gente está beneficiando os produtores, com certeza. A prefeitura sabe que a cooperativa está tendo comprometimento, está cumprindo com o papel dela direitinho. E os produtores estão tendo esse retorno (DP.Coopamsp).

No tocante aos benefícios aos escolares, a concepção do PNAE tem procurado responder a problemas crescentes de saúde pública ligados à má alimentação. Portanto, a oferta de um produto de qualidade, seja o iogurte de leite integral e polpa de fruta, como já mencionado, sejam as hortaliças, frescas e produzidas na região com procedência conhecida, representa um ganho social maior, tal como deixa sugerir um de nossos interlocutores.

> Desde que começou elas (*as nutricionistas)* falam isso, que é completamente diferente, porque para as crianças a gente está servindo um produto fresco, sabe da produção, para as crianças com certeza é a melhor coisa (DP.Coopamsp).

Aqui, pode-se associar o "produto fresco" e de origem conhecida como uma compreensão renovada de um produto de maior qualidade. Esta última, no caso das hortaliças, associa-se igualmente ao baixo uso de agrotóxicos. A produção de hortaliça dos cooperados da Coopamsp é convencional. No entanto, em reuniões com os agricultores sobre a técnica produtiva, como será discutido mais a frente, a maior parte indica que não aplica agrotóxicos à produção. Os membros da diretoria também demonstram conhecimento quanto ao fato de haver malefícios com o uso dos agrotóxicos. Por esta razão, se os agricultores da cooperativa produzem com pouca, ou nenhuma aplicação de agrotóxico, o produto agrícola será de melhor qualidade, sendo, portanto, mais favorável à saúde das crianças. Ademais, lembram da qualidade da água de irrigação o que também é favorável à produção de um alimento de melhor qualidade.

> Que o produto da gente aqui, praticamente... ele não é orgânico, mas é natural né?! Não tem agrotóxico, não tem nada. E a maioria aqui, no caso das hortaliças, as verduras são irrigadas com água de rio. Eu acho que é um produto de qualidade. Está consumindo um produto de qualidade, quem não tem o que restringir nisso (DP.Coopamsp).

Desta forma, há um reconhecimento do papel de articulação e organização que a cooperativa cumpre com o fornecimento de produtos para a alimentação escolar. Este papel seria de fundamental importância, podendo beneficiar, de diversas formas, todos os envolvidos no processo.

3.4. Cooperativa de Agricultura Familiar e Agroecológica de Americana (Cooperacra)

A história desta Cooperativa contada nas próximas linhas se baseou nas entrevistas realizadas com os dois membros de sua diretoria, com os cinco agricultores da área coletiva e na dissertação de Terena Castro (2014).

Essa história está fortemente vinculada à trajetória de vida um de seus fundadores – designado aqui como patriarca – e de sua família. O presidente da Cooperacra e outros três entrevistados são descendentes diretos do patriarca (filhos, filha e neto). Essa família permanece na Cooperativa, desde seu princípio, atuando pela organização coletiva mesmo quando não havia formalização em associação, que precedeu a Cooperativa.

Migrando da Bahia, a família morou em Vera Cruz d´Oeste, no Paraná, onde mantinha uma pequena propriedade, desenvolvendo atividades na agricultura, com cultivos alimentares e criação animal, sobretudo para sustento próprio. O local foi retratado por um dos entrevistados como o *oásis* da família.

A partir da década de 70 iniciou-se nesta região paranaense uma ampla ocupação por grandes fazendeiros, que alterou todo o modo de produção da região, consequentemente o modo de vida das famílias que lá desenvolviam sua agricultura. Segundo o presidente da Cooperativa, estas mudanças consistiram nas razões para a família partir:

> Quando chegou os grandes fazendeiros eles começaram a comprar os lotes dos pequenos produtores sem ninguém saber, sabe?! (...) eles tinham a ideia de plantar soja e trigo e eles foram mecanizando a terra. (...) O que aconteceu? No futuro, eles começaram a passar veneno de avião e começou a fazer cerca paro gado na parte inferior da área. O gado saia e comia a roça do vizinho. Ele falava que o gado era um animal, não era gente, não foi ele que fez, foi alguém que cortou a cerca e nunca pagava o pequeno produtor. Então o que aconteceu? Meu pai usa essa expressão com tranquilidade, nós fomos expulsos de lá. Por que nós tínhamos um oásis lá. A gente estava num lugar que tinha tudo. Nós tínhamos café, tinha produção de hortaliça, tinha leite, tinha gado, tinha tudo, tinha lago para pescar. Era muito bom o nosso sítio. E a gente teve que desfazer. Não por nós, pela ação dos grandes latifundiários. Então nós fomos expulsos de lá. (Pres.Cooperacra)

Reflexo do processo de modernização da agricultura do Brasil, vinculado ao avanço da revolução verde, a ocupação da área por grandes latifundiários marcou a história da família que forçadamente buscou outro local para se instalar. Sujeitado a uma situação sem saída, o patriarca procurou “um lugar que estivesse começando e que não tivesse tanto ataque” (Pres.Cooperacra) para se instalar com a família, passando por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Argentina e Paraguai, até que opta por se instalar em Americana/SP.

> E ai meu pai foi para o Mato Grosso ver se ele conseguia terra, foi para o Paraguai também. Mas não conseguiu nada por lá. Por que o objetivo dele era dar um conforto para a família. (...). Não conseguiu nada. Voltou e depois veio para Americana. Dai chegou em Americana e ele comprou um terreno aqui (...). (A1.Cooperacra)

A venda da propriedade do Paraná e dos bens de difícil transporte, como a carroça e os animais, permitiu que a família comprasse uma casa no Jardim Alvorada, bairro em que se instalaram em Americana (CASTRO, T.P., 2014).

Instalado em área urbana e distante das atividades que realizava na agricultura, o patriarca continua plantando numa pequena área no terreno da casa "só para matar a vontade. Sabe aquela vontade?! Plantava mandioca, plantava guandu" (Pres.Cooperacra).

No início da década de 80, motivado por um projeto da prefeitura de Americana – de incentivo à produção de alimentos para a alimentação escolar – o patriarca se cadastra na prefeitura como produtor e passa a ocupar uma área pública, retomando com mais intensidade à atividade agrícola. Além de destinar alimentos para a merenda escolar, passa a vender o excedente de sua produção de porta em porta[18] para famílias do Jardim Alvorada. Esse movimento chama a atenção da vizinhança e motiva famílias que tinham uma trajetória parecida com a do patriarca, de êxodo rural, a se engajar na experiência. O vice-presidente da Cooperativa explica o fato da seguinte maneira: assim este fenômeno:

> Ele vendia de porta em porta e as famílias se sentiram motivadas também. E as famílias começaram a lembrar do passado e a querer fazer aquilo ali. Com isso ele foi trazendo para perto dele essa discussão de pessoas e tal e aí ele tinha várias famílias em volta dele, interessadas também no cultivo de área. (VP.Cooperacra)

Em 1983, a prefeitura reivindica estas áreas cultivadas para a instalação de uma creche, uma escola e um centro comunitário. Dessa maneira, o patriarca precisou interromper suas atividades naquele local, mas seguiu na busca de outra área para continuar suas atividades (CASTRO, T.P., 2014). Esse episódio causou uma comoção na comunidade local, em razão de um reconhecimento e respeito adquirido pelo patriarca, resultantes da atividade agrícola desenvolvida no bairro.

Esse envolvimento do patriarca com famílias do bairro, por conta da comercialização de alimentos e por sua atuação na igreja da comunidade, levou ao nascimento de um

[18] A venda de porta em porta, é a comercialização realizada na rua, em que o vendedor passa em cada casa oferecendo seu produto. Um modo de comercialização comum em cidades do interior e muito praticado pelos agricultores, como será visto no caso da Cooperacra.

movimento de trinta e oito famílias pela reinvindicação de uma área do Instituto de Zootecnia[19] (IZ) para a produção agrícola.

A negociação começou com uma reunião com o diretor do IZ, quando o patriarca mostrou interesse pela área e apresentou a lista das famílias interessadas em iniciar um projeto agrícola coletivo.

> Porque quando meu pai foi falar isso para o diretor, que ele tinha interesse em mexer na terra, o diretor falou "O senhor é louco [...] porque todo mundo quer plantar na terra, nós sabemos. Só que o senhor sabe quantas pessoas querem plantar na terra?". E ele falou "Sei, 38 famílias" e mostrou a listinha para o diretor. E ele falou "É, bom, se o senhor tem o pessoal já, interessado, tudo cadastrado... Então aqui é uma área de pesquisa, então não daria certo. Mas se o senhor tem isso aí, dá seguimento, manda, encaminha o que o senhor quer fazer. Porque não sou eu que respondo por isso aí". (Pres.Cooperacra)

Assim, três cartas foram escritas pelo filho do patriarca, o atual presidente da Cooperativa, destinadas ao IZ, à Prefeitura Municipal de Americana e ao Governo do Estado de São Paulo. Em seguida, houve negociação com o governo do Estado, responsável pela área, intermediada pela prefeitura local, o que permitiu que uma concessão de uso da terra fosse outorgada aos requerentes em 1985. Neste acordo, o IZ cedeu a administração da área em questão para a prefeitura de Americana, que por sua vez foi quem firmou o convênio de concessão de uso da terra pelas famílias, com duração de cinco anos (CASTRO, T.P., 2014).

Do início da negociação, em 1983, até a concessão de uso da área, em 1985, algumas famílias se desmobilizaram. Quando iniciaram o cultivo da área, havia apenas doze, das trinta e oito famílias que iniciaram o movimento.

Em 1987, ocorre nova etapa deste processo com a formalização do grupo que atuava na área, quando em 12 de outubro desse ano, a Associação Comunitária Jardim Alvorada (ACRA) é fundada.

Em 1990, divergências internas sobre o modo de organização do trabalho provocam novas dificuldades para a associação. Algumas famílias eram a favor de que a área, até então cultivada de forma coletiva, fosse dividida. Esse grupo defendia que cada família deveria ter sua parcela, para desenvolver uma produção individualizada.

No entanto, outras famílias acreditavam que o trabalho deveria continuar sendo coletivo, com a atuação conjunta de todos em área comum, como era o caso da posição do patriarca.

---

[19] O Instituto de Zootecnia pertencente atualmente à Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Desenvolve atividades de pesquisa em produção animal desde 1905 e possui três unidades localizadas entre os municípios de Americana (SP), Nova Odessa (SP) e Sertãozinho (SP). Informação obtida em http://www.iz.sp.gov.br/pagina.php?id=20, acesso em 14/03/2019.

Em 1991, a decisão da maioria foi a divisão da área em pequenos lotes para que cada família desenvolvesse suas atividades agrícolas de forma individualizada, mas mantendo uma horta coletiva e o uso coletivo dos equipamentos. Mesmo com essa decisão, oito das doze famílias da Associação deixaram o projeto, pela necessidade e decisão de buscar trabalho na cidade, dessa forma, sem poder conciliar atividade agrícola e não-agrícola. Em 1992, as quatro famílias restantes optaram por retomar o trabalho em área comum, de forma coletiva (CASTRO, T.P., 2014).

Em 1992, a Associação firmou um contrato com a prefeitura de Americana para fornecer alimentos para a alimentação escolar do município.

> Aí foi lá falar com o prefeito e ele falou "Olha, o que vocês conseguirem produzir acima de dois quilos a gente vai comprar para a merenda escolar". Então nós entramos num trabalho da merenda escolar, muito antes do que está aqui, de 2010. (Pres.Cooperacra)

Devido à mudança de gestão da prefeitura o contrato foi encerrado em 1997, o que levou ao início de um período de instabilidade na comercialização dos produtos, acarretando dificuldades para a Associação e abandono de famílias que se engajaram nesta empreitada agrícola em razão da maior estabilidade de entregas graças ao fornecimento de alimentos para as escolas.

> Houve uma tempestade nesse período aí, nós ficamos de (19)97, até 2008, flutuante. Ai quem aguentava sobreviver, sobrevivia, quem não aguentava ia embora. A gente foi para o mercado informal, vender as coisas sem nota, sem nada, por que não tinha mercado certo e aí nós criamos 47 pontos de mercado, de ponto de venda nesse período. (Pres.Cooperacra)

A busca de novos mercados para comercialização dos produtos da Associação marcou um período de muitas dificuldades e desvalorização do trabalho desenvolvido, especialmente pelos atravessadores, como relembra o presidente da Cooperacra:

> Tudo o que você pensar a gente fez. Fez loja, vendeu de porta em porta, vendeu para esses estabelecimentos, tomou balão aqui, tomou balão dali, chegava lá estava fechado. A gente tentou todo o jeito, vender no Ceasa, foi umas vendas boas, depois o pessoal dava rasteira, chegava no box o cara não estava mais, tinha passado para outro e você não sabia onde estava, você ligava não atendia. Perdemos de todo o jeito, entendeu?! (Pres. Cooperacra)

Efetivamente, a comercialização é uma dificuldade frequente na agricultura familiar e este caso explicita tais obstáculos. O fim do fornecimento para a alimentação escolar de Americana revelou a descontinuidade da ação pública sem ancoragem em legislação que permitiria maior garantia para os atores envolvidos, em particular no que se refere à comercialização de produtos da agricultura familiar para o mercado institucional. De fato, via

de regra, os projetos públicos estão sujeitos a influências ou interesses políticos, que podem interferir negativamente em iniciativas que beneficiam grupos historicamente vulneráveis. Neste caso, foram prejudicados tanto os agricultores e como os escolares, esses que eram atendidos com produtos *in natura*, frescos, com qualidade e procedência conhecidas.

Durante esse período de dificuldades na comercialização, houve busca de valorização do produto. Partindo de uma produção limpa, livre de agrotóxicos, a intenção foi tornar esta característica da produção um diferencial. No entanto, os compradores não aceitavam o argumento, sem uma certificação.

> Buscamos certificação dessa produção. Por que a gente falava para o nosso cliente que nosso produto era diferente, só que ele falava para mim "Olha, eu tenho mil clientes que compram de mim, como eu vou falar que seu produto é diferente? Para mim cenoura é cenoura e abobrinha é abobrinha. Para ser diferente tem que ter identificação. E a gente não tinha isso. (...) Nós fizemos um caminhar ai muito duro, até convencer o pessoal de que para fazer diferente, era com certificação. A gente fez isso também, conseguimos certificação da Mokiti Okada em grupo, porque ficava mais em conta. (Pres.Cooperacra)

Este problema foi respondido em 2006 quando obtiveram a certificação orgânica através da Fundação Mokiti Okada, inclusive implicando em mudança de nome da organização para Associação da Agricultura Familiar e Agroecológica de Americana. Esta certificação vigorou até 2010.

Tratou-se de um marco importante, que proporcionou acesso a novos mercados, associação de novas famílias e, em seguida, constituição da Cooperativa.

> Aí foi assim, nós começamos um movimento para buscar mercado, para buscar espaço para comercialização, que a gente estava nessa fase e nesse buscar a gente começou a conhecer as pessoas e convidar pessoas que tinha afinidade, entendeu? Nessa ampliação também da certificação a gente buscou parceria com produtores da regional e foi aí que a gente encontrou mais gente com o perfil e esse grupo abriu mais (Pres.Cooperacra).

Na busca de novos mercados, foi pleiteado, em 2008, junto ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Americana (COMSEA), um espaço no Mercado Municipal, aonde mantiveram uma loja até 2013. Ainda em 2008, fundaram a Cooperativa de Agricultura Familiar e Agroecológica de Americana (COOPERACRA), em lugar da Associação.

A loja no mercado municipal foi uma esperança para os agricultores, que vinham passando muitas dificuldades devido aos problemas na comercialização. No entanto, o resultado dos esforços realizados não correspondeu às expectativas em relação ao potencial de escoamento desta loja. Segundo o presidente da COOPERACRA, o escoamento da produção só foi solucionado com o início das vendas ao PNAE.

Ainda que a experiência com o Mercado Municipal não tenha sido tão exitosa, sem ter atendido às expectativas de comercialização, foi uma experiência que favoreceu a estruturação da Cooperativa.

> É, o que eu posso falar desse aprendizado, é que essa loja... lá começou o embrião do escritório, do banco de dados que a gente conta. E a gente acabou construindo aqui em função do que a gente começou lá no mercado. Então nunca a gente perdeu por pagar para aprender. (Pres.Cooperacra)

Nesse período, consolidou-se a estrutura administrativa da Cooperativa, com a contratação de um escritório de contabilidade para emissão de notas fiscais, a compra de um computador, e a contratação de duas profissionais para cumprir funções burocráticas e administrativas. Paralelamente, houve a construção de um escritório físico na sede da Cooperativa. Estas mudanças ocorreram não apenas pela necessidade de formalização das vendas no mercado público, mas uma confluência de projetos que ocorreram na época, incluindo o início do fornecimento de alimentos para o PNAE e em seguida para o PAA.

Atualmente, seu principal canal de escoamento, representando aproximadamente 80% da produção comercializada pela Cooperativa, é o PNAE, seguido pelo PAA e vendas diretas no mercado comum.

Como já mencionado, a produção na área do IZ ocorre de forma coletiva, na qual estão envolvidos aproximadamente dezesseis cooperados. A principal produção é hortaliças e "produtos de roça", como milho e mandioca. O coletivo mantém também uma área de SAF, com produção de frutíferas como, banana, jaca, manga e abacate. Também estão envolvidos na Cooperativa agricultores com áreas particulares de produção, a comercializando via Cooperativa. De toda forma, toda sua produção, seja na área coletiva ou nas áreas particulares, é agroecológica.

A diretoria é composta por presidente e vice-presidente, com caráter de fato executivo, pois as decisões são tomadas coletivamente nas reuniões mensais da Cooperacra. Efetivamente, todos os cooperados são convidados a participar das reuniões, no entanto a participação é mais frequente dos membros da área coletiva. As discussões e decisões tomadas nas reuniões dizem muito mais respeito, de fato, ao que ocorre na área coletiva, mas, igualmente, emergem questões relacionas a comercialização, cujo interesse é mais generalizado.

Na sede da Cooperacra, local de produção coletiva, foi construído um galpão de 360 m^2, onde existe uma cozinha para higienização e beneficiamento, além de uma câmara fria de armazenamento dos produtos colhidos. O escritório da Cooperativa situa-se neste mesmo

local. Para as entregas de alimentos, a Cooperacra conta com um caminhão próprio e outros dois alugados, além de caixas plásticas para a disposição dos produtos transportado de acordo com as exigências nas normas sanitárias. Parte dessa estruturação da Cooperativa foi possibilitada pela participação no PNAE, como será discutido em pormenores à frente.

3.4.1. A participação das mulheres na Associação

Um aspecto oculto nas entrevistas com os homens se refere ao momento em que as mulheres aderiram à associação. Apenas nas entrevistas com as mulheres, quando contam sua história de vida, emerge a questão de sua participação na associação.

O ingresso das mulheres ocorreu em 1995, a pioneira tendo sido a filha do patriarca, um dos fundadores da associação, que a convidou para participar. Na época, ela trabalhava na indústria têxtil, como era o caso de muitas esposas dos associados. Observando a insatisfação da filha com o trabalho e com a escassez de tempo para estar com os filhos, o patriarca realiza este convite, o que repercutirá no rápido crescimento da participação feminina na associação. De fato, a mesma convida suas irmãs e outras mulheres a se juntar ao que passa a ser chamado de “movimento das mulheres” (CASTRO, T.P., 2014).

> A minha irmã já estava aqui. Ela iniciou, primeiro foi ela (...). E aí junto com ela veio eu, depois veio outra. E a gente teve esse começo aí. E a gente começou assim, a ideia era as mulheres fazerem só os serviços mais leves, sabe assim? Mexer na colheita, separa mercadoria que entrega na escola. Era para fazer só esses serviços, não era para assim diretamente para o campo, fazer serviços braçais igual aos homens. Mas a gente começou e aí a gente sentiu a necessidade de estar no campo por que era muito serviço (...) e começou a fazer de tudo um pouco (A2.Cooperacra)

Neste depoimento, nota-se que inicialmente não era atribuído o mesmo tipo de trabalho às mulheres e aos homens. No entanto, devido à crescente demanda de mão de obra, as mulheres passaram a executar os mesmos serviços que os homens. Atualmente, tanto homens como mulheres relatam que a divisão do trabalho é igual, “aqui todo mundo faz todo tipo de serviço. Se tiver que carpir, carpe. Se tiver que plantar, planta. Colhe. Embala. Todo mundo assim”(A5.Cooperacra). As exceções são funções específicas, como a irrigação, que é atribuída a três agricultores com conhecimento do maquinário da irrigação e o uso de roçadeira e trator, também específico daqueles experientes com estas máquinas.

3.4.2. O início das vendas para o PNAE, as motivações dos membros da Cooperacra e as mudanças ocorridas

O primeiro contrato de fornecimento da Cooperacra para o PNAE ocorreu em 2010, com o município de Santa Bárbara do Oeste/SP, vizinho a Americana/SP onde está a sede da Cooperativa.

Como já apontado, o grande gargalo que a cooperativa vinha enfrentando estava relacionado à comercialização. O fornecimento de alimentos para as escolas graças ao PNAE foi um divisor de águas, que proporcionou melhores condições para os produtores, aproximou novos agricultores à Cooperativa e ajudou a sua estruturação administrativa e física.

> Só veio a resolver a situação através do escoamento da produção a partir da política pública (...) que saiu a lei do PNAE, da merenda escolar, e a gente correu atrás disso, sabe assim?! (...) E esse projeto, a gente correu atrás dele, fez o contato com o pessoal da administração da parte da educação, trouxe até o local, mostrou a demanda e aí eles entenderam. E a primeira prefeitura que entendeu isso foi Santa Bárbara e a gente começou o trabalho por lá (Pres.Cooperacra).

O fornecimento de gêneros alimentícios para o PNAE, efetivamente, garantiu um meio de escoamento seguro, estável e volumoso dos produtos da Cooperativa, o que gerou forte motivação, como explicado pelo vice-presidente:

> Garantia de retorno, garantia de que não haverá devolução. Uma quantidade, volume que se pega grande. Da para fazer uma programação... dependendo da situação para fazer uma programação de plantios, entendeu? Uma certa estabilidade. Mas ao mesmo tempo gera algumas inseguranças. E acho que é por isso mesmo, não tem essa de hoje não quero, sabe?! Sempre está pegando, a merenda escolar está sempre pegando (VP.Cooperacra).

A possibilidade do planejamento da produção, como citado, é um fator de grande importância para a agricultura familiar e um ponto forte do fornecimento para a alimentação escolar. Esta estabilidade depende de cada prefeitura, pois nem sempre há um planejamento regular. No entanto, quando estabelecido o contrato da forma adequada em termos de planejamento de cardápios com antecedência, aos agricultores o planejamento de suas produções, já que os produtos de horta levam em média de três a seis meses para serem colhidos, a depender da cultura.

A valorização da agricultura familiar, através de um programa público e por causa do potencial de comercialização, também é mencionada como uma motivação. Como referido anteriormente, nas diferentes tentativas de comercialização pela Cooperativa, houve muitos momentos de ausência de pagamento pelo produto entregue, o que refletia tanto num sério

problema de sobrevivência das famílias que estavam produzindo, quanto numa questão de falta de reconhecimento do trabalho desenvolvido.

> Bom, as vantagens, é que a gente sobrevive sobre esse trabalho né?! Trata da família, a gente faz o cultivo na terra, planta, entrega para a merenda e recebe por isso, e sobrevive por isso. (A1.Cooperacra)

A possibilidade de viver com o que é produzido na terra e a questão do reconhecimento trabalho realizado ocorreram, efetivamente, graças à participação no PNAE. As motivações tanto para o início do fornecimento de alimentos para a escola, como para sua continuidade, se relacionam com esta perspectiva de alcance de uma atividade agrícola capaz de oferecer os meios de satisfação das necessidades das famílias.

> O produtor sempre teve dificuldade de plantar e não saber se vai vender. (...) Então no PNAE houve essa coisa, uma política do governo. Então isso passou segurança. Porque até então você levava no mercadinho e se perdia os produtos. Você levava a alface e tinha que deixar um brinde lá, que era justamente o seu lucro, cheiro verde e tal. Então essas coisas degrada a agricultura familiar. Então na política pública não existe isso. É coisa mais séria, é no papel, é no contrato. Então assim, eles têm que ser fiéis. Acho que isso daí motiva, é isso que deixa a Cooperativa próxima das políticas públicas (VP.Cooperacra).

Além das motivações financeiras, de garantia de mercado e de valorização do trabalho de agricultor, nossos interlocutores também mencionam sua satisfação pelo reconhecimento de seu importante papel de enviar produtos de qualidade para as crianças das escolas.

> Foi essa ideia de você saber que você está alimentando as crianças que é o foco do Brasil e a esperança nossa, que vem da criança. E uma criança bem alimentada vai produzir muito mais. Então quando a gente viu essa ideia, viu esse programa, nós ficamos muito felizes (A2.Cooperacra).

Também há um auto reconhecimento em razão da realização da produção de um alimento de qualidade, sobretudo pela ausência de contaminação por agrotóxicos. Trata-se, desta maneira, de um alimento mais saudável, mais favorável à saúde das crianças. “A gente fica feliz de vender o alimento para uma criança estar comendo, se alimentando de uma coisa saudável” (A4.Cooperacra).

Algumas mudanças estruturais ocorreram na Cooperacra com a adesão ao PNAE, como obtenção de um caminhão e a compra de materiais para transporte adequado dos alimentos. Além desta estruturação, também houve mudanças na produção. Com o aumento das vendas devido à grande demanda do PNAE, a produção foi intensificada. A técnica produtiva foi sempre a mesma – orgânica, de base agroecológica – sendo frequentemente aprimorada. Inicialmente, as adequações se relacionaram às exigências para a obtenção do

selo orgânico da Fundação Mokiti Okada, em 2006. Esta adequação se associou igualmente à qualidade da apresentação do produto.

> A qualidade a gente sempre foi melhorando, foi cuidando. A partir dos retornos que vinham das merendeiras, das cozinheiras, da nutricionista. A gente sempre cuidou né, de melhorar. O tamanho, a forma de apresentação, o peso, tudo né?! [...] E aprender a comercializar, de aprender a encontrar a qualidade do produto... qual a cenoura que é interessante, qual a berinjela que é interessante, como ela deve estar. Como deve estar o repolho, a apresentação do repolho. [...] O acabamento do produto os cooperados com certeza tiveram que aprender. Isso vem do retorno do PNAE. […] Quantidade também, melhoramos. Tivemos que aumentar (VP.Cooperacra).

Os produtos de horta mantiveram-se diversos, compondo uma extensa lista de variedades cultivadas. Ademais, começaram a produzir em área de agrofloresta e ampliando o leque de oferta com produção de frutíferas, conforme relato de um agricultor:

> O que o pessoal sabia fazer, continuou fazendo. Alface, brócolis, tudo de hortaliça eles continuam fazendo a mesma produção. Agora, o que mudou são as frutas. Hoje a gente pensa no sistema agroflorestal, então a gente está produzindo bastante frutíferas, que era uma coisa que a gente não trabalhava antes. [...] não tirando o foco das hortaliças, que o domínio que a gente tem, mas tentando aprender a produzir algumas frutas para que aumente a quantidade de diversidade do nosso produto e consiga atender a merenda melhor (A4.Cooperacra).

Além de ser favorável para a merenda, como citado pelo agricultor, por oferecer mais diversidade de produtos às escolas, essa diversidade de produtos também é um ponto favorável para a Cooperativa, uma vez que a lista de produtos solicitados é extensa. Assim, com mais variedades para oferecer, a Cooperacra tem sua posição fortalecida como fornecedor de alimentos para as escolas.

Outra mudança significativa para a Cooperativa se refere às alterações, a partir de duas resoluções do governo federal[20], do limite de venda por DAP/física/ano e a possibilidade de venda para mais de uma Entidade Executora. A partir da Resolução nº 04/2015, a Cooperacra passa a vender para outros municípios além de Santa Bárbara do Oeste. Outro fator favorável foi, no caso de Americana, sua participação no COMSEA. Desta forma, os representantes da Cooperativa conseguiram pleitear espaço de venda neste município que, conforme relatado, apresentava certa resistência para compra de seus produtos.

> Porque tinha na composição do conselho [...] as nutricionistas da merenda. [...] E ai quando falava que a Cooperacra fornecia para Santa Bárbara, perguntavam para Americana "Vocês compram produtos da agricultura familiar?", a pessoa falava

[20] A primeira foi a Resolução no 25/2012, dispondo sobre o aumento do limite de venda por DAP física/ano de R$ 9.000,00 para R$20.000,00. A outra foi a Resolução no 04/2015, com a qual o valor de R$ 20.000,00/DAP/ano passa a ser por Entidade Executora, o que significa que cada DAP pode chegar a este limite em cada município para o qual fornece.

> “Compra”, “Ah, mas o que vocês compram?”, “Nós compramos suco [...] iogurte, não sei o que...”, “Ah, mas por que vocês não compram produto da Cooperacra?”. Então elas eram colocadas numa saia justa na frente dessas autoridades todas, até um dia que elas abriram a chamada (Pres.Cooperacra).

O intenso envolvimento em instâncias de participação popular, como é o caso da participação no COMSEA, com importante engajamento por parte dos membros da Cooperativa, é favorável tanto para ampliar suas vendas, já que a partir desses movimentos muitas conquistas neste campo aconteceram, como para o próprio município, por exemplo, em razão de um abastecimento das escolas com alimentos frescos e orgânicos.

3.4.3. A relação da Cooperacra com as prefeituras e a logística de fornecimento para os municípios

A Cooperacra entrega produtos alimentícios para cinco municípios: Americana, Limeira, Nova Odessa, Santa Bárbara do Oeste e Rio das Pedras. Pôde-se constatar pelas entrevistas que há um processo estruturado, nos pedidos das prefeituras, para a entrega semanal, que ocorre “ponto a ponto”, ou seja, de escola em escola. Os principais problemas mencionados por nossos interlocutores relacionados aos pedidos diziam respeito ao edital que é organizado por cada prefeitura com as regras das chamadas públicas a se realizar.

Quanto a relação com as nutricionistas, o vice-presidente da Cooperacra relata que ocorre ocasionalmente com intercâmbio favorável, especialmente quanto ao retorno sobre a qualidade dos produtos fornecidos:

> De uma forma geral isso é bem nos momentos de entrega. A gente consegue encontrar as nutricionistas e a gente consegue cobrar e ao mesmo tempo elas dão um retorno de como está a entrega, como estão os produtos. O presidente também faz muito isso nas secretarias, de visitar e ter um retorno de como que foram as entregas. Ele acolhe as reclamações também, entendeu? Às vezes faz uma entrega e recebe uma reclamação, ele acolhe e corrige, entendeu? Mas é assim, é bem no dia a dia. De acordo com as situações. Entendeu? Nada programado... (VP.Cooperacra).

Além deste tipo de retorno, é mencionada a preocupação e interesse do presidente da cooperativa em ter avaliação dos entes públicos relacionados à alimentação escolar quanto aos produtos. Efetivamente, esse ponto tem se mostrado caro à Cooperativa, uma vez que, como já mencionado, após o início do fornecimento alimentar para as escolas graças ao PNAE, houve melhora da qualidade e apresentação dos alimentos produzidos.

Por ser um volume grande de produtos e muitos locais para entregar, a Cooperativa com o passar dos anos desenvolveu uma organização logística que otimizou as entregas para as escolas.

As entregas costumam acontecer às 3ª feiras, assim, no dia anterior ocorre a colheita, os produtos são preparados e separados caixa a caixa, de acordo com o pedido destinado a cada escola. As caixas são numeradas de acordo com a ordem de entrega e organizadas dentro do caminhão. Em algumas escolas, quando o alimento é entregue é verificada a adequação da entrega com o pedido. Esse processo é questionado pelos cooperados, uma vez que essa verificação já ocorre na cooperativa: como são inúmeras as escolas para entrega, qualquer perda de tempo em cada escola, representa dificuldade para o cumprimento do planejamento e eventualmente atraso na entrega das próximas escolas.

O processo de carregamento do caminhão e entrega nas escolas é explicado detalhadamente pelo presidente da Cooperacra:

> E assim, o que nós temos feito... esse aprendizado é muito rico. De organizar o dia da colheita, fica até mais tarde se for preciso, para fracionar, separar tudo isso. E a entrada em dia de entrega, o pessoal chega às 6 horas da manhã, carrega esses caminhões e vai pro mundo, entregar com responsabilidade em todos os lugares, todos os produtos, sem falta nada. E não é para errar, não tem como errar. A gente trabalha com uma logística igual ao mercado, nós chegamos nesse nível. [...] a gente numera as caixas escola por escola e foi montando uma logística entendeu?! E ai a gente puxa a escola tal e tal…
> Nós que desenvolvemos tudo isso. É um romaneio[21] de controle, três vias para assinar os documentos. Uma fica na escola, uma fica com a gente e uma fica na merenda. É, o romaneio, tem um romaneio grande que vem, que a gente sabe quais que são as escolas e o que que vai, depois tem o menorzinho, sabe?! Várias formas para chegar no… o pedido do produtor a gente manda X, depois chega aqui e a gente fraciona tudo, quanto que vai em cada escola. Escola numerada por rota, da 01 a tal. Criamos tudo isso… (Pres.Cooperacra).

A participação no COMSEA proporcionou, como já referido, o início do fornecimento de alimentos para as escolas de Americana e a organização em parceria com a prefeitura de um encontro com as merendeiras da alimentação escolar para que conhecessem o trabalho da cooperativa (em particular, a produção e manipulação dos alimentos e a logística de entrega para as escolas), como relatado pelo vice-presidente:

> Nós já fizemos um encontro, eu e o presidente, participamos de um encontro aonde nós conseguimos reunir as merendeiras todas de Americana. Foi a secretaria de Americana, junto com a Cooperacra, entendeu? Foi muito legal. E aí nós repassamos todo o nosso trabalho, como nós fazemos a nossa colheita, o manuseio, os cuidados que a gente tinha na entrega, tudo. Fizemos algumas exigências e tal. E elas também retornaram. Estava lotado. [...] Que eu acho que é um trabalho interessante das Cooperativas mobilizarem as merendeiras, as cozinheiras, para elas participarem, conhecerem, visitarem, entendeu? (VP.Cooperacra).

[21] Romaneio é uma lista detalhada dos produtos, com suas quantidades, pesos e valores. Esse é um processo que facilita a identificação e verificação das mercadorias, auxiliar na logística de processos de carregamento de cargas.

Esse encontro se mostrou positivo e eficaz para a relação com as merendeiras de Americana. Como será melhor discutido a seguir, tanto os diretores da Cooperacra, quanto os agricultores relataram dificuldades na relação com estas profissionais.

Este tipo de atividade, nascida deste envolvimento com o COMSEA e mesmo a busca do presidente de retorno, das secretarias municipais e das nutricionistas, sobre a qualidade dos produtos, são práticas que aproximam os atores envolvidos no processo. Trata-se também de iniciativas que aumentam a eficácia do programa.

3.4.4. As dificuldades e as propostas de mudanças no fornecimento de alimentos para o PNAE

Os relatos sobre as dificuldades com a venda de produtos para a alimentação escolar foram os mesmos em todas as entrevistas realizadas, tanto com os membros da diretoria da Cooperacra, quando com os agricultores da área coletiva.

A primeira questão está relacionada às merendeiras das escolas. Todos relatam que sempre há algum tipo de reclamação por parte delas quando são entregues os produtos. Mesmo os agricultores e agricultoras que não fazem parte do processo de entrega das mercadorias relatam essa relação com estas profissionais como um ponto de dificuldade. Com efeito, muitas vezes na entrega dos alimentos, as merendeiras reclamam da qualidade dos produtos, recusando recebê-los. Assim, do ponto de vista de nossos interlocutores da cooperativa, as merendeiras "cuidam de qualquer jeito", não se importam, não querem ter trabalho em preparar o alimento *in natura* e acham mais fácil receber produtos prontos, industrializados[22].

> [...] a gente tem muita reclamação. Elas não querem pegar por que é mais difícil para elas, por que tem que lavar, por que tem que picar, sabe? As merendeiras não querem pegar. Então a gente sente muita essa resistência lá a hora que a gente chega com o produto. Fresquinho! (A2.Cooperacra).

Os produtos entregues nas escolas são determinados nos editais das chamadas públicas. Vencendo tal processo, a Cooperativa firma um contrato que deve ser cumprido. Assim, as reclamações por parte das merendeiras dificultam o processo de entrega dos alimentos:

[22] É importante ressaltarmos que este é o ponto de vista dos agricultores e dos membros da diretoria. As merendeiras não foram entrevistas e não houve acompanhamento do processo de entrega das mercadorias.

> A nutricionista determina o que vai pegar de produto, você prepara, separa e manda e chega lá e a merendeira fala assim "Ai moço, você vai trazer essa coisa?! O pessoal não come." Então essa difusão, a dificuldade de entendimento, afinamento. Por que, você assina um contrato com o prefeito, a nutricionista define o que vai comer, a merendeira não está preparada para receber e nem sabe o que vai fazer com aquilo. Às vezes fica lá discutindo com o entregador que é muito ou que é pouco, sabe?! Acontece isso (Pres.Cooperacra).

O presidente da Cooperacra sinaliza um ponto de extrema relevância que diz respeito ao preparo das merendeiras. De fato, as ações de capacitação, qualificação e sensibilização das merendeiras são essenciais. Por terem muita proximidade com os escolares, especialmente no momento das refeições, conhecem seus gostos alimentares e assim cumprem um importante papel no incentivo às crianças por uma alimentação mais saudável e adequada. Por esta razão, podemos considerar que as ações junto às merendeiras são essenciais.

De fato, os entrevistados sugerem a continuidade de ações, como aquelas já realizadas pela Cooperativa, de aproximação com as merendeiras. O encontro mencionado com estas profissionais foi um momento que, segundo o depoimento abaixo, teve êxito e melhorou esta relação.

> [...] esses encontros com as merendeiras, para poder falar com elas. O de Americana melhorou por que a gente foi lá e falou com 235 merendeiras, contamos a história de como que é o processo, por que elas não têm ideia de como que é isso. Então muda um pouco como é a recepção depois (Pres.Cooperacra).

Igualmente, foram sugeridas que atividades similares aconteçam também com as nutricionistas. Desta forma, oportunizando maior entrosamento entre estas profissionais – com responsabilidade de escolha dos cardápios das crianças – e a Cooperativa.

Uma significativa questão levantada por apenas um entrevistado, não como uma dificuldade, mas como um ponto de alerta, diz respeito à centralização da comercialização. O PNAE representa um crucial marco na história de reestruturação da Cooperativa. No entanto, uma dependência importante deste canal de comercialização é vista como um risco iminente, uma vez que outros programas públicos sofreram cortes recentemente e, caso a Cooperacra perca o acesso ao mercado da alimentação escolar via PNAE, a dimensão desta perda alcançaria aproximadamente 80% da comercialização.

> Esse é um dos entraves de centralizar a comercialização só nas políticas públicas. Que a gente não sabe amanhã ou depois. O PAA mesmo a gente já tá sabendo como está difícil para a agricultura familiar fornecer para o PAA, por que o corte de verbas é ano a ano. Já estamos na casa dos mil, quando antigamente era milhões. E o PNAE fica por conta das prefeituras, então é um risco, entendeu? (VP.Cooperacra).

Efetivamente, a dependência de um único mercado pode ser um risco muito grande para a saúde de qualquer organização: o bloqueio por qualquer razão deste canal de comercialização representaria um forte abalo na estrutura da Cooperativa.

De fato, a Cooperativa busca expandir seu mercado institucional, especialmente no PNAE, o que representa um impulso de muito valor. No entanto, torna-se relevante considerar os riscos, procurando a diversificação dos canais de comercialização para a segurança da própria Cooperacra.

A burocracia do processo de compra pública também foi levantada como um ponto de dificuldade, especialmente no que se refere à organização dos editais das chamadas públicas e à definição dos pedidos. A burocracia é inclusive apresentada como uma dificuldade maior do que a própria produção dos alimentos: “Essa burocracia aí. Mais a burocracia do que você produzir o alimento” (A2.Cooperacra).

A princípio, o planejamento da produção estaria atrelado aos produtos e quantidades pedidas nos editais das chamadas públicas para fornecimento da alimentação escolar de cada munícipio. No entanto, o calendário de ocorrência dos editais não é fixo. Cada munícipio tem o seu momento de abertura de edital, que pode ser em qualquer período do ano. Além deste problema, os editais podem se referir a fornecimentos com diferentes durações (de seis meses ou de um ano, por exemplo). Tal procedimento dificulta o planejamento da produção, uma vez que a Cooperativa conta com informações limitadas sobre os itens solicitados, além da grande incerteza em relação aos contratos futuros.

> Essa burocracia não é legal. Ela atrapalha bastante o trabalho da direção da cooperativa, fica pesado sabe?! Fica muito imprevisível. Você não sabe se o ano que vem vai dar certo do mesmo jeito. Você sempre fica apreensível. Sempre! Quando vai acabando um é preocupação, por que você não sabe se no ano que vem vai dar certo ou não. Então fica bem... essa é a parte negativa (A4.Cooperacra)

Para superar estas dificuldades, a intensificação da relação com as merendeiras constitui no âmbito externo à cooperativa uma possível mudança. Sendo essa uma perspectiva partilhada pelos nossos interlocutores, como já mencionado.

Quanto às mudanças internas na Cooperacra, os entrevistados consideram a aquisição de um caminhão refrigerado como uma solução que permitirá o fornecimento de alimentos em melhores condições, especialmente nas últimas escolas do roteiro semanal de entrega dos produtos. A melhoria no sistema de irrigação e a construção de uma agroindústria seriam igualmente vias para melhorar a produção e as condições para o processamento dos alimentos produzidos. Aqui, trata-se de um processamento mínimo, para ofertar mandioca descascada, milho verde debulhado ou berinjela e abobrinha picados, por exemplo. A ideia consiste em

agregar valor aos produtos e igualmente facilitar o trabalho das merendeiras no preparo dos alimentos. Além destes objetivos, o fracionamento de alguns alimentos permitiria o alcance de novos mercados. Como exemplo mencionado pelo presidente, poderiam realizar a venda de bandejas de 300 gramas a varejistas, ao invés de caixa de quiabo no atacado. A estrutura de cozinha da Cooperacra não permite esse nível de processamento dos alimentos. Segundo depoimento de seu presidente na época da entrevista, realizada em fevereiro de 2018, o projeto da agroindústria havia sido aprovado aguardavam a sua efetivação.

3.4.5. O papel da Cooperacra ao fornecer alimentos no âmbito do PNAE

A pergunta "Qual você acha que é o papel da Cooperativa ao fornecer alimentos para o PNAE?", foi dirigida feita apenas aos dois diretores entrevistados da Cooperativa. Ainda que diretamente associada à questão da alimentação escolar, as respostas obtidas não se relacionaram exclusivamente ao tema.

Com efeito, os dois diretores interrogados desenvolveram argumentos que se associam ao papel social mais geral da Cooperativa, em termos de responsabilidade com a produção de um alimento de qualidade que beneficie seus consumidores, de articulação de diversos atores da sociedade para garantir que o alimento chegue ao seu destino de forma saudável e de sua contribuição para a qualidade de vida dos agricultores.

> Ela desenvolve um trabalho social né?! Um trabalho assim de complementação na sociedade de fazer uma atividade que outros setores na prefeitura não fazem. Então esse papel é dela. E aí ela tem que cumprir de uma forma correta na produção, desde lá no plantio, da escolha da semente, da escolha do produto e tal, até o final. E envolver a sociedade, envolver os produtores, envolver a escola, envolver todo mundo para entender a necessidade de garantir que o alimento realmente chegue de uma forma legal, saudável, e ter esse retorno (A5.Cooperacra).

Quanto aos benefícios aos consumidores, o presidente da Cooperacra destaca o importante papel na garantia da segurança alimentar e nutricional para populações em situação de vulnerabilidade social, especialmente crianças de bairros periféricos, com menor acesso a uma alimentação saudável:

> Então o trabalho nosso, ele está indo na extremidade. Por exemplo, quem está recebendo alimentação nas escolas de periferia, é lá que a gente manda mais, é lá... nós chamamos da favela. Tem uma escola aqui de Santa Bárbara, que é a favela...é lá que a nutricionista manda mais comida boa, mais coisas para poder nutrir aquele pessoal que tem dificuldade, entendeu?! Não que não manda boa para todo mundo, mas é mais lá que ela carrega a mão nisso e naquilo, que tem mais proteína, que tem mais...sabe?! Então assim, nós estamos trabalhando nesse mercado (Pres.Cooperacra).

Ainda com relação à segurança alimentar e nutricional, a função da cooperativa não se restringe apenas aos escolares, mas também a outros públicos que a Cooperacra atende, nesses casos via PAA:

> E nós tá sabendo que a alimentação que nós tá produzindo está indo direto para um lar dos velhinhos, tá indo para um lar das meninas ... então isso deu um norte para nós, esse trabalho que a gente está fazendo, entendeu?! É um público, às vezes até carente e que recebe uma alimentação boa, entendeu? Então a gente finaliza assim, a função nossa fica importante. O produtor se encontrando com ele mesmo, sabendo que tem escoamento, que o resultado disso também volta para ele, que ele também tem condições de fazer um aniversario, de sair comemorar alguma coisa, por que é desse trabalho que ele está fazendo. Eu acho que nós está se encontrando aí (Pres.Cooperacra).

Na perspectiva deste interlocutor, cumprir essa função social representa um amplo horizonte de satisfação e motivação aos agricultores. Este reconhecimento de suas atuações enquanto agricultores renova energias para o trabalho, repercutindo também em melhores condições e qualidade de vida. Esta valorização também é vista pelo vice-presidente como fruto do papel de articulação e mobilização social desempenhado pela Cooperacra:

> E preencher esse vazio que existe da cidade, que é a agricultura. A cidade necessita do trabalho do produtor e esse trabalho a Cooperativa tem que desenvolver da melhor maneira possível. De uma maneira que os produtores também se sintam beneficiados, o trabalho seja valorizado, tenham retorno financeiro. Por que também, não adianta existir a Cooperativa, produzir, mas os produtores não estarem bem, não estarem organizados, não estarem com suas famílias. Poder ter férias, poder mandar o filho para a faculdade essas coisas. Por que essas coisas também são necessárias (VP.Cooperacra).

A propósito, este discurso permite pensar que a produção de alimentos para a cidade, zona consumidora, por uma agricultura urbana constitui um papel emergente desejado no âmbito da Cooperativa. Trata-se de alimentar os citadinos da melhor forma possível, com uma agricultura de proximidade.

Retomando às funções relativas à oferta mais específica de alimentos no âmbito do PNAE, é mencionada a importância da Cooperacra em manter o nível saudável da alimentação escolar – podemos expandir essa importância a toda a agricultura familiar – com atenção à qualidade dos produtos que são fornecidos aos escolares. Segundo seu vice-presidente, sem a cooperativa, o cumprimento desta função da alimentação escolar "desanda":

> Se a Cooperativa não cumprir esse papel aí, dai desanda um pouco...as escolas vão voltar a comer ai, pão com banana, essas coisas...nem banana tem. Acho que cuidar da alimentação, alimentação saudável, rica em nutrientes. Acho que é isso (VP.Cooperacra).

Desta maneira, é função das prefeituras – ou do poder público em todas as suas esferas – valorizar a agricultura familiar e dar continuidade às compras públicas de alimentos de qualidade. Assim, é função dos agricultores seguir fornecendo esses produtos:

> Então é isso... as prefeituras precisam valorizar os produtores locais e os produtores precisam entender que eles têm um papel para cumprir que é fornecer produtos de qualidade, fornecer produtos bons. Acho que é isso... (VP.Cooperacra).

Enfim, a Cooperacra, na medida em que seu foco exclusivo está na produção de alimentos, objetiva e estimula conhecer seu público consumidor, tornando a oferta de alimentos aos escolares uma missão de grande valor para os cooperados.

4. A MULTIFUNCIONALIDADE NAS COOPERATIVAS – SAÚDE E AGRICULTURA NA PRÁTICA

Este capítulo visa apresentar e situar a realidade das duas cooperativas, que foram estudadas sob a ótica das quatro funções da agricultura propostas no âmbito da reflexão sobre a MFA. A partir desta perspectiva, buscamos compreender de que forma a saúde permeia estas funções e como a inserção no PNAE influiu na relação existente entre agricultura e saúde a partir da sensibilidade dos(as) agricultores(as). Ademais, procuramos situá-los nesse neste processo para discutir como desenvolve o seu papel de promotor da saúde.

Como ponto de partida, apresentamos a discussão sobre a compreensão de saúde pelos agricultores e sobre a forma que consideram a relação existente entre alimentação e saúde. Assim, trata-se de evidenciar o que entendem por um alimento e uma refeição saudáveis. Nesta parte da discussão, os resultados das entrevistas nas duas cooperativas são apresentados conjuntamente, pois apresentam muita semelhança de pontos de vista.

No segundo momento do capítulo, abordamos as quatro funções consideradas da agricultura, apresentadas na realidade de cada uma das cooperativas. Desta forma, separadamente, foi possível apresentar as suas distinções. Buscando um fio condutor que parte da relação da agricultura com a saúde a partir da alimentação, a primeira função analisada é aquela de promoção da segurança alimentar. Na sequência, discutimos a relação da atividade agrícola com o ambiente natural, considerando assim sua função de preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. A terceira função discutida se refere à manutenção do tecido social e cultural. Finalmente, a última função abordada é aquela de reprodução socioeconômicas das famílias rurais.

4.1. O que é saúde e qual sua relação com alimentação – a perspectiva dos agricultores

A perspectiva de saúde apresentada pelos agricultores esteve sempre associada à alimentação, sendo este ponto unânime em todas as entrevistas. Nossos interlocutores também citaram como indicativos de saúde: a baixa frequência em hospitais, a vitalidade e disposição para a vida, a vontade de trabalhar, o bem estar e alegria, a felicidade de viver e a responsabilidade na atuação enquanto agricultores: “É se você tem uma boa alimentação, você

vai estar de bem né?! Você vai estar... tendo saúde você vai estar feliz, estar alegre, você olha e vê que a pessoa está com ânimo, né?!" (A5.Cooperacra)

A saúde também esteve associada ao acesso ao alimento, à possibilidade de comer e à ausência da fome: "Ah, saúde o que eu entendo é que é ter comida, não passar fome..." (A6.Coopamsp).

A disposição e satisfação com o trabalho, que pode trazer bem estar e alegria, foram mencionadas por uma das entrevistadas como importante prova de saúde, apresentando uma perspectiva de vitalidade relacionada à possibilidade de trabalhar e, desta maneira, gerar renda, o que é um ponto caro para esta agricultora.

> Ah, para mim é assim né, eu quero ter bastante saúde para ficar trabalhando a vida inteira. [...] Acho que a pessoal tendo disposição para trabalhar, não estando sentindo nada de mal e contente com o que faz, acho que corresponde a saúde né?! [...] Com saúde você trabalha, você vive sorrindo. Você já pensou, se você vive doente você não tem nada. Você não pode trabalhar, você vive no médico. O dinheiro ele é importante, mas o mais importante é saúde. Se você não tiver dinheiro você não compra, agora se você tiver saúde, você ganha o dinheiro. Agora se você estiver doente você não ganha, não faz nada (A4.Coopamsp).

Estar feliz e seguir na busca pela felicidade foram mencionados por outro entrevistado como demonstrativo de saúde "Se estiver feliz, né?! Saúde é, supondo né... é ter consciência de ser feliz" (A5.Coopamsp).

A responsabilidade na produção do alimento foi apresentada por uma agricultora como elemento fundamental para saúde, tanto dos agricultores, quanto dos consumidores. Essa responsabilidade é notadamente associada aos cuidados com aplicação de agrotóxico, demonstrando conhecimento sobre os riscos tanto na dispersão e no descarte dos frascos destes produtos, quanto no consumo de um alimento contaminado.

> Saúde é você estar produzindo com essa responsabilidade. Porque tem que ter a responsabilidade, vamos supor, se eu for usar o reagente [agrotóxico] tem que estar usando uma bota, uma máscara, por que aquilo pode me prejudicar. Saúde, eu tenho que estar sabendo aonde descartar os frascos, eu tenho que ter saúde no armazenamento. Porque, aquele produto que eu tô colhendo eu sei que vai alimentar outras pessoas, se ele chegar contaminado ou de forma errada, pode causar um mal maior para a pessoa que vai consumir. E se ele chegar em estado bom, ele pode trazer mais saúde, você pode estar levando um produto com vitaminas, nutrientes necessários, promover saúde né?! Eu acho que é muito bom para saúde o que a gente faz (A2.Coopamsp).

Esta mesma agricultora quando questionada sobre o que é um alimento saudável, retoma a questão do uso do agrotóxico e demonstra conhecimento sobre o risco que seu uso apresenta para a saúde. Ainda que em uma das cooperativas a produção seja convencional, a maior parte de seus agricultores relatou usar pouco ou não usar agrotóxicos. Com efeito,

demonstraram conhecimento sobre os riscos que o uso do agrotóxico apresenta para a saúde humana e ambiental.

Neste sentido, estes interlocutores consideram um alimento saudável como aquele produzido sem o uso de agrotóxico, ou com o mínimo possível: “Acho que alimento saudável é você não usar... como eu posso dizer? Usar o quanto menos, ou não usar nenhum tipo de veneno. Acho que se já pôs alguma coisa de veneno ali, já não é mais saudável, né?!” (A1.Coopamsp).

O alimento saudável também foi mencionado de forma associada a uma perspectiva ampla da saúde. Assim, a produção deve ocorrer com cuidado com o meio ambiente. Então, trata-se de uma produção que preserve o solo, que não polua a água, que não degrade a natureza.

> Olha, alimento saudável no meu ponto de vista, ele vem de lá de trás. Ele não vem somente porque ele não tem agrotóxico. Ele é um alimento saudável, no meu entender, um alimento que não prejudicou a natureza, não prejudicou uma nascente de água, não prejudicou nada. […] Alimento saudável é desde o começo, tudo, o cuidado que você tem com a terra, a maneira como você colhe, o jeito que você planta, tudo isso aí... (A4.Cooperacra).

O fato de ser um alimento fresco, colhido na hora, também foi associado a um alimento saudável, “[...] Colhidinho na hora ali, uma coisa que não tem veneno, não tem nada, é uma coisa sadia né?!” (A5.Cooperacra).

Associado ao alimento fresco, o alimento saudável é compreendido como aquele com sabor autêntico, gosto, proporcionando sensações no paladar e, assim, prazer a quem o consome.

> É aquilo que a pessoa come e realmente sente o sabor daquilo. E ao sentir o sabor aquilo dá prazer para a pessoa realmente sentir. Sentir, por exemplo, quando uma pessoa compra uma cenoura e sente que a cenoura realmente é doce, ela tem açúcar né?! Não é essa cenoura que a pessoa come e não sente o sabor (A6.Cooperacra).

Quanto às refeições saudáveis, a diversidade de alimentos seria essencial para uma boa dieta alimentar, como foi frequentemente mencionado pelos nossos interlocutores: “Ah, eu acho que tem que ter legumes, uma salada, um ovo cozido, de vez em quando uma carne” (A3.Cooperacra); “Muita cor. Muita variedade. É um alimento saudável... tem muito a ver com isso, né?! Muita verdura. Tem que ter né?!” (A2.Coopamsp); “Uma cenoura, alface, repolho, feijão colhido aqui, o arroz colhido aqui. Esse é o saudável. Alimento sadio” (A1.Cooperacra).

Uma refeição composta por alimentos frescos e produzidos sem agrotóxicos, também foi associada à uma refeição saudável.

> Eu acho que você põe no prato coisas que não tem veneno, não tem nada. Coisas que você planta ali que você colhe, eu acho que é saudável. Pega o arroz, o feijão... Claro que não é tudo sem veneno né?! Mas se você... a maioria que você vai pôr no prato é uma alimentação sem veneno, isso ai eu acho que torna mais saudável, do que você por tudo cheio de veneno no prato (A5.Cooperacra).

Além da variedade e frescor dos alimentos produzidos sem agrotóxicos, a subjetividade ligada aos sentimentos no ato de preparar o alimento e compor uma refeição apareceu como elemento importante de uma refeição saudável, que envolve o afeto com seu preparo: "Uma refeição saudável ela é feita com muito amor, carinho, com produtos limpos que a gente sabe que não tem veneno" (A2.Cooperacra).

Finalmente, quanto à relação entre saúde e alimentação, nossos interlocutores responderam reconhecer sua existência e importância. Uma agricultora apresentou uma perspectiva positiva desta relação, na direção de uma compreensão de que, ao alimentar-se bem, de forma saudável, o indivíduo se sentirá melhor e com mais vitalidade. O uso dos alimentos para a cura e o bem estar também foi mencionado.

> Ela [alimentação] influencia muito [na saúde]. Porque você bate uma couve com leite, você sabe que é bom para o estomago, você faz um suco verde de manhã, você sabe que ele vai te fazer bem. Vai reforçar suas energias, vai te dar mais ânimo. Então isso ai eu acho que é muito interessante na parte de alimentação, na saúde (A2.Cooperacra).

Um segundo depoimento se refere a esta mesma perspectiva, de que uma boa alimentação pode influenciar positivamente a saúde. Nesta ótica, demonstrou um reconhecimento sobre o importante papel do agricultor na promoção da saúde, o que não deve ser ignorado.

> Se você se alimenta bem, seu corpo... a gente é aquilo que a gente come, né?! E muitas vezes eu vejo que as pessoas estão perdendo o foco de se alimentar saudavelmente. Eu vejo assim, cada vez mais o mercado está tirando essa importância do papel do agricultor nessa roda da saúde aí (A6.Cooperacra).

Outra perspectiva recorrente nas entrevistas esteve relacionada à doença como ligada a uma má alimentação. Assim, o indivíduo pode se adoentar em razão de alimentos "não saudáveis", que fazem mal à saúde. Os alimentos citados como não saudáveis foram aqueles com muita gordura, tais como as frituras, e alimentos industrializados.

> Ah, eu acho que é bem forte essa relação. Porque se a gente fica comendo muita bobeira, muita gordura, essas coisas, a gente já não tem aquela saúde boa. Então uma gordura, fritura, essas coisas, já vai dar problema no estômago ou às vezes de repente causa até uma diarréia. Então comendo as coisas mais natural, colhida na hora, eu acho que é melhor do que industrializado né?! Industrializado é muito mais perigoso (A5.Cooperacra).

O último ponto mencionado como elemento pertinente desta relação da alimentação com a saúde diz respeito aos alimentos orgânicos. Seu consumo estaria diretamente ligado à preservação da saúde e à transformação da vida. No entanto, o consumo exclusivo de alimentos orgânicos é considerado como uma alternativa pouco viável, até mesmo para o agricultor que os produz.

> Ah, ela é fundamental. É tudo né?! Tem tudo a ver uma coisa com a outra. Porque tudo o que você come é direto para a saúde [...]. E falando da alimentação com a saúde junto, você se reflete pelo que você come, não tem como, não tem para onde fugir [...] eu acredito que se um cara comece só orgânico, só alimento saudável, eu acho que a vida do cara é outra. Mas quem é esse cara? Quem consegue fazer isso? Eu pergunto também. Por que não sei... (A4.Cooperacra).

Do ponto de vista deste agricultor, além da preferência por produtos in natura, é fundamental que se possa buscar consumir aqueles orgânicos. Caso contrário, o alimento poderá apresentar prejuízos à saúde, particularmente por ter sido produzido com o uso de agrotóxicos.

> Por mais que a pessoa fale "eu vou no mercado e eu compro tomate, não sei o que, só as coisas mais saudáveis que tem no mercado", mas na verdade não é né! Você está prejudicando a sua saúde. [...] Só sei que eu não sou 100% orgânico. Eu faço a produção orgânica, mas eu mesmo como produtor não sou orgânico, eu não como só orgânico, entendeu? Isso eu acredito que não faz bem para a saúde (A4.Cooperacra).

Este último ponto leva a considerar o insuficiente incentivo à produção orgânica, que é menor ainda para aquela com caráter agroecológico . Além de permitir uma maior generalização do consumo de uma alimentação mais saudável, sistemas de produção agroecológica favorecem a permanência de agricultores no campo, gerando emprego e renda, por exigir mais força de trabalho e por gerar mais valor agregado aos produtos. Trata-se assim de elevar a produção de um alimento saudável e, portanto, aumentar sua oferta para a população.

O PNAE incentiva a compra pública de produtos orgânicos e/ou agroecológicos em suas normas. Portanto, constitui um dispositivo importante para o incremento da promoção da saúde aos escolares e de reforço da possibilidade do agricultor atuar como agente social promotor da saúde.

4.2. Cooperacra

4.2.1. Segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade

A segurança alimentar das famílias cooperadas sempre foi prioridade para a Cooperacra. Como já mencionado na história da cooperativa, por muitos anos seus membros

tiveram dificuldades para comercialização de seus produtos, o que por fim refletiu na baixa geração de renda para as famílias que cultivam na área coletiva. Durante este período de ausência de canais estáveis de comercialização, a destinação do valor arrecado era prioritariamente para a compra de produtos de cesta básica para serem divididos entre todas as famílias associadas, para que não faltasse alimento.

> Então às vezes você colhia aquela quantidade e vendia por um precinho que...e não dava para sustentar tudo o que nós estamos fazendo aqui na época, as pessoas que tinham. A gente manteve a cesta, não tiramos a cesta. Todo o mês a gente ia no mercado, comprava vinte, trinta sacos de arroz. Comprava óleo, comprava tudo. E depois chegava aqui e nós dividíamos igual para todas as famílias que trabalhavam aqui. Então a gente segurou essa cesta porque não tinha o pagamento, não tinha o dinheiro para pegar. Então a gente manteve essa cesta. Então, quer dizer, não tinha o dinheiro mas tinha comida dentro de casa. A gente pensou nisso (A2.Cooperacra).

Esse procedimento foi mencionado por todos os entrevistados da área coletiva da cooperativa, demostrando que essa priorização foi essencial para todas as famílias, na medida em que assegurou acesso ao alimento. Com efeito, essa divisão ocorria de forma igualitária e compartilhada, de maneira que todas as famílias pudessem se alimentar com a quantidade que lhes fosse necessária. Esta atenção para que não faltasse comida na casa de nenhuma família se referia também à distribuição dos alimentos produzidos na própria cooperativa.

> Igual, a gente fazia a cesta básica, tudo o que a gente comprava para um a gente comprava para todo mundo. Se eu estava comendo sardinha, você também estava. Se eu estava comendo ovo, você também estava. Então a gente sabia que o alimento, o que a gente levava daqui e o que a gente trazia de lá, estava todo mundo comendo mais ou menos igual. As pessoas que estavam trabalhando aqui. Então essa parte a gente cuidava bastante para não deixar... na hora que começava a acabar na casa de um, já sabia que na casa do outro também estava acabando e tinha que correr atrás. Para a gente foi a parte mais principal, não deixar faltar o alimento (A2.Cooperacra).

Atualmente, essa compra coletiva de produtos de cesta básica deixou de ocorrer, uma vez que agora os agricultores têm suficiente retorno financeiro pela atividade agrícola e administram individualmente a aquisição de alimentos para suas famílias. No entanto, continuam consumindo os alimentos produzidos na cooperativa, que são colhidos e distribuídos semanalmente de forma planejada. Os agricultores mencionam que, além desta colheita semanal específica para o consumo das famílias cooperadas, podem colher mais alimentos em caso de necessidade.

> Porque assim, normalmente a gente leva na terça feira, então vai um pacote, divide cada um faz os pacotes para cada ai leva, na terça feira. Ai, se alguém comeu antes e quer pegar de novo, pode pegar, não tem problema não. Mas geralmente é nas terças feira que leva. Ai quase tudo que colhe leva, às vezes a gente quer, às vezes não quer (A3.Cooperacra).

O consumo de alimentos da própria produção também é um elemento de econômica financeira, citado por uma das agricultoras, uma vez que representa parte significativa do total da alimentação da família. Esta interlocutora também destaca o sabor e qualidade dos produtos da cooperativa e a diferença que existe em relação àqueles do mercado convencional.

> É bastante, porque vira uma mistura né?! Você economiza, se fosse gastar no mercado... eu acho que dá uma porcentagem boa, porque daí você leva... teve uma época que a gente plantou até feijão. Daí a gente plantava feijão, cebola, alho. Agora não tem, mas se você leva um brócolis, uma couve flor, um repolho. Tudo isso aí você faz e já incrementa o prato, se você não tem uma mistura para pôr, já virou a mistura. Então eu acho muito interessante essa parte, que a gente é alimentado aqui. [...] Então, essas coisas assim... beterraba e cenoura... às vezes você compra, uma cebola ou alguma coisa assim, mas a cenoura e a beterraba eu não consigo comprar e comer do mercado. Parece que não tem o mesmo sabor, não tem o mesmo gosto. [...] Então é uma coisa que vai ficando meio que automático sabe, você vai gostando tanto das coisas daqui que você vê diferença (A2.Cooperacra).

A importância da produção para o autoconsumo também foi realçada pela agricultora da área particular, que mencionou consumir tanto produtos da horta como da roça, além das frutas e eventualmente pequenos animais criados para o autoconsumo da família.

> Aqui é PF [prato feito] mesmo. Almoço e janta é prato feito. Arroz eu compro, porque é mais difícil. Dai eu tento comprar orgânico. [...] agora meu pai plantou feijão, então não compro feijão. Carne compra de fora. Mas dai quando tem um frango minha mãe mata. E a gente consome. E ai a gente vai variando. [...] Minha mãe é um pardal... por isso minha mãe planta bastante fruta. Um sabia, [ela] como tudo! (A6.Cooperacra).

A diversidade da produção da cooperativa é outro elemento relevante para considerar o quesito segurança alimentar e nutricional, tanto das famílias rurais, quanto da sociedade. Trata-se de garantir a oferta de variedade de produtos contribuindo para a diversidade alimentar dos consumidores. A cooperativa, tanto em sua área coletiva, como na área de produção individual considerada, apresenta uma produção amplamente agrobiodiversa. Além de produtos da horta, existem produtos de roça (sobretudo mandioca, milho e feijão) e muitas frutíferas. Dois interlocutores, a agricultora da área particular e um agricultor da área coletiva, destacam essa agrobiodiversidade em suas produções:

> Parte de folha, mandioca. O mais forte é a horta, a gente também mexe um pouco com a parte de legumes, mas a gente também está entrando um pouco com as frutíferas. Tem a parte de lichia [...] agora minha está entrando também com um pouco de pitaia [...]. Agora nessa época de chuva minha mãe está entrando com um pouco de palmito no meio das mandiocas (A6.Cooperacra).

> Alface, repolho, brócolis, tudo de hortaliça eles continuaram fazendo a mesma produção. Agora o que mudou são as frutas. Hoje a gente pensa no sistema agroflorestal, então a gente está introduzindo bastante frutíferas [...] Tinha um pouco de abacate, a banana sempre teve. Mas hoje tem mais coisa. Como a manga, o limão,

> coco, goiaba, açaí, juçara. Então tem várias outras espécies de frutas que a gente está começando... não tirando o foco da hortaliça, que o domínio que a gente tem, mas tentando aprender a produzir algumas frutas para que aumente a quantidade de diversidade do nosso produto e consiga atender a merenda melhor (A4.Cooperacra).

Quanto ao fornecimento para a alimentação escolar, há um forte reconhecimento por parte dos entrevistados de sua função na promoção da segurança alimentar e nutricional junto aos escolares.

> Mas a intenção nossa é salvar as crianças que estão ai. Então, nós estamos entregando na merenda escolar hoje e as crianças estão comendo um alimento sadio, entendeu?! Que a gente produz aqui sem veneno (A1.Cooperacra).

A produção de um alimento sem agrotóxicos os leva à compreensão de que fornecem um alimento mais saudável. Dessa forma, reconhecem o seu papel na promoção da saúde de seus consumidores. Então, demonstram satisfação por desempenhar este papel na sociedade e por poder propiciar saúde às crianças que tenham acesso ao alimento produzido na cooperativa.

> Esse papel é saúde, é vida. É emoção da gente de saber que a gente está produzindo um alimento saudável. Que hoje tem tantas doenças e que a gente pode estar contribuindo com uma fatia, pelo menos que seja dez ou quinze por cento, mas a gente sabe que a gente está fazendo uma coisa boa, que é o alimento para aquela criança que comeu uma cenoura daqui, já vai mudar alguma coisa na vida dela futuramente. Então é isso que a gente pensa (A2.Cooperacra).

A qualidade do produto é uma garantia de saudabilidade e bem estar tanto para os consumidores, quanto para os próprios produtores. Estes últimos teriam sua saúde resguardada por não estarem em contato com produtos que lhes possam ser prejudiciais.

> Eu acho bom. Bom que está enviando para lá, tá comendo um produto de qualidade, que tem saúde, porque não tem agrotóxico nenhum. Nem para quem come e nem para quem trabalha no campo. Por que daí se você usa o veneno você vai acabar intoxicando né?! Então, nem nós e nem quem come. É um produto bom (A5.Cooperacra).

Com isso, nossos interlocutores reconhecem que seu produto tem potencial de promover saúde tanto aos consumidores, quanto aos trabalhadores que desenvolvem uma atividade laboral de menor risco. Portanto, no desempenho da função de agricultores, entendem que constitui papel fundamental a oferta de um alimento saudável à população. Desta maneira, a satisfação com sua atuação vai além do retorno financeiro com a atividade agrícola, mas se relaciona com o fornecimento de alimento sadio, o que incita reflexões quanto a uma boa alimentação.

> Então não é simplesmente, você produz e você vende de qualquer jeito. Não, não é esse o nosso objetivo. Nem é pelo dinheiro. É mais que as pessoas tivessem

> consciência de se alimentar bem. E de todos poderem vim se alimentar de um produto bom, limpo, entendeu? Ter essa consciência. Produz para que as pessoas possam comer um bom alimento (A2.Cooperacra).

Entre nossos entrevistados, a relação entre agricultura e saúde também pode aparecer na própria existência dos agricultores. Na medida em que a alimentação é essencial à vida, a produção de um alimento saudável representa uma atividade de grande importância social.

> Ah, eu acho que o papel de nós agricultores é o melhor. Porque na vida da gente o que mais a gente necessita é a saúde e a alimentação. Então a alimentação sem agrotóxico que é a natural, então acho que é o mais principal que tem é o agricultor na vida do ser humano, no caso. [...] Se não tem alimentação boa, então a pessoa não vai ficar de pé, porque... o estomago estando cheio e comendo coisa boa, acho que é importante isso aí (A5.Cooperacra).

Nesse sentido, há um profundo reconhecimento por parte dos agricultores da importância de seu papel na promoção da saúde da população, graças à oferta de uma alimentação adequada e saudável.

> Ah, é o que eu faço ué. É colocar o alimento para o pessoal comer, na mesa. Eu acredito num papel bem importante, por que se nós como agricultores não fizermos, quem vai plantar? O pessoal não está... ninguém pensa nisso (A4.Cooperacra).

4.2.2. Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural

A produção agroecológica da Cooperacra permite refletir notoriamente, como já mencionado no item anterior, a preocupação com a qualidade do alimento e o reconhecimento dos benefícios que esta produção pode propiciar à saúde humana. Igualmente, este tipo de agricultura oferece seus benefícios à saúde ambiental, o que é reconhecido em termos dos cuidados em torno da prática agrícola desenvolvida na cooperativa.

> Então a gente, falando com meu avô, com meu tio, você vai sentindo o carinho que tem pela terra, sabe?! A maneira como você tem que tratar a natureza. Então você vai observando tudo isso aí. E aos poucos você vai imaginando dessa forma que eu vejo que é o alimento saudável. Então é tudo ensinamento do pessoal aqui mesmo, que foi me demonstrando, “olha cara, a ervinha nascendo lá, espontânea e tal, é porque está saudável esse solo, a gente cuida bem” (A4.Cooperacra).

Esse reconhecimento foi muito recorrente especialmente na entrevista com o agricultor mais jovem da cooperativa, que estima ter aprendido a criar uma relação de respeito e admiração com a natureza, com seu avô, o patriarca que mencionamos na história da cooperativa, e com outros membros da família que integram a cooperativa. Com efeito, o cuidado com a natureza e a relação zelosa com a terra são frutos de um aprendizado que vem sendo transmitido de geração em geração, o que se tornou um elemento caro para a cooperativa.

> Então a gente vai percebendo essas coisas e vai vendo que o alimento saudável não é somente porque ele não tem agrotóxico, é porque você está fazendo certo, cuidando bem da sua terra, preservando os animais, preservando os microorganismos que estão na terra, tentando gerar mais, que é essa cobertura do solo que a gente faz, o material que a gente joga na terra, o esterco, essas coisas, tudo para beneficiar a terra. Ela te traz o benefício de um alimento bonito, rico, só que também você está cuidando da terra, você está devolvendo muita coisa para ela. Então eu acho que gera uma harmonia (A4.Cooperacra).

A importância do cuidado com o ecossistema do solo, para que então o alimento seja um alimento saudável, está evidentemente incorporada nesta visão de agricultura de qualidade. Trata-se de um sistema de produção que não o devaste, mas crie uma relação harmoniosa, de troca com a natureza, permitindo a preservação dos recursos naturais. Esta visão de agricultura orienta as práticas na cooperativa, como se constata no discurso deste agricultor.

Portanto, a atenção e o cuidado com a paisagem e com o entorno natural, buscando preservar e manejar adequadamente os recursos naturais, reflete conhecimento sobre uma agricultura capaz de proteger a natureza e o meio ambiente. Ademais, o agricultor demonstra desejo de compartilhar esse conhecimento de relação harmoniosa da agricultura com a natureza, difundindo mais amplamente esta perspectiva.

> A gente tem aqui a primeira coisa é a preservação, a gente cuida da natureza em volta, nossa área de produção. Tenta plantar mais árvores, fazer com que sua área seja produtiva, mas sem degradar a área, sem machucar a terra. Eu acredito que é tudo isso ai, desde o começo mesmo. Num geral. A sua área, de onde vem um produto saudável, ela tem que ser desde o começo, tem que ser um kit assim, completão. Tudo bem saudável mesmo. Tudo bem limpinho, tudo bem organizado. É o que eu vejo quando eu falo de um alimento saudável. E todas as pessoas que eu falo quando eu tento, quando tem um assunto desse, eu sempre explico isso ai. Alimento saudável não é só você não colocar veneno na terra ali, para você não contaminar o alimento. O alimento saudável vem desde sua terra, o que você está fazendo na sua terra, cuidando, plantando uma árvore, cuidando da sua nascente, melhorando a qualidade da sua água. Dentro de um sistema de natureza mesmo, plantando árvore perto da nascente, tentando... eu tento explicar dessa forma para os meus amigos e com quem eu tenho contato para falar disso aí, são poucos, mas às vezes alguém se interessa em ouvir (A4.Cooperacra).

O reconhecimento da importância de uma agricultura em relação harmoniosa com a natureza, permitindo a preservação do meio ambiente e impacto favorável para a saúde também está presente no depoimento da agricultora da área particular. Em sua manifestação sobre seu papel de fornecer produtos para a alimentação escolar no âmbito do PNAE, é reconhecida a função de garantia da saúde aos escolares, graças à oferta de um alimento limpo e local. A respeito do consumo de um produto local, é crescente o debate acadêmico e social sobre a relação entre o “locavorismo ” e a sustentabilidade. Trata-se de considerar o alimento local como capaz de mitigar impactos ambientais relacionados ao transporte do

alimento por longas distancias. Além desta vantagem, o consumo local favoreceria o fortalecimento da economia da localidade e ainda a proximidade entre consumidor e produtor permitiria a valorização da atividade agrícola.

> [...] eu ofereço um produto limpo. Um produto local. Se as pessoas soubessem como é importante ter um produto local. Onde você gasta menos pneu, menos combustível, menos aquilo... e o dinheiro circulando na cidade, né?! Você acaba valorizando o que está no seu entorno (A6.Cooperacra).

Ademais, a valorização e o cuidado com o meio ambiente aparecem como elemento fundamental para a saúde. Assim, uma prática agrícola fundada nestes princípios teria uma função na sociedade das mais relevantes, como sugere um dos nossos interlocutores.

> Eu volto na tecla da saúde. Saúde, meio ambiente. Não só a saúde física, mas a saúde do meio ambiente e todo o entorno. Eu vejo assim, que se o Homem estiver bem na saúde física e tiver bem no seu entorno, tudo vai bem, né?! Você vai embora filha... se você estiver bem com você, pode vir o que for (A6.Cooperacra).

4.2.3. Manutenção do tecido social e cultural

Vinculado especialmente à produção de alimentos, existe por parte dos agricultores da Cooperacra um reconhecimento sobre a importância do papel que desempenham na sociedade. . Dessa forma, existe uma auto valorização de sua necessidade (ou de agricultores com sensibilidade para a produção de alimentos saudáveis) para a manutenção da vida.

> […] o agricultor é fundamental na vida do ser humano, por que alimentação, quem vive sem se alimentar?! Eu acho que o produtor, como se diz... o que para a gente aqui na cooperativa é o carro chefe, o produtor é o carro chefe da vida do ser humano (A5.Cooperacra).

Nas entrevistas, vale a pena destacar, nossos interlocutores se apresentam com a identidade de agricultores, o que revela o indício de um sentimento de mais valorização como tal, alcançado ao longo dos anos. De fato, manifestam orgulho do desempenho deste trabalho na agricultura.

> Sim, antes a gente tinha vergonha. Dai a gente foi fazendo cursos e tal... e porque a gente fala que a gente tinha vergonha... por que a gente mora assim no bairro, na cidade, não tem horta, não tem... aqui, sabe?! Tem no bairro no centro, se você for olhar você encontra. Mas eles olham diferente do que aqui. Porque aqui é mais... então se você falar assim que você trabalha numa roça o povo ri, tirava sarro. Hoje como nós temos orgulho do que nós fazemos, então a gente fala sem vergonha nenhuma, mas antes a gente ficava acanhado. Se chegava numa reunião e estava cheia de gente e perguntavam “Ai, o que você faz?”, a gente olhava um para o outro e não respondia, que a gente ficava assim “Ai, o que vamos falar?”. Mas hoje não, a gente pode ir aonde for que a gente fala “trabalho na roça, trabalho no campo”. Com muito orgulho de saber o que a gente faz, que a gente produz um alimento saudável (A2.Cooperacra).

Este sentimento de orgulho com a realização da atividade agrícola é reforçado com a comercialização de produtos para a alimentação escolar. Os agricultores mencionam terem se sentido mais valorizados e reconhecidos graças à participação no PNAE, o que os motivou a continuar desempenhando o trabalho na agricultura, como ressaltado por uma agricultora: "[o fornecimento para a alimentação escolar] motiva o produtor para não desistir do trabalho. Porque uma coisa é você produzir e saber que você se sustenta daqui e que tem alguém lá fora que está valorizando esse trabalho" (A2.Cooperacra).

A identidade social destes indivíduos enquanto agricultores tem fundamental importância para a manutenção de um tecido social específico da localidade, com participação da agricultura e de certos elementos de cultura rural. O retorno financeiro por causa da atividade agrícola constitui um aspecto importante para firmar essa identidade, o que pode favorecer a manutenção dos modos de vida relativos a esta atividade.

Outro fator relevante, quanto à manutenção do tecido social, diz respeito a permanência do jovem na atividade agrícola, permitindo sua continuidade. A presença de jovens trabalhando na cooperativa é pouco frequente. Na administração trabalham duas jovens, filhas de agricultores da área coletiva. Além delas, no desempenho de atividade propriamente agrícola, o mais jovem tem 30 anos, também filho de agricultores da área coletiva.

Quando entrevistado, este jovem agricultor mencionou sua satisfação em trabalhar na terra e apresentou sua preocupação com a falta de interesse e, igualmente, com a ausência de incentivo para que mais jovens trabalhem na agricultura, de maneira que a juventude possa permanecer no campo. Contribui para este quadro a desvalorização que existe do trabalho no campo, que muitas vezes é visto como última alternativa.

> Eu não sei a ferramenta para utilizar para fazer isso, né?! Por que um pai de família ele chega no filho dele e fala assim 'você vai estudar, se você não for estudar para vai acabar na roça, vai trabalhar na roça', como se fosse a última coisa do mundo, a roça é o último serviço que você tem que pegar. E é uma mentira que fizeram e isso ai funciona né, ela acabou com o pessoal que tem interesse pela terra, essas coisas assim, é bem preocupante isso ai. Então isso é uma coisa que me machuca bastante (A4.Cooperacra).

De fato, a atividade no campo que pouco gere renda se torna menos atrativa, de modo a desencorajar os jovens para o trabalho agrícola. Este jovem agricultor mencionou uma situação que ilustra esse ponto. Nascido e criado em ambiente agrícola, apenas se engajou em atividades na agricultura quando a Cooperacra conquistou estabilidade financeira.

Então, abandonou empregos pouco qualificados que tinha na cidade e iniciou suas atividades na cooperativa, cuja dinamização permitiu importante geração de renda.

> Dai a cooperativa já estava com mercado, tinha conseguido o primeiro mercado em Santa Bárbara. Então foi ai que tinha uma vaga para eu trabalhar e ganhar o meu também. [...] tudo o que tinha aqui eu participava junto com meu pai, ajudava. Só que não tinha uma renda então era complicado. Dai, a gente novo, querendo as coisas, a gente foi buscar a oportunidade fora. E também sem estudo, sem nenhuma profissão, a gente trabalhava em todo lugar [...]. Então eu decidi voltar e estou aí (A4.Cooperacra).

Este mesmo jovem considera ter um importante papel enquanto agricultor, notadamente com o fornecimento de alimentos para escolas, pois entende que, a partir desta relação com a alimentação escolar, são criadas oportunidades de incentivar as crianças a olharem para a agricultura enquanto uma alternativa de vida e de trabalho. A ausência de jovens no campo é apresentada por nosso interlocutor como uma importante fonte de preocupação, partindo da compreensão de que quem é responsável pela produção de alimentos é o agricultor. Dessa ótica, seria preciso incentivar o jovem a desempenhar essa função, caso contrário a atividade agrícola estará em risco.

> Olha eu acho que eu tenho um negócio em mente assim... eu não consigo achar uma pessoa da minha idade, eu tenho 30 e vou fazer 31, e eu não consigo achar outro amigo ou próximo que tem a mesma idade que eu e que é produtor, que ele é um agricultor, não conheço. Ninguém da minha região aqui, que é da minha idade que é agricultor ou que se interessa pela agricultura. Então às vezes a gente faz um trabalho desse pensando que uma criança, conhecendo um alimento saudável, talvez ela possa se interessar por ser um agricultor. Porque, eu acredito assim, que se a gente não mostrar isso ai para os mais jovens eu acho que vai acabar tudo. A importância que eu me vejo como um agricultor é que se, depois da minha geração, quem que vai vim? Porque eu não conheço ninguém que se interesse por agricultura. Pessoal, todo mundo quer ir para uma firma, quer ir trabalhar em outro lugar e não consegue enxergar. Então a gente saindo daqui, a gente planta aqui e vai lá e entrega e tem a oportunidade de conversar com uma criança, a gente passa a gente vê uma criança e a gente fala “olha, tô trazendo a merenda para vocês aqui”, entendeu, tem uma conversa legal. Eu acho que a importância está ai, tentar mostrar para o pessoal que alguém tem que fazer alguma coisa, que alguém tem que continuar isso dai (A4.Cooperacra).

Frequentemente mencionado nas entrevistas, o sentimento de falta de liberdade em períodos de vida em que os entrevistados trabalharam como empregados em algum tipo de empresa constitui um fator favorável ao engajamento na agricultura. Trata-se de períodos em que houve maior distanciamento da família. Dessa maneira, o trabalho na agricultura é visto como uma fonte de liberdade aos indivíduos e de satisfação por produzirem um alimento de qualidade. Ademais, trata-se de um importante elemento para união da família.

> Então, hoje eu me sinto muito realizado de estar nessa... de estar hoje no campo produzindo, por que?! [...] hoje aqui no campo, no campo a gente tem liberdade. Além de estar produzindo produtor orgânicos que não tem veneno, nós temos

> liberdade, nós não estamos presos, não estamos na mão de ninguém, entendeu? E por outro lado nós estamos unidos. A família nossa está unida, nós estamos juntos (A1.Cooperacra).

O trabalho na terra, na agricultura, foi associado com uma atividade cansativa e árdua. No entanto, oferece gratificação aos agricultores ao se depararem com o resultado da produção, ainda mais por ser destinado a crianças. Ou seja, consideram assim que há uma valorização dos esforços desempenhados pelos agricultores.

> Trabalhar na terra dá trabalho, mas é tudo muito gratificante, por que no final, você vê o produto ali né?! E sabendo que tem, a maioria crianças se alimentando desse alimento, é bem valorizado para a gente, a gente fica feliz (A2.Cooperacra).

O trabalho no campo, ou como designam nossos interlocutores "na roça", mostrou ser um importante espaço de sociabilização e, mesmo, de diversão para os agricultores, como sugerem os seguintes depoimentos: "Mas mesmo a festa é na roça" (A3.Cooperacra); "A gente diverte muito aqui mesmo. Na roça a gente conta muita piada, dá muita risada" (A2.Cooperacra).

Da mesma forma, a cooperativa se constitui como um importante espaço de sociabilização. Além da interação cotidiana propiciada pelo trabalho coletivo, é por via da cooperativa que se promovem festas e confraternizações, deixando sua marca profunda no convívio social.

> As festas aqui são as tradicionais. A festa de São Joao que aconteceu ai dia 23. De vez em quando acontece alguns eventos sabe, mas não é tanto. Antes tinha bastante evento, bastante festa, a gente promovia bastante coisa. Agora a gente está mais focado no trabalho, por causa da questão da carga de serviço, muita coisa. Então estamos só nas mais tradicionais mesmo que é de lei né?! Independente do que estiver acontecendo, essa festa tem que acontecer (A4.Cooperacra).

A cooperativa também é uma ponte para uma forte relação com o bairro onde está localizada e também com a igreja da comunidade. Dessa forma, os momentos de confraternização no seio da Cooperacra têm importância e significado para toda a comunidade, com festas abertas que atraem os moradores de seu entorno. Desta forma, propicia interação comunitária, criando laços e coesão sociais, a partir do reconhecimento dos moradores do bairro da importância da presença da cooperativa naquele local.

> São abertas, para o bairro, são comunitárias. Ai o pessoal vem. O pessoal da cooperativa vem também. Ai meu irmão toca aqui. Muito gostoso. É bem animado. [...] Tem também festa da igreja que a gente participa. Essas coisas assim, diversão nossa são mais essas. Do bairro mesmo e aqui quando tem (A2.Cooperacra).

Todas essas relações construídas a partir da organização cooperativa criam uma importante rede social construída em torno dos agricultores, envolvendo familiares,

moradores do bairro e frequentadores da igreja. Desta forma, são constituídos, convém insistir, espaços de lazer e sociabilização, que propiciam interação e troca entre indivíduos com diferentes horizontes.

> Ah, por que a gente assim. aqui é família né?! A maioria é família. As pessoas, às vezes as outras que trabalham aqui, a gente pega uma amizade que é que nem se fosse uma família. Então se você faz um aniversário você chama. Vai numa festa, porque uma vez ou outra uma casa, vai. Tem a festa na igreja. No bairro que a gente mora conhece bastante gente. E por exemplo, meu cunhado tem outro parente e daí você fica amigo daquela outra pessoa. Então eu acho que é assim... (A5.Cooperacra).

Enfim, um último elemento relevante neste ponto diz respeito à importância do cooperativismo e do trabalho coletivo. Neste âmbito, a agricultora da área particular de produção individualizada destaca que o trabalho conjunto tem mais força e oferece mais possibilidades. Reafirma, desta maneira, a importância de seu engajamento na cooperativa, que propicia união entre os indivíduos, favorecendo a inserção de pequenos agricultores em mercados e, desta maneira, os fortalecendo, o que permite a manutenção e reprodução da vida no campo.

> Eu entrei porque eu acredito no cooperativismo. Até mesmo no sentido de segurança. Acreditar no coletivo. E a gente está vendo que tudo está indo para o coletivo né?! O cooperativismo... ficar sozinha cada vez está ficando mais difícil, até mesmo para você conseguir mercado. Principalmente no orgânico. Você tem que ter um mix, você tem que ter um volume grande para o mercado aceitar seu produto (A6.Cooperacra).

4.2.4. Reprodução socioeconômica das famílias rurais

Anteriormente, quando examinamos a história da cooperativa, alguns elementos da reprodução socioeconômica das famílias rurais foram explorados. Especialmente, convém destacar as mudanças ocorridas, a partir do fornecimento à alimentação escolar, para os membros da área coletiva.

Efetivamente, a participação no PNAE foi um divisor de águas para a cooperativa, tornando-se determinante para a geração de renda para as famílias da área coletiva. A importância desta venda de produtos à alimentação escolar foi assim destacada por uma agricultora como garantia de renda mensal: “Então você está fazendo um trabalho com garantia, você vai produzir e vai chegar no final do mês e você vai ter um salário” (A2.Cooperacra). Para outro agricultor, a alimentação escolar é notadamente vista como geradora de emprego, “porque é uma coisa boa para a população, para as crianças, gera emprego, gera um monte de coisa a merenda escolar...” (A4.Cooperacra).

Desta forma, a prioridade atribuída à agricultura familiar no âmbito da alimentação escolar oferece possibilidade de sobrevivência a partir da atividade agrícola, graças à importante geração de renda para as famílias agricultoras:

> É bom, vale a pena. É bom porque é uma maneira de sobrevivência né?! Tanto é bom para a saúde, como é bom para todos. [...] as vantagens é que a gente sobrevive sobre esse trabalho, né?! Trata da família, a gente faz o cultivo na terra, entrega para a merenda e recebe por isso e sobrevive por isso (A1.Cooperacra).

A relação com a alimentação escolar tem relevância para a família da área particular, no entanto com outra perspectiva. A agricultora entrevistada explicou que sempre buscou diversificar seus canais de comercialização, para não criar dependência com um único meio de escoamento de seus produtos. Desta maneira, tenta evitar problemas financeiros por causa da eventual perda de mercado por diversas razões.

> Quando começou a merenda na Cooperacra, o pessoal da cooperativa queria que a gente parasse de fazer a feira, para a gente dedicar só a merenda. Mas daí foi uma briga entre eu, minha mãe e eles. A minha mãe queria, sabe?! E eu falei não. Porque daí na merenda chega final do ano e para. Fim e começo [de ano] fica férias. Porque no começo realmente a demanda era bem grande sabe, mas só que eu não parei com a feira. E ainda bem que eu não parei, porque como agora, como está tendo esses altos e baixos , daí a feira que me mantém. As feiras, e a Rede Guandu, esses espaços. Por isso que eu tenho que andar em todos os lados, para ir caminhando. Você vai encaixando numa forma para você não ficar dependente só daquilo, para estar de todas as maneiras no mercado (A6.Cooperacra).

Efetivamente, a comercialização de seus produtos é um componente essencial para que a família rural possa gerar renda a partir da atividade agrícola. A diversificação dos canais de comercialização é uma estratégia das mais sensatas, oferecendo mais segurança e estabilidade aos agricultores. A propósito, a Rede Guandu de produção e consumo responsável, mencionada nesta entrevista, objetiva o fortalecimento do consumo de produtos locais e a relação de proximidade entre consumidores e produtores Este tipo de iniciativa visa portanto reforçar a agricultura familiar da região, com uma proposta de sua valorização por consumidores solidários, atenuando seus problemas de comercialização, como realçado aqui.

O envolvimento com outra atividade não agrícola remunerada, ou outra forma de geração de renda para a família, também foi questionada. Todas as agricultoras da área coletiva mencionaram não desenvolver outra atividade fora da agricultura, especialmente pela falta de tempo, uma vez que o trabalho no campo é bastante intenso e duradouro. “Não dá para fazer duas coisas, né?! Porque assim, é meio puxado também o trabalho. Então você trabalha as oito horas direto, se segunda a sexta, e aí não tem como. Que senão você se... cansa demais” (A5.Cooperacra).

No entanto, a renda das agricultoras não é a única dentro da família. De fato, há complemento da renda familiar por pensão previdenciária ou por trabalho do cônjuge em outra atividade. Neste caso, é pertinente considerar uma estratégia pluriativa da família.

Esta pluriatividade foi identificada no caso de um agricultor que também é músico. Dessa forma, participa com uma atividade não-agrícola a complementação da renda familiar. Trata-se de todo modo de uma opção motivada por prazer. Assim, esta atividade não-agrícola remunerada não ocorre efetivamente por necessidade de complementação da renda familiar.

Com efeito, um dos agricultores entrevistados da área coletiva mencionou ser suficiente a renda arrecada com o trabalho na cooperativa. No entanto, realiza atividades remuneradas ocasionais para complementar sua renda.

> […] é suficiente para mim. Só que assim, quando vai chegando o final do ano, eu no meu pensar assim, eu tenho algumas dificuldades. Acho que minhas contas aumentam, não sei o que acontece. [...] Dai final do ano eu vou [trabalhar de motoboy] para ter uma rendinha a mais. Mas não que aqui não seja suficiente, é só uma questão de dar uma aumentada na renda. Então às vezes você pega seu pagamento, você paga suas contas, você cobre tudo e acaba ficando sem nenhuma grana, nenhuma reserva. (A4.Cooperacra)

No caso da família da área particular, além da renda resultante da atividade agrícola, há complemento do orçamento familiar com a aposentadoria dos pais da agricultora entrevistadas.

Enfim, outro ponto relevante para assegurar a reprodução socioeconômica da família agrícola diz respeito ao acesso à terra. Como visto anteriormente, os agricultores da área coletiva ocupam um terreno que pertence ao Instituto de Zootecnia. Porém, o contrato de concessão de uso desta área não é renovado na devida forma. O desempenho agrícola na área há mais de trinta anos oferece certa garantia pela permanência duradoura. Porém, a precariedade jurídica de acesso à terra é um elemento de risco à manutenção da atividade agrícola no local e, portanto, à reprodução socioeconômica destas famílias agrícolas. No outro caso considerado, a família da área particular é proprietária da terra, o que lhe confere mais segurança e estabilidade.

4.3. Coopamsp

4.3.1. Segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade

O autoconsumo da produção agroalimentar ocorre em todas as famílias entrevistas da Coopamsp, sendo um importante fator para a garantia de sua segurança alimentar e

nutricional. Com essas entrevistas, foi possível constatar que o consumo de hortaliças, leite, carne bovina e frango produzidos pelas próprias famílias é muito frequente. A compra de produtos alimentícios se refere especialmente a produtos básicos, como arroz, feijão, óleo e farinha, que não são produzidos na propriedade.

> Ah, normalmente [costumo comprar] tomate, que não consegue produzir. E as coisas assim, como arroz, feijão, produto de higiene. É mais isso. Daí eu tenho galinha lá no sítio, tenho ovo. Tem umas 40 cabeças. Galinhas caipiras, daí também mata para comer. Quando tem bastante eu vendo (A1.Coopamsp).

Ocorre também troca ou compra de produtos de vizinhos, uma prática que contribui com a preservação e o fortalecimento de laços entre a comunidade, assegurando a segurança alimentar e nutricional com diversificação do consumo alimentar.

> Não, o que eu compro no supermercado é muito pouco. Eu compro arroz, feijão eu compro porque ... eu já plantei feijão aqui, mas feijão da ferrugem, não sei o que é, daí fica ruim. [...] Mas o resto de alimentação é tudo daqui mesmo. A carne de boi eu não produzo, mas eu compro de um colega meu que mata, num outro sítio. Leite já não compro, porque eu tenho. Quando não tenho pego dos vizinhos que tem. É assim. Queijo não compro, porque eu produzo. É, trigo para fazer bolo, essas coisas que a gente não produz mesmo (A2.Coopamsp).

O consumo da produção própria demonstrou um complemento significativo na alimentação das famílias entrevistadas. Com efeito, todas as famílias consideradas apresentaram grande diversidade em suas produções. Assim, consomem muito produtos de horta e roça, com diversidade de culturas, como destacado por uma agricultora: “Tenho alface, tenho repolho, brócolis, couve flor, beterraba, cenoura, mandioca, rúcula. Depende do tempo também, né?! Da época. hortaliças e legumes” (A1.Coopamsp). Além da produção vegetal, aquela animal para autoconsumo também é considerável. Em alguns casos, esta produção é destinada para comercialização. Muitas famílias produzem leite, com o qual algumas delas o processam, fabricando queijos e pães.

A diversidade na produção é muito importante para aqueles com estratégia de comercialização direta junto aos consumidores dos produtos. Uma das agricultoras entrevistadas que participa da feira do produtor semanalmente salienta ser importante apresentar uma diversidade de produtos para chamar a atenção da clientela e ter melhor resultado nas vendas: “Ah, quase tudo né?! Porque para ir à feira você tem que plantar um pouquinho de tudo. Por que se você tiver uma coisa só não vende né?! Tem que ter de tudo” (A4.Coopamsp).

A garantia de fornecimento de alimento para a sociedade foi reconhecida pelos agricultores como importante papel de sua atuação. Ademais, a oferta de um alimento de

qualidade torna este papel mais reconhecido pelos consumidores, como sugere uma de nossas interlocutoras.

> A mulherada lá na feira fala assim para mim, que diz que a verdura que vem do CEASA vem tudo murcha já e tem agrotóxico né?! Agora a gente usa muito pouquinho né?! Elas falam assim, que a verdura que cata aqui no sitio elas falam que dura uma semana na geladeira, elas falam para mim "Nossa, a verdura sua, como que dura na geladeira", daí você compra lá no mercado ou no varejão e diz que a verdura não dura, dura um ou dois dias e a verdura já tá... e a verdura do sítio diz que dura. Como que é diferente né?! Elas falam... (A4.Coopamsp).

Esse reconhecimento, na visão de nossos interlocutores, está pautado pela percepção da essencialidade da atividade desenvolvida pelos agricultores na produção de alimentos, o que certamente é favorecido pela relação de proximidade com os consumidores. Dessa forma, eles se reconhecem enquanto base da sociedade, responsáveis por alimentar a população, em especial aquela da cidade, onde não há produção alimentar suficiente para o abastecimento de todos.

> – Ah, a importância é que se não tiver o produtor ninguém come né?! Tem que ter o produtor né!? Por que se ninguém plantar, ninguém come, tem que ter o produtor né?! É, por que se não tiver aquele que planta, como que vai comer? Principalmente o povo da cidade, por que na cidade não planta né?! Que no sítio, quem mora no sítio, que tem terra, planta um pouco né?! Mas na cidade, o povo da cidade, se ela não tiver dinheiro ela não compra. E mesmo se você tem o dinheiro, se você não tiver o produtor... (A4.Coopamsp)
> – É como se nós fossemos a base né?! A base da pirâmide (A5.Coopamsp).

Este papel abrange a promoção da saúde, na medida em que se trata da oferta de um alimento saudável, o que foi explicitamente mencionado por uma das agricultoras:

> Ah, o papel meu e de todo produtor é muito importante né?! Por que a gente põe o alimento na mesa né?! Então é uma coisa assim que né?! Você já pensou que você põe uma semente na terra e daí você tá sabendo que você vai colher. O consumo de uma coisa saudável e boa que vai te fazer bem. Porque o que voce produz não faz mal a ninguém, só bem né?! Então é muito bom. Eu acho que é essencial. É igual o médico né?! Médico é essencial, ele vai salvar vidas, e o produtor ele vai alimentar, vai promover saúde. Então é muito gratificante (A2.Coopamsp).

Quanto às vendas para o PNAE, foi mencionado por uma das agricultoras que alimentação escolar melhorou e se tornou mais diversificada desde que a prefeitura iniciou as compras de produtores locais, via cooperativa. Essa agricultora observou esta mudança especialmente por ter duas filhas matriculadas em uma escola municipal:

> Ah, eu acho uma boa. Que nem, tem as minhas meninas, elas vão na escola, comem direto lá. E melhorou bastante depois que eles começaram a pegar. Que nem, antes não tinha salada. Era só aquela coisa básica. Agora tem as coisas refogadas, tem bastante coisa, bastante opção (A1.Coopamsp)

Em uma das famílias, participou da entrevista um dos filhos, que é estudante em uma escola municipal de São Pedro. Ele relata que graças às compras dos produtos locais da agricultura familiar pela prefeitura, os estudantes passaram a consumir mais verduras. Esta mudança na dieta esteve atribuída tanto ao incentivo para os estudantes se alimentarem da produção local, quanto à diferença de qualidade entre os alimentos vindo da localidade em relação aos produtos adquiridos em grandes centros de distribuição de alimentos.

> Na escola a turma... um tempo atrás eu lembro que sobrava verdura a valer, depois que começou a prefeitura a pegar da cooperativa... você percebe também né, que verdura do CEASA e verdura daqui tem a sua diferença. E de um tempo para cá, eu não sei se é porque o nosso cozinheiro fala que é daqui de São Pedro, ele sempre fala que é verdura nossa. Mesmo porque, todo mundo mora em sítio lá, então eles mesmo sabem que é verdura deles que eles estão comendo, então os alunos estão comendo mais alface (A5.Coopamsp).

O incentivo às crianças ao consumo de verduras a partir de argumento favorável ao produto local, de origem conhecida, também esteve presente em depoimentos de outra agricultora e de seu filho de cinco anos. Este último realça que estimulou um colega a consumir determinado alimento em razão de ser "produzido em sua casa".

> Eu acho legal. Eu acho assim, é mais confortável para os pais saberem que os filhos estão comendo aquilo mesmo que produz. Igual, para o meu filho, eu falo assim "[...] você tem que comer bastante verdura, porque quando mais você comer, mais a mãe vai entregar". Então assim, acaba incentivando ele a comer, né?! E quando ele está na escolinha dele e chega lá uma verdurinha ele fala "É lá de casa", ele acabada falando para os amiguinhos que moram lá no Patrimônio. Criança falando – A tia coloca cenoura para ele e ele fala "O que é essa cenoura?", e daí eu falo "É da minha casa", daí ele come. Ai ele vai curtindo, comendo (A2.Coopamsp).

Esses depoimentos demonstram que o conhecimento sobre a origem do produto e os estímulos junto às crianças podem funcionar como importantes ferramentas para a educação alimentar e nutricional nas escolas. Trata-se de importante estratégia para o alcance da segurança alimentar e nutricional. Dessa forma, esse elemento pode ser adicionado na avaliação da importância da inserção de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar. Assim, a função dos agricultores familiares como sujeitos protagonistas de garantia da segurança alimentar e nutricional e, consequentemente, de promotores da saúde se torna evidente.

O reconhecimento de que a alimentação escolar cumpre um papel na promoção da segurança alimentar dos estudantes também é mencionado por uma agricultora, o que a leva a reconhecer-se enquanto agente central deste processo. Desta maneira, a oferta de produtos às escolas gera auto satisfação quanto ao desempenho de sua função.

> Eu penso que talvez aquela poderia ser a única refeição de algumas crianças. Tem muita criança que passa necessidade, ou nem que não passe necessidade, não tem uma boa alimentação dentro de casa. Às vezes a criança vai na escola só para comer né?! Então eu acho, em relação a merenda, não é nem eu tá tendo uma renda que tá me ajudando dentro de casa, até eu conseguir saciar minhas outras necessidades, é uma certeza de que aquele produto vai proporcionar uma alimentação e coisas boas. Eu fico muito feliz (A2.Coopamsp).

Ainda mais, os agricultores se reconhecem no papel de promotores de saúde a partir da oferta de um alimento de qualidade, associado ao pouco uso de agrotóxicos na produção. Este tipo de prática é especialmente importante quando associada a oferta de alimentos às crianças .

> A sua importância... Olha, vou responder para você. Eu, para mim, pegar a verdura daqui e levar para lá, você está levando uma coisa garantida. Você garante que aquilo lá está livre de agrotóxicos, tá limpo né?! Então você pensa na saúde dos alunos, por que são crianças né?! Então você entregando para lá você tem um papel de ajudar também. De ajudar na saúde das crianças né?! Então é isso, você tem um papel de garantir o que você está entregando né?! (A5.Coopamsp).

Desta forma, sentem-se honrados ao desempenhar esse papel. Trata-se de boa conduta ofertar bons alimentos à comunidade escolar: “Eu tenho um papel, não sei se... eu me sinto honrado assim de fornecer as coisas que a gente produz para as crianças. Seja para as crianças, ou para as pessoas da escola. Estão comendo as coisas boas da gente” (A7.Coopamsp).

4.3.2. Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural

Na Coopamsp, todos os agricultores produzem de forma convencional. No entanto, a maior parte dos entrevistados afirmou não usar nenhum tipo de agrotóxico na produção hortícola. Os agricultores que relataram empregar o uso de agrotóxicos consideram que usam uma quantidade muito pequena. Agricultores interrogados explicam que suas produções hortícolas contam apenas com esterco de gado, sem adubo químico nem agrotóxico. Desta forma, consideram que praticam uma agricultura orgânica, mas sem reconhecimento oficial a partir do uso de processos de certificação de produtos orgânicos. .

A relação existente entre as práticas de produção e as questões ambientais foi pouco mencionada nas entrevistas. No entanto, o uso reduzido de agrotóxico ou a produção baseada apenas em esterco animal com cobertura verde, constituem certamente práticas mais favoráveis à conservação ambiental.

> Eu não uso nenhum tipo de veneno, então eu compro as mudinhas que já vem pronta e daí lá eles usam. Mas dai chega na minha horta e eu não uso mais nada. Nem

> adubo químico, nem nada. [...] Só esterco. Que daí eu compro esterco de frango. E o de vaca eu pego com o meu sogro (A1.Coopamsp).

Ademais, uma das entrevistadas, quando questionada sobre sua função social como agricultora, reconheceu sua importância e responsabilidade para com a conservação da natureza. Assim, demonstra preocupação com a forma de produzir, de modo a desenvolver cuidados para conservar os recursos naturais, como a água e o solo, com vistas a manter uma relação harmoniosa com a terra e a natureza.

> É uma função de muita importância e muita responsabilidade. Porque eu tenho que saber o que eu estou produzindo, da forma como estou produzindo, para não prejudicar nem a natureza, nem sobrecarregar o solo, nem a poluição de águas, nascentes. Mas é uma coisa que eu vou estar fazendo, se eu fizer de forma certa, eu só vou ganhar. Porque se eu não tiver problema nenhum de agredir o solo, a terra só tem o que me dar. Então eu tenho que cuidar dela, porque é dela que eu tiro meu sustento, minha renda. É de... eu acho assim, minha função é de muita responsabilidade eu diria. Porque, tanto a conservação, eu tenho que ter responsabilidade na entrega, para colher, até chegar lá na escola. Eu diria que é de muita responsabilidade mesmo (A2. Coopamsp).

4.3.3. Manutenção do tecido social e cultural

A identidade de nossos interlocutores da Coopamsp enquanto agricultores é reivindicada em quase todas as entrevistas realizadas. Apenas uma interlocutora se identificou exclusivamente enquanto feirante, demostrando ter mais afinidade com o papel desempenhado na comercialização dos produtos do que no trabalho desempenhado no campo. No entanto, quando questionada sobre o papel que desempenha enquanto agricultora, esta entrevistada responde: “Ah, então, eu acho assim, cada um faz o que gosta né?! Eu estava aqui e podia ter arrumado um serviço na cidade, mas não, eu quis voltar para lá, para fazer o que eu gosto. Trabalhar com a horta no caso” (A1.Coopamsp). Exceção entre os entrevistados, essa interlocutora não mora na propriedade agropecuária. Mesmo assim, prefere manter sua atividade rural na agricultura, residindo na cidade , considerando que poderia ter oportunidade de trabalho urbano. Ou seja, trata-se de evidente desejo em manter uma vida relacionada à atividade agrícola.

O incentivo às atividades e à vida rural foi bastante mencionado, especialmente com vistas à permanência dos filhos na atividade agrícola. Neste sentido, nossos interlocutores estimam que a produção destinada à alimentação escolar constitui um estímulo para que as famílias, em particular os jovens possam manter suas produções. Nesse sentido, consumo de produtos locais seria relevante para reforçar a cultura rural e valorizar o trabalho no campo.

Apesar deste incentivo associado ao fornecimento de alimentos para a alimentação escolar, um jovem entrevistado não demonstra interesse em permanecer na atividade agrícola desenvolvida pelos pais: “serviço de sítio não dá certo, eu não gosto. [...] na escola vai. Daí fala né, se não quer trabalhar [no sítio] tem que estudar, então vamos estudar” (A5.Coopamsp).

Outra interlocutora também mencionou que suas filhas na demonstram interesse em permanecer na atividade agrícola, especialmente por considerar que não existam incentivos: . “Ah, não ligam muito não. [...] Eu acho melhor. Não tem um incentivo, né?! Assim, até elas vão lá, ajudam. De terça e sexta que a gente colhe, então elas ajudam a lavar, a embalar, mas para plantar elas não vão” (A1.Cooperacra).

A falta de incentivo também é vista como razão para o êxodo rural. Muitas famílias locais abandonaram a vida no campo desenvolvendo atividades na zona urbana. Nestes casos, aqueles que mantém a propriedade familiar rural não dependem da agricultura , perdendo sua identidade com o modo de vida rural. O espaço rural então torna-se apenas espaço de lazer: “É, igual meu pai falou, de 140 pessoas que tinham, agora se contar não tem 20 nesse lugar aqui... Tem o sítio vizinho, dos parentes dele ali, de dia de semana não mora ninguém. Foi todo mundo para a cidade” (A7.Coopamsp).

A Coopamsp e seus cooperados estão instalados no Alto da Serra de São Pedro, localidade efetivamente rural. As famílias desenvolvem seu modo de vida e seu sustento a partir da atividade agrícola. Dessa forma, a falta de incentivos à permanência no campo constitui um risco para a manutenção da cultura e da vida rural.

As mudanças no modo de vida e de sociabilização estão evidenciadas no discurso de nosso interlocutor mais velho. Em sua ótica, em seu tempo de juventude, a vida social era mais ativa e muito relacionada à família:

> Na verdade eu tenho o truco. Se for analisar aqui hoje, a mocidade hoje, de diversão, era muito mais divertido na [minha] época de moço, do que hoje... Antes, que era tudo meio parente, meio primo, tinha, todo mundo fazia, tinha muita gente. Então era difícil sábado que não tinha baile, domingo era difícil, dia de domingo que não tinha jogo de bolo. Então... hoje não, nada (A6.Coopamsp).

No entanto, os demais entrevistados mencionaram que ainda são mantidas festas tradicionais, encontros de família e reuniões na igreja. Trata-se de formas de sustentação de traços culturais e de uma sociabilização no espaço rural, tendo sua importância e significado para os moradores da região.

> – Ah, na cavalgada, domingo nós fomos na cavalgada na casa de um amigo lá... (A3.Coopamsp).

> – Ah, tem festa de Santo Antônio, festa em Patrimônio, às vezes uma festa em São Pedro, a gente vai... (A4.Coopamsp).
> – Aniversário da turma. Por que aqui é três irmãos né?! Então quando tem algum aniversário todo mundo se reúne na casa da minha tia lá e faz uma festa. Um dia lá, e todo mundo se reúne. Nós temos costume de se reunir, tipo no dia das mães, dia dos pais... (A5.Coopamsp).

A feira também foi lembrada como um importante espaço de troca e sociabilização, sendo inclusive reconhecida enquanto espaço terapêutico. Esta visão permite pensar nestas relações sociais em espaços de convivência como elementos de promoção da saúde.

> Que nem a feira, a feira para mim é uma terapia. Porque você não fica ali, dentro de casa, só ali. Você sai, você conhece gente, você pega amizade, aprende a mexer com o povo. Você vê que no dia que eu não vou na feira eu fico doente aqui dentro de casa. Dia de ir na feira, tem que ir na feira. Se fica aqui, fica faltando alguma coisa, você já acostumou, né?! É um pouco por causa do dinheiro também, que a gente precisa, mas um pouco é terapia também! (A4.Coopamsp).

Outros espaços de interação e sociabilização, onde por exemplo ocorrem reuniões para tratar de projetos, foram mencionados como importantes por propiciarem aproximações entre as pessoas. O PNAE foi apontado assim enquanto um programa favorável a estas interações. A importância atribuída às relações humanas se associa ao convívio entre as pessoas, que seriam elemento importante para a saúde dos indivíduos.

> Vamos supor, aqui, você faz uma reunião para conversar, as nossas reuniões aqui para resolver problema, acaba sendo uma... nossa! Porque ali você acaba resolvendo os problemas, dai daqui a pouco você já conta um caso, dá uma risada... você acaba, né?! [...] É, você tem uma relação. Mesmo sendo uma relação de briga, mas é uma relação. Dali surge uma ideia para fazer uma coisa boa. E isso também contribui para sua saúde, ter um bom convívio né?! Da troca. Igual, tem pessoas que eu não conhecia e conheci através do projeto, de entrega para a merenda. Daí você encontra na rua, você conversa, pergunta, às vezes tem alguma dificuldade em algum produto que você não está conseguindo cultivar, daí você pergunta para a pessoa (A2.Coopamsp)

Nesta linha, a organização cooperativa é um modelo favorável a estas relações sociais e a interações intensas entre os indivíduos . Nesse sentido, a cooperativa é apontada enquanto espaço que possibilita o engajamento dos agricultores: “Ah, várias coisas. Eu acho assim, o agricultor tem que estar engajado em alguma coisa. E a única coisa que a gente tem aqui é a cooperativa” (A2.Coopamsp).

Com a criação de tais ambientes, que oportunizem a interação e a convergência entre as pessoas para a busca de resolução de problemas, reforça-se a coesão social, sendo importante fator para o fortalecimento e manutenção do tecido social e cultural.

4.3.4. Reprodução socioeconômica das famílias rurais

Os membros de quatro famílias entrevistadas foram interrogados sobre suas atividades. Em dois sítios, apenas atividades desenvolvidas no estabelecimento oferecem o sustento das famílias. Um dos entrevistados destas famílias relatou suas dificuldades: "É, às vezes é um pouco apertado, mas tem que se virar com o dinheiro do sítio, né?!" (A3.Coopamsp). Segundo entrevistado da segunda família, a renda exclusiva do sítio é suficiente para suas necessidades, sem mencionar dificuldades financeiras. Esta família realiza uma pluriatividade de tipo para-agrícola, na propriedade, desenvolvendo atividades de turismo rural e a venda de produtos processados, como queijo e pães.

A terceira família, que desenvolve atividade agrícola no sítio rural, mas reside na cidade, tem renda familiar não exclusivamente da atividade agrícola. A esposa trabalha na produção hortícola e realiza venda de produtos da horta e queijos, o que pode ser caracterizado como uma pluriatividade para-agrícola. Seu marido trabalha como motorista na cidade.

A quarta família, assentada em área no município de São Pedro/SP , possui uma renda agrícola que é complementada com valores de aluguel de uma propriedade residencial em Piracicaba e com o trabalho de pintor desempenha pelo homem adulto.

Todas estas famílias comercializam hortaliças para o PNAE, o que representa, segundo suas palavras, um complemento significativo em suas rendas. A importância da alimentação escolar foi mencionada por uma das agricultoras entrevistadas, reconhecendo tanto seu papel favorável para a saúde das crianças, como para a economia local, "Igual eu te falei, que a merenda é uma coisa muito importante. Para a economia, para a saúde das crianças, para até o município. Por que o intuito desse programa é que a economia fica dentro do município mesmo né?! Então acaba ajudando todo mundo" (A2.Coopamsp).

Para as famílias que comercializam há longo tempo hortaliças, especialmente na feira de São Pedro, a comercialização junto ao PNAE possibilitou o aumento da produção, graças ao aumento das vendas e redução de perdas de produtos por falta de mercado, além do aumento da renda familiar: "Que nem, eu, eu só entrego meus produtos aqui na feira. Eu não tenho outro ponto para entregar. Então meus produtos acabavam até estragando no sítio. Ou você plantava até menos. Agora [com a venda ao PNAE] planta um pouco mais, tem uma renda um pouco mais..." (A1.Coopamsp); "Ah, porque tem bastante coisa. E eles pedem bastante coisa. Sem perder, a gente entrega um volume grande para eles" (A7.Coopamsp); "É, tem aí, daí a gente planta um pouco para a feira e sobra, então a gente vende. Que a gente já

planta um pouco mesmo para vender na feira. Se sobra... E outra, é um dinheirinho a mais também que entra né?! Se tem aí mesmo, é um dinheirinho a mais que entra" (A4.Coopamsp).

A comercialização no âmbito do PNAE portanto representa garantia na comercialização dos produtos, numa quantidade significativa, o que permite planejamento mais estável das produções com retorno assegurado.

> Eu acho que dá certo, né?! Desde que, se você tem certeza que vai vender lá, vamos dizer, 200 pés de alface, nem que o preço seja menor o que você está vendendo na feira, só que você está vendendo duzentos pés de uma vez. Não tá vendendo duas ou três caixas. Dai se você vai fazer a horta para entregar um x na prefeitura, mesmo que o x seja pouco, você sabe que aquele x você tem que manter. O serviço que você está fazendo está garantido, né?! (A6.Coopamsp).

Desta forma, o PNAE constitui um incentivo à produção. Uma agricultora relata que a garantia da venda do produto com a segurança de sua destinação representa ânimo para continuar o trabalho. A participação no PNAE, com salvaguarda do pagamento e a logística mais simples de destinação de produtos para as escolas comparada com a comercialização de porta em porta é muito mais vantajosa:

> Porque se eu quero viver do sítio eu tenho que plantar, cuidar e vender. Porque se eu só plantar e cuidar, deixar ai na horta, você vai desanimar. Você olha ali e está cheio de brócolis velho, você desanima. Então falei, vou ter que vender. E os canais de venda são esses, mais fácil. E porque para você bater de porta em porta e duro viu, eu faço porque não tenho outro jeito. Porque você passar horas debaixo do sol... tem incerteza de venda. Quando vende, a maioria é fiado, dai você não tem certeza de receber, porque uns pagam e outros não pagam. É duro! E na prefeitura não, você entregou você recebe. Todos os que eu entreguei, eu recebi certinho, então é mais fácil (A2.Coopamsp).

A motivação por alcançar uma reprodução econômica da família apenas do trabalho desempenhado na agricultura é mencionada por uma das agricultoras, que considera imprescindível o apoio de programas públicos para atingir esta estabilidade "Mas eu preciso montar um projeto bom, preciso arrumar um parceiro que me ajude a fazer um projeto bom, porque minha vontade de pegar o Pronaf para daí eu aumentar a minha renda e ele [o marido] ficar aqui de vez mesmo, para a gente viver só daqui" (A2.Coopamsp).

Ademais, é mencionado pela mesma agricultora, que é assentada, uma questão cara ao bom desempenho desta função, de reprodução socioeconômica, que diz respeito à segurança fundiária.

> […] quando eu vim para cá isso ainda era meio incerto, a associação estava com as pernas bambas. Porque eles tinham um financiamento para compra da terra, que desde o início não foi paga nenhuma parcela. Quando eu entrei aqui então estava tudo atrasado, estava naquela. E quem morava aqui, que estava vivendo da terra, já estava desanimando, porque não podia investir. Não podia... porque estava com aquela assim de o banco vai tirar e nós vamos ter que ir embora (A2.Coopamsp).

A garantia do acesso à terra representa segurança às famílias quanto à permanência da produção, estimulando investimentos e melhor desempenho na atividade agrícola. Desta maneira, cria-se um círculo virtuoso de vida proveniente da agricultura. Caso contrário, como revelado por nossa interlocutora, a insegurança fundiária leva ao desânimo para investimentos e por consequência para a produção, inviabilizando a estruturação da vida na terra.

Enfim, outro fator relativo ao fundiário diz respeito à extensão da área das unidades familiares. As famílias que já ocupam a terra há gerações, tem perdido áreas a cada geração por causa da divisão entre os herdeiros. Assim, os agricultores passam a dispor de propriedades cada vez menores: "E foi indo, até que um dia meu pai falou 'estou cansando. Vou passar para vocês e vocês tocam'. Daí dividiu o sítio e passou para nós. [...] É, dividiu entre os quatro" (A3.Coopamsp). "O meu é só três alqueires. As outras áreas ficaram para os dois irmãos. Vai virando chácara..." (A7.Coopamsp). A dificuldade de se produzir em uma pequena área é realçada no discurso da agricultora do assentamento:

> Produzo tudo. Eu tenho que fazer dar. Daí eu tenho a vaca... e nessa parte eu tenho pasto. Vou tirar uma parte para plantar a cana, fazer ração. E eu tenho aqui que eu planto as mandiocas. E tem que fazer assim. Tem um pedaço de horta. Tem que fazer assim, né, que é pouco. Até esse meu amigo falou assim "Nossa, a gente paga essa terra, mas se você for ver é muito pouco, não dá para fazer muita coisa". Se você for ver bem, não dá mesmo. Para quem quer trabalhar não dá, é pouco espaço (A2.Coopamsp).

5. CONCLUSÕES

A análise das duas cooperativas de agricultura familiar que comercializam alimentos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos trouxe consistentes elementos para a discussão da hipótese proposta no trabalho, que admite o reconhecimento crescente da função social de promotor de saúde pelo próprio agricultor familiar.

Estudar a história da Cooperacra e da Coopamsp e as mudanças ocasionadas tanto às cooperativas, quanto às famílias agricultoras a partir do fornecimento de alimentos ao PNAE nos leva a reafirmar o papel importante de programas públicos que fomentem a agricultura familiar e viabilizem a construção de um cenário favorável para que a atividade agrícola se desenvolva de modo multifuncional.

Nesse sentido, convém ressaltar a importância do CONSEA para a democratização das políticas agroalimentares no país. Com efeito, trata-se de um conselho que impulsiona o debate democrático, com engajamento e controle social a partir da participação popular, permitindo diálogo direto entre a sociedade civil, com independência, e o governo. A intersetorialidade caracteriza esta participação, repercutindo na escolha dos pontos de pauta e em suas discussões. Por apresentar essas características democráticas, primando por atender pautas de interesse social, o CONSEA permitiu a articulação entre atores para o estabelecimento de um diretriz favorável para a compra pública de alimentos da agricultura familiar no âmbito do PNAE. Sob a ótica de saúde postulada na Carta de Ottawa (BRASIL,2002), que apresenta alimentação, ecossistema, renda, trabalho, educação, lazer e justiça social como múltiplos fatores para a qualidade de vida e saúde, a formulação atual do PNAE favorece a multiplicação de ambientes mais saudáveis que beneficiam as famílias rurais e as comunidades locais, além dos estudantes atendidos pelo programa.

Em ambos os casos estudados, a motivação para a transição de associações para cooperativas se vinculou à escolha de um estatuto mais favorável às transações comerciais, o que foi vantajoso para a participação no PNAE. Os mercados institucionais incentivam a organização de agricultores para entrega de produtos. No caso do PNAE, a prioridade de compras recai sobre grupos formais, seguido de grupos informais e enfim fornecedores individuais.

A forma de organização cooperativa oportuniza o fortalecimento do chamado capital social dos agricultores que, segundo Buss e Pellegrini Filho (2006), favorece relações de solidariedade e confiança, consolidando laços de coesão social. Desta forma, constitui-se um

cenário local mais favorável à equidade de renda, o que impacta positivamente a situação de saúde dos indivíduos e coletividades.

Efetivamente, houve reconhecimento desse papel social nas duas cooperativas, tanto por parte de seus diretores, quanto por parte dos agricultores, que muitas vezes se engajaram na cooperação pela vantagem na comercialização de seus produtos, sob a ótica de que a união entre indivíduos para a ação coletiva favorece a inserção em diferentes mercados. A Declaração de Sundsvall (BRASIL, 2002) aponta para a necessidade da criação de ambientes saudáveis para a promoção da saúde. Desta maneira, prescreve como essencial a preservação da cultura e a valorização dos modos de vida no espaço rural, bem como a intensificação das relações sociais. Segundo Leroy (2002), é primordial a criação de condições de vida no campo para que o espaço rural possa ter um desenvolvimento endógeno em que a saúde se integra de forma sinérgica.

O reconhecimento, por parte dos agricultores, da importância de seu papel desempenhado na produção de alimentos ofertados tanto às crianças, via PNAE, como à sociedade por outras vias de comercialização, constitui um meio para o fortalecimento de sua identidade social enquanto agricultores. Assim, a atividade agrícola desempenhada pelas famílias rurais se apresenta enquanto um elemento essencial para a manutenção de suas comunidades. Nesse sentido, o fortalecimento da identidade social desses sujeitos torna-se relevante para a manutenção dos componentes sociais e culturais (MALUF, 2003).

É mencionado pelos agricultores o sentimento de valorização de suas atividades graças ao fornecimento de alimentos junto ao PNAE. Com efeito, o programa apresentou às famílias melhor possibilidade de reprodução socioeconômica a partir da atividade agrícola. De fato, o PNAE oferece às famílias agrícolas aumento na renda e é potencialmente gerador de empregos no campo.

Efetivamente, as condições de vida e trabalho dos indivíduos e comunidades estão vinculadas às suas condições de saúde, como proposto e apresentado no modelo de DSS de Dahlgren e Whitehead (CNDSS, 2008). Dessa forma, entende-se que ,a escassez de recursos e a restrição de acesso às necessidades básicas podem levar a baixos índices de saúde da população, especialmente a grupos em situações de vulnerabilidade (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Portanto, o PNAE atua como uma rede de proteção à saúde das populações do campo, oferecendo condições de trabalho e geração de renda para que as famílias rurais possam se manter na atividade agrícola. O programa pode assim evitar que estas famílias exerçam atividades não agrícolas dissociadas ao seu trabalho na agricultura. Desta forma, a

pluriatividade que predomina nestes casos é aquela para-agrícola (SCHNEIDER, 2009), que é mais favorável às múltiplas funções da agricultura (LACERDA; MORUZZI MARQUES, 2008).

A manutenção das famílias rurais no campo, com quesitos socioeconômicos e culturais assegurados, é fundamental para o desempenho de sua função de promotores de saúde, o que então tende a ser reconhecido pelos próprios agricultores, especialmente pela atividade agrícola de qualidade que desenvolvem. Nas entrevistas realizadas, os agricultores identificaram a relação existente entre alimentação e saúde, além de se perceberem enquanto responsáveis pela garantia da segurança alimentar e nutricional dos escolares atendidos pelo PNAE e pela oferta de alimentos saudáveis à população.

A Declaração de Adelaide (BRASIL, 2002) define a eliminação da fome e da má nutrição como objetivos fundamentais para as políticas públicas voltadas à saúde, de modo a garantir acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, respeitando as peculiaridades culturais. Trata-se então de uma confluência com a definição, mais afinada, com a noção de multifuncionalidade da agricultura, de Segurança Alimentar e Nutricional que consiste na "realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis" (BRASIL, 2006 c).

Nesse sentido, o PNAE é um dispositivo de segurança alimentar favorável ao papel dos agricultores de assegurar oferta de uma diversidade de alimentos de qualidade. Portanto, contribui com o reconhecimento de seu papel enquanto agente social promotor de saúde.

O modelo predominante para a produção dos alimentos é ainda um elemento que deve ser destacado nestas conclusões, uma vez que os sistemas produtivos que se baseiam em grandes extensões de terra, em monocultivos e uso intensivo de agrotóxicos apresentam efeitos nocivos à saúde humana e ambiental (ABRASCO, 2015). Em contraposição, a forma de ocupação da terra, em pequenas unidades produtivas de base familiar ou comunitária, com sistemas favoráveis à agrobiodiversidade da produção (o que foi observado nos locais visitados ao longo da pesquisa), constitui um modelo agrícola mais propício à saúde humana e ambiental.

A produção da Cooperacra se funda em modelo agroecológico. Por esta razão, os agricultores desta cooperativa reconhecem profundamente que a produção de um alimento saudável desempenha uma influência positiva na saúde tanto dos consumidores, quanto dos

agricultores. Por integrar princípios agronômicos ecológicos, considerando dimensões socioeconômicas e culturais dos sistemas agrícolas, a agroecologia se apresenta como uma alternativa cada vez mais reconhecida, inclusive no que se refere à promoção da saúde (ALTIERI, 2004; ABRASCO, 2015).

Ademais, a visão sobre a influência negativa do uso de agrotóxicos à saúde também é constatada nos depoimentos dos agricultores entrevistados da Coopamsp. Entre seus cooperados, existem aqueles que declaram não utilizar agrotóxicos na produção, enquanto outros mencionam utilizar uma quantidade mínima destes insumos industriais. De todo modo, todos manifestaram a compreensão segundo a qual um alimento fresco e sem contaminação por agrotóxicos tem qualidade superior, sendo mais adequado à saúde.

Agricultores das duas cooperativas mencionaram o papel que desempenham na preservação dos recursos naturais, especialmente a água e o solo, no cuidado com a paisagem e com o entorno natural, na relação de troca harmoniosa com a natureza e na comercialização de produtos na localidade (dinamizando a economia local e evitando o transporte de alimentos por longas distâncias). Trata-se de um reconhecimento de funções realizadas para a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, relacionando o cuidado com o meio ambiente como elemento fundamental para a saúde.

A Carta de Ottawa destaca a importância do acompanhamento sistemático dos impactos ambientais à saúde humana, compreendendo que a proteção do meio ambiente e a preservação dos recursos naturais devem fazer parte das estratégias de promoção da saúde. Já na Declaração de Sundsvall, os indivíduos estão reconhecidamente interligados ao ecossistema da terra e os processos de saúde estão fundamentalmente relacionados ao meio ambiente total (BRASIL, 2002).

Concluímos que, para que o agricultor possa ser reconhecido enquanto agente promotor de saúde, é preciso primeiramente fortalecê-lo em sua atuação no meio rural. Como destacado por Maluf (2003), “criar condições para permanência da população no campo representa, por si só, o desempenho de uma função com importante repercussão social”. No contexto da ruralidade brasileira de elevados níveis de pobreza, restrições no acesso à terra e geração de renda monetária nem sempre obtida da atividade agrícola, a criação de condições favoráveis para a população rural constitui um desafio considerável.

Por outro lado, o reconhecimento político da importância da atuação multifuncional de agricultores familiares tende a favorecer investimentos em programas e políticas públicas voltadas à promoção da reforma agrária, do acesso ao crédito rural, da comercialização de seus produtos agrícolas e não agrícolas, repercutindo em oferta de alimentos ambiental, social

e economicamente mais sustentáveis, como é o caso daqueles produzidos sob paradigmas da agroecologia.

A valorização dos modos de vida e das formas de sociabilização e lazer no território em que a família rural está inserida, favorecendo a identidade cultural e social dos indivíduos enquanto agricultores, também desempenha papel importante para a saúde. Nesse sentido, é preciso reconhecer o espaço rural enquanto um lugar em que se vive, produz e reproduz, proporcionando condições de acesso à saúde e educação no campo, além de outros direitos básicos, garantindo dignidade às comunidades rurais.

Dessa maneira, sob a ótica das quatro dimensões da MFA, pudemos perceber que os agricultores se reconhecem enquanto promotores de saúde, especialmente pela sua atuação na garantia da segurança alimentar e nutricional da população atendida pela oferta de seus alimentos e pela função que cumprem na preservação dos recursos naturais e do meio ambiente. Portanto, para que os agricultores tenham seu potencial de promotores de saúde elevados, é necessário criar condições de vida digna nos ambientes rurais e de produção agrícola a partir do fortalecimento da dimensão de manutenção do tecido social e cultural e da reprodução socioeconômica das famílias rurais.

Efetivamente, os casos estudados permitem evidenciar que a agricultura familiar atua em diversas dimensões em torno de sua atividade agrícola. Assim, preserva a agrobiodiversidade e favorece a oferta de produtos *in natura* e minimamente processados. Em outras dimensões, a agricultura familiar e sua forma de organização é favorável a preservação da cultura e a coesão social, propiciando a geração de ambientes saudáveis e a geração de emprego e renda aos agricultores familiares. Nesse quadro, ao atuar enquanto sujeito na multifuncionalidade da agricultura tem seu potencial ampliado de se tornar ator social promotor de saúde. Portanto, esse olhar que propomos para o agricultor o valoriza em suas atuações sociais, culturais e ambientais, evidenciando a importância de seu papel para a sociedade. Na perspectiva de saúde, sob a ótica dos DSS, podemos atribuir ainda uma nova atuação no que diz respeito à promoção da saúde, valorizando-o em mais uma esfera.

Enfim, convém ressaltar o paralelo entre os conceitos de Multifuncionalidade da Agricultura e de Determinantes Sociais da Saúde. Ambos permitem conceber a agricultura e a saúde, respectivamente, considerando dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais. Desta forma, são referenciais conceituais para tratar pertinentemente a ação pública. No caso do PNAE, ressaltamos a possibilidade de uma interação positiva entre as duas conceituações, que por fim são favoráveis não apenas à população diretamente atendida pelo programa, pois se trata de programa capaz de atuar na redução da pobreza, da fome, das desigualdades

sociais, bem como na preservação ambiental, na geração de emprego e renda, na valorização cultural e na coesão social.

REFERÊNCIAS

ABRASCO. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Org. Carneiro, F.F.; Augusto, L.G.S.; Rigotto, R.M.; Friedrich, K.; Búrigo, A.C. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

ALMEIDA, C.M. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma análise da implementação da merenda escolar nas escolas municipais e estaduais do município de Campo Grande nos anos de 2000 a 2003**. 2005. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais, Campo Grande/MS. 2005.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 4ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANVISA. **Programa de Análise de Resíduo de Agrotóxicos em Alimentos (PARA). Relatório de Atividades 2010.** Brasília. 05 de dezembro de 2011

ARRUDA, E.E; ALMEIDA, C.M. A mercantilização do Programa Nacional de Merenda Escolar. **Intermeio: Revista do Mestrado em Educação.** Campo Grande-MS, 2005.

AZEVEDO, E. O ativismo alimentar na perspectiva do locavorismo**. Ambient. soc**., São Paulo , v. 18, n. 3, p. 81-98, Sept. 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Ed. 70, 1977.

BARROS, M.S.C.; TARTAGLIA, J.C. A política de alimentação e nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas. **Alim. Nutr.,** Araraquara, v.14, n.1, p.109-121, 2003.

BELIK, W.; CHIAM, N.A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Rev. Nutr.**, Campinas, v.22, n 5: p 595-607. set/out, 2009.

BEZERRA, I.M.P.; SORPRESO, I.C.E. **Concepts and movements in health promotion to guide educational practices.** J Hum Growth Dev. 26(1): 11-20, 2016.

BOMBARDI, L.M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia.** São Paulo: FFLCH - USP, 2017.

BONNAL, P.; MALUF, R.S.. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. In. Cazella, A.A.; Bonnal, P.; Maluf, R.S., org. **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p.71-110.

BRASIL. Lei nº 5829, de 30 de novembro de 1972. Cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 01 dez 1972. Seção 01, p.10.721.

BRASIL. **8ª Conferência Nacional de Saúde. Relatório Final**. Ministério da Saúde. 1986

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 19 set 1990a. Seção 01, p. 18.005.

BRASIL. Lei nº 8142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 29 dez 1990b. Seção 01, p. 25.694.

BRASIL. Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. **Diário Oficial da União.** 13 jul 1994. Seção 01, p. 10521.

BRASIL. Decreto no 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 01 jul 1996. Seção 01, p. 11.854.

BRASIL. Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 28 mai 1998. Seção 01, p. 5.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola. **Diário Oficial da União**. 25 ago 2001.seção 01, p. 6.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **As Cartas da Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Projeto Promoção da Saúde.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário **Oficial da União**. 25 jul 2006a. Seção 01.

BRASIL. Portaria nº 687, de 30 de março de 2006. Aprova a Política de Promoção da Saúde. **Diário Oficial da União.** 31 mar 2006b. Seção 01, p.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 18 set 2006c. Seção 01, p. 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política nacional de promoção da saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006c. 60 p.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos de educação básica. **Diário Oficial da União**. 17 jun 2009. Seção 01, p. 2.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde.** Departamento de Atenção Básica.Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde : PNaPS : revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância à Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde.** – Brasília : Ministério da Saúde, 2014b. 32 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pesquisa Nacional de Saúde 2013: ciclos de vida.** Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Agrotóxicos na ótica do Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.** Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BUSS, P.M. Uma introdução ao conceito de Promoção da Saúde. In: Czeresnia D, Freitas CMd, edi. **Promoção da Saúde – Conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2003: p. 15-38.

BUSS, P.M.; PELLEGRINI FILHO, A. Iniqüidades em saúde no Brasil, nossa mais grave doença: comentários sobre o documento de referência e os trabalhos da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 22, n. 9, p. 2005-2008, Sept. 2006 .

BUSS, P.M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis:** Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p. 77-93, mar. 2007.

CARNEIRO, M.J.. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro. 8, abril 1997: 70-82

CASTRO, I.R.R. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, 2019.

CASTRO, J.A.; SADECK, F. **Financiamento do gasto em educação das três esferas de governo em 2000.** Rio de Janeiro: IPEA, 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0955.pdf>

CASTRO, T.P. de. **A contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar para a Reprodução Camponesa: um estudo de caso da Associação Comunitária Rural Alvorada (ACRA)**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CAZELLA, A.A.; MATTEI, L; SCHNEIDER, S.. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar**.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLII., 2004, Cuiabá. **Anais**.Cuiabá:, 2004. 1 CD-ROM.

CNDSS - Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. **As causas sociais das iniqüidades em saúde no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

COIMBRA, M; MEIRA, JFP; SATARLING, BL. **Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil**. INAE/MEC, 1982.

CORREIA, M.V.C.; MEDEIROS, S.M.A. As bases da Promoção da Saúde nas Conferências Internacionais e a Reforma Sanitária brasileira: concepções do processo saúde e doença em questão. In. Vansconcelos, KEL; Costa, MDH, org. **Por uma crítica da Promoção da Saúde: contradições e potencialidades no contexto do SUS.** São Paulo: HUCITEC Editora, 2014. 111-158.

CZERESNIA, D. O Conceito de Saúde e a Diferença entre Prevenção e Promoção. In: Czeresnia D, Freitas CMd, editors. **Promoção da Saúde – Conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2003: 39-54.

DELGADO, G. **Questão Agrária e Saúde.** Rio de Janeiro: CEBES, 2012.

HEIDMANN, I.T.S.B. et al. Promoção à saúde: trajetória histórica de suas concepções. **Texto contexto** - enferm. Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 352-358, jun. 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Agropecuário, 2006.** [online] Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf.> Arquivo consultado em: 17 de Janeiro de 2017.

IPC-IG. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG). **Demanda Estruturada e a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do PAA e do PNAE**. Brasília: IPC-IG, 2013.

LACERDA, T.F.N.; MORUZZI MARQUES, P.E. Agricultura orgânica, representação territorial e reprodução social da agricultura familiar: os agricultores ecologistas da encontra da Serra Geral em Santa Catarina. **Ruris**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 137-158, set. 2008.

LEROY, J.P. Debatendo o Capítulo Ambiente, Espaço, Território e o Campo da Saúde: a agricultura. In: Minayo, M.C.S; Miranda, A.C. org. **Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002, p.61-66

LOUZADA, M.L.C.; CANELLA, D.S.; JAIME, P.C.; MONTEIRO, C.A. **Alimentação e saúde: a fundamentação científica do guia alimentar para a população brasileira**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2019.

MALTA, D.C. et al. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS): capítulos de uma caminhada ainda em construção. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1683-1694, jun 2016 .

MALUF, R.S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. I seminário de pesquisa sobre "Estratégias de desenvolvimento, multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar no Brasil". **Anais.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.

MALUF, R.S.. A multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira. In Carneiro, MJ; Maluf, RS. org. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. 123-135.

MEDEIROS, L.S. "Sem Terra", "assentamentos" e "agricultores familiares": considerações sobre os conflitos sociais e a organização dos trabalhadores brasileiros. In: Giarracca, Norma, **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: Editora Clacso, 2002: 103-128.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO, M.C.S. (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2016.

MINOWA, E. et al. Contribuição das universidades na revisão da Política Nacional de Promoção da Saúde. **Saúde Soc**. São Paulo, v.26, n.4, p.973-986, 2017

MINOWA, E. **Produção científica dos grupos de pesquisa em Promoção da Saúde no Brasil: perfil e discussão de uma amostra nacional**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviços de Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, University of São Paulo, São Paulo, 2016

MONTEIRO, C.A. et al. Narrowing socioeconomic inequality in child stunting: the Brazilian experience, 1974-2007. **Bull World Health Organ**, v.88, n.4, p.305-311, 2010.

MORUZZI MARQUES, P. E**.** Concepções em disputa na formulação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: uma releitura do Pronaf. Raizes**. Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 22, n.2, p. 168-180, 2003.

MORUZZI MARQUES, P. E.,LUCAS, A., & TRIVELLATO, G. M. (2017). O Papel da extensão universitária no apoio à agricultura familiar no município de São Pedro/SP. **Revista De Cultura E Extensão** USP, 18, 13-23. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9060.v18i0p13-23

NOVAES, H.T. et al.. A economia política da "revolução verde", a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST. In: NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. **Questão agrária.** Cooperação e agroecologia. 2ª ed. São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAIM, J.S. Vigilância da Saúde: tendências de reorientação de modelos assistenciais para a promoção da saúde. In: Czeresnia D, Freitas CMd, editors. **Promoção da Saúde – Conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2003: 161-174.

PEIXINHO, AML. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.** 2011. 133p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo. 2011

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

RODRIGUES, P.S. O programa nacional de alimentação escolar: história e modalidades de gestão. **RBPAE** - v. 29, n. 1, p. 137-155, jan/abr. 2013.

SABOURIN, E. Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 13, n. 2, Rio deJaneiro: CPDA/UFRRJ, p. 161-189, 2005.

SAMPAIO JR., P.A. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In. Stedile, J.P., org. **A questão Agrária no Brasil** 8. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013. 189-240.

SANTOS, S.F. A questão agrária no Brasil: da modernização conservadora ao agronegócio. In: NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. **Questão agrária.** Cooperação e agroecologia. 2ª ed. São Paulo, 2016.

SCHIMIT, C.J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: Integração entre a política agrícola e a segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola** 17(2): 78-88, 2005

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H. C. e MARTINEZ VALE, L. (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano.** Quito. Ed. Flacso -séria FORO, v. 1, p. 132-161, 2009.

SCHWARTZAN, F. et al. Antecedentes e elementos de vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. **Cadernos de Sáude Pública**, Rio de Janeiro, v.33, n. 12, 2017.

SILVA, A.C. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. Estudos **Avançados** 9 (23): 87-107, 1995

SLATER, B. **O Encontro entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Agricultura Familiar: Avaliação do Processo de Implementação e dos Possíveis Efeitos das Compras Locais, Segundo a Lei 11.947/2009.** 2017. 171p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

STEDILE, J.P. (org.) **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

WANDERLEY, M.N.B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro, in Petersen, P. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: **Revista Agriculturas:** experiências em agroecologia, 2009: 33-46.

APÊNDICES

APÊNDICE A. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Resolução nº196 de 10 de outubro de 1996, segundo o Conselho Nacional de Saúde.

TÍTULO DO PROJETO: *Agricultura Familiar e Promoção da Saúde: um novo olhar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).*

Este é um projeto de mestrado realizado no Programa de Pós Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada – *ESALQ/CENA* e tem como objetivo analisar a agricultura familiar praticada para abastecer o PNAE de modo a verificar se e em que medida é uma atividade promotora de saúde, a partir da perspectiva de agricultores/as e pesquisadores/as.

Serão feitas entrevistas semiestruturadas com agricultores/as familiares cooperados que forneçam alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, a fim de conseguir informações que atendam o objetivo da pesquisa. As entrevistas serão feitas no local, data e hora indicados pelos entrevistados, de modo a não interferir nas suas atividades cotidianas. Para facilitar a coleta das informações de forma completa e integral, as entrevistas serão gravadas em forma de áudio, para posteriormente serem transcritas e utilizadas para análise.

Ao assinar o Termo de Consentimento, o/a entrevistado/a declara que:

- foi esclarecido sobre os objetivos da pesquisa;
- que permite que a entrevista seja gravada em forma de áudio;
- que o presente estudo não trará nenhum risco à sua integridade física ou moral;
- que tem o direito a obter informações, diretamente com os pesquisadores responsáveis, sobre o conjunto de procedimentos adotados durante o estudo, recebendo resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
- que tem o direito de retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
- que não terá quaisquer gastos relacionados à pesquisa;

- que o conjunto dos resultados da pesquisa serão apresentados, sem a identificação/divulgação do nome dos participantes assim como as suas respostas serão confidenciais.

Os pesquisadores responsáveis garantem que:

- fornecerão todas as informações referentes ao projeto ao participante;
- as informações obtidas são de caráter confidencial, sendo que essas poderão ser divulgadas em congressos científicos e publicadas em revistas especializadas, sem a identificação/divulgação do nome dos participantes;
- o/a entrevistado receberá uma cópia deste documento.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo *Agricultura Familiar e Promoção da Saúde: um novo olhar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar* como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora **Natália Gebrim Doria** sobre os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido o sigilo das informações e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.

Data: _____/_____/_____

Local: _____

Assinatura do sujeito: _____

Assinatura do pesquisador responsável: _____

Caso necessite **informações complementares** sobre a presente pesquisa, entrar em contato com:

Mestranda: **Natália Gebrim Doria** (e-mail - [redacted]; celular – [redacted])

Orientador: **Paulo Eduardo Moruzzi Marques** (e-mail – [redacted])

APÊNDICE B. Roteiro de entrevista semiestruturada realizada com os diretores das cooperativas

PROJETO DE MESTRADO

Pesquisa: "Agricultura Familiar e Promoção da Saúde: um novo olhar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar"

Aluna: Natália Gebrim Doria
Orientador: Paulo Eduardo Moruzzi Marques

Questionário 1 - Diretores

Nome da Cooperativa:_____
Estado:_____
Município:_____
Entrevistador:_____
Data da entrevista:_____

1. **DADOS ENTREVISTADO/A**

1.1. Nome completo:_____
1.2. Data de nascimento:_____
1.3. Sexo: ( ) M ( ) F
1.4. Estado Civil:_____
1.5. RG:_____
1.6. CPF:_____
1.7. Endereço:_____
1.8. Celular:_____
1.9. Telefone:_____
1.10. E-mail:_____
1.11. Escolaridade_____
1.12. Cargo/Posição na Cooperativa:_____
1.13. Há quanto tempo está nesta posição? _____
1.14. Tem alguma formação técnica para executar estas funções na cooperativa? Qual?
1.15. Como você se apresenta em termos de profissão? (trabalhador rural; camponês; colono; agricultor/a; agricultor familiar; empresário...)
1.16. Por quê?
1.17. Tem alguma formação/curso relacionada à agricultura? Qual?
1.18. Além do trabalho com a cooperativa e como agricultor/a, exerce algum outro trabalho remunerado? Qual?

1.19. Você tem envolvimento com alguma outra atividade (ex. outra cooperativa/ associação, ONG, escola dos filhos, conselho municipal do município, sindicato, partido político, etc.)? Qual?
1.20. Conte-me um pouco da sua história de vida

2. SOBRE A COOPERATIVA

2.1. Fale-me um pouco sobre a história da cooperativa. (Desde quando existe? Como e por que foi fundada? Quem estava envolvido na época? Como foi o envolvimento de novos cooperados? Etc...)
2.2. Hoje em dia como a cooperativa está organizada? (estrutura de cargos, tomadas de decisões, organização do trabalho, secretários/as, empregados contratados, frequência e organização de reuniões, etc.)
2.3. Quantas famílias são cooperadas? (Pegar dados exatos de todas as famílias cooperadas)

3. ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DA COOPERATIVA

3.1. Qual a técnica/modelo produtiva (agrícola) utilizada? Por quê?
3.2. A cooperativa recebe assistência técnica?
3.3. De quais órgãos (CATI; ATER; Universidade; ONG; Cooperativa; Associação Agroindústria, Sindicato; etc...)?
3.4. Existe alguma tentativa para alterar a técnica produtiva ou aprimorá-la?
3.5. O que produz (principal foco de produção. ex. legumes/frutas/laticínios)?
3.6. Existe alguma área de produção coletiva?
Sim ( ) Não ( )
3.7. Se sim, como é a organização das famílias? Quanto se produz na área coletiva?
3.8. A cooperativa tem agroindústria?
Sim ( ) Não ( )
3.9. Quais produtos produzidos?
3.10. Qual foi a produção de 2017 (balanço – produtos e quantidades)?

4. COMERCIALIZAÇÃO

4.1. Para onde fornecem (mercados particulares e/ou publicos, grupos de consumo, chamadas públicas, etc)? Pedir os dados completos de fornecimento para cada local (referentes ao ano de 2017).
4.2. Por que fornecem para estes locais?

5. RELAÇÃO COM A VENDA PARA O PNAE

5.1. Fornecem para o PNAE?
Sim ( ) Não ( )

5.2. Desde quando?

5.3. A venda ao PNAE representa quantos por cento da comercialização da cooperativa?
5.4. O que motivou a cooperativa a iniciar o fornecimento ao PNAE?
5.5. A Cooperativa recebeu/recebe algum apoio dos municípios para o fornecimento ao PNAE? (nutricionistas, setor de compras, assistência técnica, etc.)
Sim ( ) Não ( )
5.6. Que tipo de apoio a cooperativa recebeu/recebe? (Orientações sobre o processo de compra/venda; Divulgação da demanda dos produtos da merenda escolar; Planejamento de produção para cumprir demanda da merenda escolar; Embalagem dos produtos; Orientação para o transporte; Classificação/padronização; Elaboração de projetos; Documentação; Legislação sanitária)
5.7. O que fornece ao PNAE? Em quais quantidades? (Pedir balanço de 2017)
5.8. Para quais municípios forneceu em 2017 (via PNAE)?
5.9. Quantas famílias estão envolvidas para o fornecimento ao PNAE?
5.10. De que forma (produzindo, cuidando da logística, etc.)?
5.11. Qual a motivação para o envolvimento das famílias no fornecimento ao PNAE?
5.12. Por que alguns entregam para o PNAE e outros não?
5.13. Como é a logística de fornecimento ao PNAE? Com qual estrutura a cooperativa conta (caminhões, barracão para armazenamento, geladeiras, etc.)?
5.14. Quais as dificuldades encontradas no fornecimento ao PNAE? (logística, organização dos/as agricultores/as, relação com as nutricionistas, relação com o setor de compras de cada município, etc.)
5.15. Mesmo com essas dificuldades, por que ainda continuam fornecendo para o PNAE?
5.16. Como eram as vendas antes do PNAE?
5.15. O que mudou?
5.16. A cooperativa fez algum investimento em infraestrutura por conta do início das vendas ao PNAE?
5.17. Em que tipo de infraestrutura a cooperativa investiu?
5.18. A cooperativa passou a produzir novos produtos?
5.19. A cooperativa alterou a quantidade produzida?
5.20. A venda para o PNAE alterou a relação com técnica produtiva? Como?
5.21. O que você acha que pode ser melhorado para a venda ao PNAE?
Internamento – quais processos da cooperativa podem ser melhorados? (envolvimento dos cooperados; estruturas; logística, etc.)
Externamente (com relação à lei/ à política, a estrutura que cada município pode oferecer, as questões logísticas, a formulação dos preços, a relação com o setor de compras e com as nutricionistas, CAE, etc.)
5.22. Sobre a participação no CAE? Participam? Por quê?
5.23. Qual você acha que é o papel da cooperativa ao fornecer alimentos ao PNAE?

APÊNDICE C. Roteiro de entrevista semiestrutura realizada com agricultores/as da área coletiva

PROJETO DE MESTRADO

Pesquisa: "Agricultura Familiar e Promoção da Saúde: um novo olhar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar"

Aluna: Natália Gebrim Doria
Orientador: Paulo Eduardo Moruzzi Marques

*Questionário 2 – **Agricultores/as** (Área Coletiva)*

Nome da Cooperativa:_____
Estado:_____
Município / local:_____
Entrevistador:_____
Data da entrevista:_____

1. **DADOS ENTREVISTADO/A**

1.1. Nome completo
1.2. Data de nascimento
1.3. Local de nascimento
1.4. Sexo: ( ) M ( ) F
1.5. Estado Civil
1.6. Escolaridade
1.7. Desde quando é cooperado?
1.8. Por que se cooperou?
1.9. Como você se apresenta em termos de profissão? Por quê? (trabalhador rural; camponês; colono; agricultor/a; agricultor familiar; empresário...)
1.10. Além do trabalho como agricultor/a exerce algum outro trabalho remunerado? Qual?
1.11. Você tem envolvimento com alguma outra atividade (ou: você participa de alguma outra organização comunitária ou social?) (ex. outra cooperativa/ associação, ONG, escola dos filhos, conselho municipal do município, sindicato, partido político, etc.)? Qual? De que forma?
1.12. Conte-me um pouco da sua história de vida

2. **CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA QUE MORA E TRABALHA NA PROPRIEDADE**

2.1. Quantas pessoas moram na casa?
2.2. Quem são e o que fazem?
2.3. Quem trabalha na produção/terra?
2.4. Alguém da família que não mora na propriedade trabalha com vocês nesta produção/terra?

2.5. Tem funcionário contratado?
2.6. Como é a divisão das funções na produção? (quem cuida da horta, quem cuida do gado, quem cuida do beneficiamento dos alimentos, etc.)
2.7. Os mais jovens trabalham na terra ou na cooperativa? Por quê?
2.8. Vive do sustento da terra ou é preciso alguma outra fonte de recursos financeiros?
2.9. Quais as formas de diversão e lazer? (Sociabilização, relações sociais, etc)

3. <u>CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO</u>

3.1. Das coisas que vocês produzem, o que vocês comem/consomem na casa/família?
3.2. O que consomem vem da mesma área do que é produzido para comercialização ou é produzido em área separada? Por quê?
3.3. São utilizadas as mesmas técnicas produtivas para a produção de autoconsumo?
3.4. Da alimentação total da família, quanto e o que vem da produção própria?

4. <u>RELAÇÃO COM A VENDA PARA O PNAE</u>

4.1. Conhece o PNAE/ Merenda Escolar? O que sabe sobre esse programa?
4.2. Fornecem para o PNAE? Sim ( ) Não ( )
4.3. Desde quando?
4.4. Por que começou a vender para o PNAE?
4.5. Quais as motivações para continuar vendendo para o PNAE?
4.6. Quais as dificuldades encontradas no fornecimento ao PNAE? (logística, organização dos/as agricultores/as, relação com as nutricionistas, relação com o setor de compras de cada município, etc.)
4.7. Mesmo com essas dificuldades, por que ainda continuam fornecendo para o PNAE?
4.8. Como eram as vendas antes do PNAE?
4.9. O que mudou?
4.10. Passou a produzir novos produtos?
4.11. Alterou a quantidade produzida?
4.12. Já participou de alguma atividade de discussão sobre o PNAE? (Nas escolas, no conselho, na cooperativa, etc.)
4.13. A venda para o PNAE alterou a relação com técnica produtiva? Como?
4.14. O que você acha que pode ser melhorado para a venda ao PNAE? ***Internamente*** – quais processos da cooperativa podem ser melhorados? (envolvimento dos cooperados; estruturas; logística, etc.)
Externamente (com relação à lei/ à política, a estrutura que cada município pode oferecer, as questões logísticas, a formulação dos preços, a relação com o setor de compras e com as nutricionistas, CAE, etc.)

5. <u>PESSOAIS SOBRE O PAPEL SOCIAL DE ENTREGAR PARA O PNAE</u>

5.1. O que você acha sobre enviar os produtos para a Alimentação Escolar?
5.2. Qual você acha que é o seu papel ao enviar o produto para a Alimentação Escolar?
5.3. O que você entende sobre a sua função social, enquanto agricultor/a que produz e fornece alimentos?
5.4. Quando você ou alguém da família tem alguma questão de saúde, como vocês tratam? (gripe, resfriado, tosse, pressão alta, doença crônica, etc)
5.5. O que você entende por saúde?
5.6. O que é para você um alimento saudável?
5.7. O que é para você uma refeição saudável?
5.8. Qual você acha que é a relação de alimentação com saúde?

APÊNDICE D. Roteiro de entrevista semiestrutura realizada com agricultores/as de áreas particulares

PROJETO DE MESTRADO

Pesquisa: "Agricultura Familiar e Promoção da Saúde: um novo olhar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar"

Aluna: Natália Gebrim Doria
Orientador: Paulo Eduardo Moruzzi Marques

*Questionário 2 – **Agricultores/as** (Áreas particulares)*

Nome da Cooperativa:_____
Estado:_____
Município / local:_____
Entrevistador:_____
Data da entrevista:_____

1. **DADOS ENTREVISTADO/A**

1.1. Nome completo
1.2. Data de nascimento
1.3. Local de nascimento
1.4. Sexo: ( ) M ( ) F
1.5. Estado Civil
1.6. Escolaridade
1.7. Desde quando é cooperado?
1.8. Por que se cooperou?
1.9. Como você se apresenta em termos de profissão? Por quê? (trabalhador rural; camponês; colono; agricultor/a; agricultor familiar; empresário...)
1.10. Além do trabalho como agricultor/a exerce algum outro trabalho remunerado? Qual?
1.11. Você tem envolvimento com alguma outra atividade (ou: você participa de alguma outra organização comunitária ou social?) (ex. outra cooperativa/ associação, ONG, escola dos filhos, conselho municipal do município, sindicato, partido político, etc.)? Qual? De que forma?
1.12. Conte-me um pouco da sua história de vida

2. **CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA QUE MORA E TRABALHA NA PROPRIEDADE**

2.1. Quantas pessoas moram na casa?
2.2. Quem são e o que fazem?
2.3. Quem trabalha na produção/terra?
2.4. Alguém da família que não mora na propriedade trabalha com vocês nesta produção/terra?
2.5. Tem funcionário contratado?

2.6. Como é a divisão das funções na produção? (quem cuida da horta, quem cuida do gado, quem cuida do beneficiamento dos alimentos, etc.)
2.7. Os mais jovens trabalham na terra ou na cooperativa? Por quê?
2.8. Vive do sustento da terra ou é preciso alguma outra fonte de recursos financeiros?
2.9. Quais as formas de diversão e lazer? (Sociabilização, relações sociais, etc)

3. CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE, PRODUÇÃO, CONSUMO E COMERCIALIZAÇÃO

Propriedade

3.1. Qual o tamanho do estabelecimento?
3.2. Qual a situação legal de uso da terra? (título de propriedade, concessão de uso...)
3.3. Quais as principais atividades? (Além da produção agrícola tem outras atividades na área? Turismo p.e.)
3.4. Tem reserva legal? Tem mata nativa? Tem mata plantada? (Características)
3.5. Tem nascente, rio e/ou lagoa no terreno? Tem área de preservação permanente? (Características) Alguma tentativa ou iniciativa para restauração da mata ciliar? (Características)

Produção

3.6. O que produzem?
3.7. De que forma produzem (qual a técnica produtiva empregada)?
3.8. Qual o tipo de semente utilizado?
3.9. Qual tipo de insumo? (fertilização, adubação, etc)
3.10. As plantas ou os animais tem algum tipo de praga ou doença (carrapato, infecção, pulgão, ferrugem, etc.)? Como é feito o controle de pragas e doenças?
3.11. Existe alguma tentativa para alterar a técnica produtiva ou aprimorá-la(mudar a forma como produz, produzir as próprias sementes, usar menos insumos comprados na agropecuária, usar menos remédios para os animais, etc)
3.12. Recebe assistência técnica? De quais órgãos (CATI; ATER; Universidade; ONG; Cooperativa; Associação Agroindústria, Sindicato; etc...)?
3.13. Qual foi a produção de 2017 (balanço – produtos e quantidades)?

Autoconsumo

3.14. Das coisas que vocês produzem, o que vocês comem/consomem?
3.15. O que consomem vem da mesma área do que é produzido para comercialização ou é produzido em área separada? Por quê?
3.16. São utilizadas as mesmas técnicas produtivas para a produção de autoconsumo?
3.17. Da alimentação total da família, quanto e o que vem da produção própria?

Comercialização

3.18. Quais são os canais de comercialização? Para onde fornecem os produtos?
3.19. O que fornecem? O que vai para cada canal de comercialização?
3.20. Por que fornecem para estes locais?
3.21. Como funciona a logística do que é comercializado via Cooperativa? Quanto é comercializado via Cooperativa?

4. RELAÇÃO COM A VENDA PARA O PNAE

4.1. Conhece o PNAE/ Merenda Escolar? O que sabe sobre esse programa?

4.2. Fornecem para o PNAE? Sim ( ) Não ( )
4.3. Desde quando?
4.4. Por que começou a vender para o PNAE?
4.5. Quais as motivações para continuar vendendo para o PNAE?
4.6. A venda ao PNAE representa quantos por cento da comercialização?
4.7. O que forneceu ao PNAE em 2017? Quais quantidades?
4.8. Como é a logística de entrega dos alimentos? (A entrega é feita via cooperativa? Como levam o produto até a cooperativa?)
4.9. Quais as dificuldades encontradas no fornecimento ao PNAE? (logística, organização dos/as agricultores/as, relação com as nutricionistas, relação com o setor de compras de cada município, etc.)
4.10. Mesmo com essas dificuldades, por que ainda continuam fornecendo para o PNAE?
4.11. Como eram as vendas antes do PNAE?
4.12. O que mudou?
4.13. Fizeram algum investimento na propriedade (infraestrutura) por conta do início das vendas ao PNAE? O que?
4.14. Passou a produzir novos produtos?
4.15. Alterou a quantidade produzida?
4.16. Já participou de alguma atividade de discussão sobre o PNAE? (Nas escolas, no conselho, na cooperativa, etc.)
4.17. A venda para o PNAE alterou a relação com técnica produtiva? Como?
4.18. O que você acha que pode ser melhorado para a venda ao PNAE? ***Internamente*** – quais processos da cooperativa podem ser melhorados? (envolvimento dos cooperados; estruturas; logística, etc.)
Externamente (com relação à lei/ à política, a estrutura que cada município pode oferecer, as questões logísticas, a formulação dos preços, a relação com o setor de compras e com as nutricionistas, CAE, etc.)

5. <u>PESSOAIS SOBRE O PAPEL SOCIAL DE ENTREGAR PARA O PNAE</u>

5.1. O que você acha sobre enviar os produtos para a Alimentação Escolar?
5.2. Qual você acha que é o seu papel ao enviar o produto para a Alimentação Escolar?
5.3. O que você entende sobre a sua função social, enquanto agricultor/a que produz e fornece alimentos?
5.4. O que você entende por saúde?
5.5. Quando você ou alguém da família tem alguma questão de saúde, como vocês tratam? (gripe, resfriado, tosse, pressão alta, doença crônica, etc)
5.6. O que é para você um alimento saudável?
5.7. O que é para você uma refeição saudável?
5.8. Qual você acha que é a relação de alimentação com saúde?